



escxel
REDE DE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA



ENSINO PROFISSIONAL

Contextos e Condicionantes do
Planeamento da Oferta Formativa

2013

Marina Peliz





ÍNDICE

- 3 | INTRODUÇÃO
- 7 | SUMÁRIO EXECUTIVO
- 14 | OFERTA FORMATIVA NACIONAL_NUT II
- 30 | OFERTA FORMATIVA NAS ESCOLAS DA REDE ESCXEL
- 40 | CONTEXTOS E CONDICIONANTES DE PLANEAMENTO DA OFERTA FORMATIVA
- 80 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o ensino profissional em Portugal tem sido objeto de um forte investimento das políticas públicas em educação e formação, e de uma procura crescente por parte dos alunos/famílias que optam por esta via de ensino, vocacionada para a qualificação de jovens e sua preparação para o mercado de trabalho.

A aposta na qualificação como parte integrante dos objetivos de uma política educativa ganha relevo com a integração plena de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986), altura a partir da qual se aprova a Lei de Bases da Educação (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro), começando a desenhar-se uma nova configuração do sistema educativo, com a multiplicação e alargamento das modalidades de oferta de formação profissional e profissionalizante definidas no âmbito da reformulação do ensino secundário.

A reforma educativa de 1986, nas palavras de Sérgio Grácio (1998:232),

(...) dá particular valor à formação profissional como meio de adequar o sistema educativo à dinâmica do mercado de emprego, através da reorganização global dos esquemas de iniciação e formação, da articulação entre os sistemas formal e não formal, da adoção de um sistema consistente de orientação escolar e profissional.

Assim, o ensino profissional é reintroduzido no sistema educativo como instrumento fundamental para a qualificação dos jovens e para o desenvolvimento económico.

Neste enquadramento legislativo da Lei de Bases da Educação, é criado o subsistema de escolas profissionais, e constituída uma rede de estabelecimentos privados de ensino e formação, alavancados na sociedade civil, financiados e tutelados pelo Estado.

A criação deste subsistema foi considerada fundamental para a afirmação definitiva do ensino profissional qualificante como modalidade alternativa ao ensino secundário regular, e esta rede de escolas privadas desempenhou um papel fundamental na formação profissionalizante, dando resposta a uma procura que foi crescendo ao longo do tempo que se seguiu à sua constituição. Em 2000, aproximadamente 200 escolas profissionais privadas eram responsáveis pela formação profissional de nível secundário de 26777 alunos, número que atingiu, em 2010, mais de 40000 alunos.

No mesmo quadro legislativo, o Estado previa a possibilidade de criar subsidiariamente escolas profissionais em regiões não contempladas pela rede de escolas privadas. Mas só a partir de 2004, no âmbito da reforma do ensino secundário, o ensino profissional, e em particular o ensino profissional/vocacional de qualificação profissional de nível IV¹, foi alargado de forma expressiva aos estabelecimentos da rede pública. No ano escolar 2000/2001, havia apenas 1687 alunos matriculados nas pouco mais de 10 escolas da rede pública com ensino profissional. A partir de 2004, esta via de ensino assinala um crescimento exponencial, que se acentua com a mobilização governamental no sentido da qualificação da população portuguesa, que teve início em 2008.

¹ O Quadro Nacional de Qualificações define os descritores dos níveis de qualificação nacionais, segundo os quais o ensino secundário profissional de nível III (ISCED) confere qualificação profissional de nível IV (Portaria n.º 782/2009 de 23 de Julho).

Em 10 anos, e em ambos os sistemas, o crescimento de alunos nesta via de ensino foi expressivo: 50% na rede privada, e 389,3% na rede pública (ANQEP,2011), ultrapassando largamente, nesta rede, o crescimento nas vias regulares do secundário.

Nas escolas públicas, o ensino secundário, uma vez incorporado na escolaridade obrigatória, cresce à custa da via profissional, prefigurando-se alterações e mudanças significativas na morfologia desta estrutura de ensino. Tal tem obrigado as escolas ao desenvolvimento de estratégias associadas, quer ao cumprimento dos objetivos estipulados normativamente pelo Estado, no âmbito das mudanças nos programas e políticas educativas que vêm sendo introduzidas desde a Lei de Bases, quer à sua sobrevivência. Nestas mudanças, destacamos o reforço do regime de autonomia e a imposição de condições de administração e gestão participativa, de que a abertura da escola ao exterior e a articulação entre os vários atores do sistema de educação e formação (educação e emprego/mercado de trabalho, público/privado, escola/família, escola/desenvolvimento económico) são um exemplo, e aspetos fundamentais dos contextos e condicionantes de desenvolvimento da ação das escolas agora conduzida por estas novas configurações do sistema educativo.

Estas integram-se num contexto mais amplo de transformações atribuídas ao papel da Educação pelas políticas neoliberais, com conseqüente instrumentalização e aproximação a mandatos económicos, bem como alterações nos mecanismos institucionais induzidos pela reformulação do papel do Estado. Alterações decorrentes, quer do processo de descentralização de decisões por delegação e transferência de competências, quer do reforço do controle e regulação realizado através da promoção de mecanismos inspirados no mercado (“quase mercados”).

O Estado adota princípios e instrumentos de gestão baseados em “racionalidades instrumentais subordinando os direitos sociais às lógicas de eficácia e eficiência” (Afonso, 2001:39).

Como se pode ler no relatório da OCDE (2005:9), sobre a educação, (...) uma nova relação do Estado com o sector público é pensada sobretudo na exploração de alternativas que orientam o provimento público e tornam o fornecimento de serviços contestável e competitivo; a mercantilização bem como a privatização são políticas importantes neste contexto (...) e uma nova cultura de desempenho competitivo envolve o uso e combinação de devolução, objetivos e incentivos de forma a gerar uma reconfiguração institucional, interligando o desempenho das escolas com os seus ambientes organizacionais.

O Estado está a transferir responsabilidades e funções para outros e novos atores sociais, e a (...) induzir por processos diferenciados, novas representações e conceções em torno do bem comum e do espaço público (...) os quase mercados são o ex-líbris do carácter híbrido público/privado, Estado/mercado, inerente às políticas adotadas na fase de expansão neoliberal (Afonso, 2001:39).

A este propósito diz ainda Afonso (2001) que uma das características das políticas neoliberais é a promoção de mecanismos de mercado dentro do espaço estrutural do Estado, liberalizando e promovendo pressões competitivas entre serviços, transformando utentes em clientes e adotando mecanismos de gestão racional.

Dale (2004:424) refere que “não está em causa a transferência do público para o privado, mas um conjunto complexo de mudanças nos mecanismos institucionais”. Estas mudanças impelem o comportamento competitivo nas organizações, e este comportamento é legitimado pela reconfiguração institucional imprimida pelo Estado no contexto da orientação para a ação

conduzida por lógicas de mercado. O Estado não transfere direitos de propriedade, mas transfere e descentraliza funções e responsabilidades para atores que deverão atuar como agentes de mercado, concorrendo por dotações de recursos escassos em função da eficácia e da eficiência dos desempenhos avaliadas pelo Estado.

Segundo Young (2007:1290-1291), “as consequências das políticas neoliberais na educação acabam por transformá-la num mercado no qual as escolas são obrigadas a competir por alunos e fundos, tornando-se agências fornecedoras concentradas na apresentação de resultados”. Refere ainda este autor que “as funções de docência, supervisão, orientação e direção se veem substituídas pelas funções de gestão do processo, padronização e organização escolar, e os problemas da educação passam a ligar-se a problemas de eficácia e eficiência”.

A estas alterações, aliam-se as condições específicas de exercício do ensino profissional, e as recentes orientações sobre o reforço desta modalidade assumidas no Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, nos quais o Governo estabelece a identificação de um conjunto restrito de “Escolas de Referência do Ensino Profissional”². Cada vez mais as escolas públicas têm vindo a ser chamadas a participar na definição de redes de atores no campo organizacional, num ambiente de pressão competitiva por parte da tutela para a captação da procura, sob pena de perda de recursos (financiamento e docentes) e, em última instância, conseqüente fecho.

O presente trabalho centra-se nesta modalidade de educação e formação profissional de nível secundário, e tem por objetivo refletir sobre o contexto e as condicionantes de planeamento de uma modalidade de ensino de gestão complexa, que tem ganho expressão significativa e contribuído para o aumento da escolarização de nível secundário no país, mas que tem igualmente feito crescer o quadro de pressão sobre as escolas no que respeita à gestão, organização e planeamento desta via de ensino.

A análise que desenvolvemos compreende, assim, a oferta formativa de cursos profissionais de nível secundário, que conferem qualificação profissional de nível 4, da rede pública e das escolas profissionais privadas, nos períodos de 2006 a 2011, e incide sobre as escolas da rede ESCXEL.

A primeira parte deste relatório é constituída por uma análise da oferta formativa das escolas profissionais privadas e das escolas secundárias públicas com ensino profissional de nível secundário, a nível nacional, por regiões (NUT II).

A segunda parte incide sobre a análise da oferta nas escolas da rede ESCXEL com ensino profissional de nível secundário³.

² No âmbito deste acordo, o Governo atual (XIX Constitucional) definiu novos objetivos para o ensino profissional (e uniformização deste com o sistema de aprendizagem), e estabeleceu que procederá à identificação de um conjunto restrito de escolas que terão como foco uma área de atividade económica prioritária, devendo as mesmas funcionar numa região relevante para essa atividade. Define ainda para esta modalidade que, para além das componentes habituais de uma escola profissional de jovens, estas escolas fornecerão ambientes empresariais para a realização de estágios, de formação de formadores e de técnicos para outras escolas, centros de formação e empresas, recebendo um selo de qualidade.

³ Montemor-o-Novo está contemplado nesta análise, dada a intenção demonstrada por este Município, em aderir ao projeto ESCXEL, por altura da realização do presente estudo. Por sua vez, Mação foi incluído nalguns elementos de análise face à demonstração recente deste Concelho de efetivar a sua adesão ao Projeto ESCXEL.

A terceira parte apresenta uma análise dos contextos e condicionantes do planeamento da oferta formativa, e neste quadro, analisamos questões relacionadas com o desemprego e o enquadramento desta oferta, das escolas da rede ESCXEL, nos vetores de desenvolvimento económico identificados nas regiões de integração destas escolas.

O conjunto de conclusões a retirar da análise efetuada foi sumariado no ponto seguinte – Sumário Executivo.

O ficheiro de anexos destina-se a melhor contextualizar o trabalho desenvolvido ao longo deste relatório e a apresentar alguns quadros que constituem informação adicional e/ou complementar.

Destacamos o anexo I, onde apresentamos uma breve descrição do contexto em que o ensino profissional retoma centralidade nas políticas públicas nacionais (e europeias) enquanto fator determinante para a qualificação da população e para o desenvolvimento económico, bem como uma breve análise da evolução do ensino secundário em Portugal, com realce para a via de secundário profissional a nível nacional.

Também o anexo II clarifica a estrutura e organização desta modalidade de educação formação e o contexto normativo da ação das escolas para a concretização dos objetivos de qualificação e preparação dos jovens entre os 15 e os 19 anos, para inserção no mercado de trabalho.

Na análise apresentada para estes Concelhos, a qual foi fundamentalmente baseada em informação documental de fontes do ME / IEFP e do MEC/ Direções Gerais dos Estabelecimentos Escolares, ressalvam-se eventuais imprecisões decorrentes da falta de validação dos dados por parte dos respetivos Municípios e Escolas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O volume de alunos que têm vindo a optar pelo ensino profissional de nível secundário, em particular desde a sua extensão à rede de escolas públicas, tem colocado às escolas pressões significativas na gestão, planeamento e coordenação de uma oferta de educação e formação cujo sucesso depende da capacidade de envolvimento dos diferentes atores da comunidade. Às escolas são exigidas formas de ação orientadas para o recrutamento e captação de alunos, encetando, em paralelo, formas de contratualização de serviços de formação, mobilizando recursos humanos, materiais e financeiros para a sua concretização.

A estas pressões as escolas tentam responder numa ação condicionada por fatores que lhes são exteriores e ditadas por dinâmicas de difícil controlo, como são o cumprimento das orientações e quadros normativos em evolução, a autonomia relativa, as preferências dos alunos/famílias, e o contexto económico particularmente marcado, hoje, pela recessão económica e consequente retração do mercado de trabalho. Estes fatores condicionam muito diretamente o planeamento das ofertas formativas.

Por sua vez, o contexto normativo tem sofrido alterações ainda não estabilizadas, o exercício da autonomia conferida pela legislação, é condicionada igualmente pelos meios e recursos de que as escolas necessitam para a sua gestão, e as preferências dos alunos vêm-se guiadas pela incerteza face à retração do mercado de emprego e à situação económica que o país tem vindo a atravessar.

A escolha dos alunos/famílias e o ambiente institucional de definição da oferta formativa parecem legitimar a oferta das escolas, particularmente as da rede pública, ficando de fora a articulação com a comunidade empresarial para efeitos de elaboração de uma oferta adequada, identificada através da realização de estudos prévios de identificação das necessidades do tecido económico. A comunidade empresarial não participa na definição da oferta, pese embora o papel que lhe é atribuído, quer na formação, quer nos estágios que proporciona. Uma vertente importante desta articulação seria igualmente o desenvolvimento de ações por parte da comunidade empresarial, de preparação e sensibilização dos jovens junto das escolas, quanto às profissões mais procuradas e os perfis de competências necessários a nível regional, sem prejuízo do papel das organizações associativas sectoriais na definição de protocolos de colaboração com os organismos da administração central.

O desemprego tem-se vindo a acentuar desde 2008, em todo o País, apresentando maior expressão nos níveis de habilitação de secundário, bem como num vasto grupo de profissões que mais se identificam com este nível de escolaridade. Esta situação cria expectativas pouco positivas nos alunos/famílias quanto à empregabilidade desta via de ensino e das respetivas formações (cursos). A estabilização da curva de crescimento de alunos matriculados nesta via de ensino a partir de 2010, pode ler-se como um sinal da incerteza criada com a situação de recessão económica que o País atravessa e que tem feito crescer os movimentos migratórios com consequente diminuição da população, para além diminuição da população registada pelos Censos 2011, cujos efeitos nas escolas se começam a perspetivar como críticos.

A estabilização da curva de crescimento nesta via de ensino é, no entanto, mais acentuada na rede pública do que na rede de escolas profissionais privadas. Os dados mostram uma diminuição do

crescimento de 0,9 pontos percentuais na rede pública de 2011 para 2012, ou seja, enquanto esta rede neste período ganhou 715 alunos, a rede de escolas privadas ganhou 2164 alunos o que significa um aumento de 0,5 pontos percentuais. A rede pública parece perder alunos para a rede privada, questão que merece reflexão e que remete para as estratégias que as escolas deverão desenvolver no sentido da condução e gestão desta via de ensino.

Por outro lado, é também importante perceber-se qual a taxa de sucesso (conclusão) desta via de ensino bem como da sua empregabilidade em toda a rede. Tentámos desenvolver esta última análise, mas fomos confrontados com fontes de informação díspares e pouco clarificadoras quanto à formação de base da população que se encontra empregada com formação profissional de nível IV. A maioria das fontes de informação refere-se a esta formação como habilitação de secundário e como origem do emprego e/ou desemprego, os grupos de profissões e as atividades económicas baseadas na Classificação Nacional de Profissões (CNP) de 1994. Não se encontraram elementos de análise com classificação posterior, nomeadamente a que decorre de uma integração das classificações do Sistema Nacional de Qualificações.

2. A oferta formativa profissional de nível secundário a nível nacional (escolas da rede ESCXEL incluídas), em ambas as redes pública e privada de ensino, apresenta-se tendencialmente semelhante em todas as regiões, embora com ligeiras diferenças na incidência de alguns cursos e famílias profissionais.

A nível nacional, predominam as formações nas áreas de Hotelaria e Turismo na rede pública e privada como primeira oferta, à exceção da região de Lisboa e Vale do Tejo cuja oferta privada tem predominância nas áreas de Comunicação, Imagem e Som. Na rede pública predominam áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo. Na região do Alentejo, as áreas de Hotelaria e Turismo são predominantes na rede de oferta privada de ensino profissional.

Estas duas áreas de formação constituíram-se nos diferentes ciclos de formação desde 2006, como as áreas predominantes em ambas as redes, embora os cursos da área de Tecnologias de Informação tenham diminuído no conjunto desta oferta, nos anos mais recentes, diminuição que é acentuada nos cursos de Informática de Gestão.

Nas ofertas das áreas de Hotelaria e Turismo, a rede pública oferece predominantemente o curso de Técnico de Turismo, enquanto na oferta privada predominam os cursos de Restauração em ambas as variantes.

Nas Tecnologias de Informação e Comunicação, o curso predominante em praticamente todas as escolas da rede pública e privada é o curso de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos. Esta área de formação, como referimos, é predominante na rede pública das escolas da região de LVT e do Alentejo, mas na região Norte esta área é a 2ª oferta e no Algarve a 3ª oferta predominante nesta rede. Quanto à rede privada, apenas no Alentejo (3ª oferta) e no Algarve (2ª oferta) esta área assinala predominância pelo número total de cursos que são oferecidos.

A rede pública apresenta-se hoje em todas as regiões com uma oferta muito acentuada no curso criado em 2011 na área do Desporto. Existem nas escolas desta rede, 178 cursos de Apoio à Gestão Desportiva, e a regiões de LVT e do Norte são as que apresentam maior número de cursos, 61 e 48 respetivamente, seguindo-se a Região Centro com 46 cursos. Na rede privada esta tendência não se verifica dado que esta oferta não tem expressão.

As formações nas áreas de Comunicação, Imagem e Som, assinalavam uma forte predominância na rede privada, particularmente nas regiões de LVT (1ª oferta na região), do Norte (2ª oferta) e do Alentejo (2ª oferta), sobressaindo fortemente os cursos de Multimédia. Contudo, esta vertente de formação tem vindo a perder importância em número total de cursos ao longo dos anos.

As áreas de Gestão, Administração, Contabilidade e Comércio, são uma oferta que assinala maior predominância na rede pública, nomeadamente na região de LVT (2ª oferta), Centro (2ª oferta), e Algarve (2ª oferta), e têm vindo a perder em número de cursos ao longo dos ciclos de formação, em particular os cursos de Comércio, Gestão e Marketing. O curso de Secretariado tem expressão na oferta pública da região do Algarve, embora tenha perdido significativamente em número de cursos, particularmente no ciclo de formação 2011-2014.

Nas áreas de Mecânica, a região Centro (3ª oferta) é a região que apresenta maior expressão, diferenciando-se das outras regiões, com o foco na oferta de cursos em Manutenção Industrial e Metalomecânica, verificado quer na rede pública quer na rede privada de ensino.

As áreas de Serviços de Ação Social predominam fundamentalmente na oferta pública, em particular nas regiões de LVT (3ª oferta), Alentejo (3ª oferta), embora seja igualmente expressiva na rede privada nas regiões do Algarve e LVT. Esta oferta tem vindo a diminuir o número de cursos, especialmente o curso de Animador Sociocultural que tem vindo a ser “substituído” pelo curso de Técnico de Apoio à Infância.

Nas escolas da rede ESCXEL, observa-se a mesma tendência para a predominância nas áreas de Hotelaria e Turismo, com incidência no curso de Técnico de Turismo, e nas de Tecnologias de Informação e Comunicação, com incidência nos cursos de Gestão e Programação de sistemas Informáticos.

As escolas da rede pública apresentam uma tendência para ofertas formativas de maior cariz teórica, ao contrário das escolas da rede privada. Esta tendência, que se tem acentuado ao longo dos anos, resulta da insuficiência de meios e recursos financeiros, físicos e materiais disponíveis na rede pública, mas também da ausência de estratégias de articulação entre ambas as redes com vista ao planeamento e racionalização da oferta e partilha de recursos.

Efetivamente, as escolas da rede privada detêm um histórico experiencial e um conjunto de recursos materiais, financeiros e humanos que escasseiam nas escolas públicas, condicionando igualmente a definição da oferta formativa (cursos), criando contextos competitivos e potencialmente colaborativos mais alargados (e também dependentes do quadro financeiro definido).

Estes contextos colaborativos, segundo várias escolas questionadas sobre esta questão, e segundo a Associação Nacional de Escolas de Ensino Profissional (ANESPO), desenvolveram-se no período inicial de extensão do ensino profissional às escolas da rede pública. Hoje, no entanto, este quadro relacional de troca e partilha de experiências e de recursos físicos, materiais e humanos é caracterizado por uma relação fortemente competitiva, fruto das condicionantes relativas às perdas demográficas, e diminuição da população escolar, que tornam o aluno num “bem escasso”.

3. De uma maneira geral pode afirmar-se que a oferta formativa na rede pública sofreu alterações muito significativas ao longo dos ciclos de formação, ao contrário do que se verificou na oferta da rede privada, que apresentou uma maior estabilização. Esta questão reflete a volatilidade da

oferta nesta via de ensino, em particular na rede pública e reforça as dificuldades com que as escolas se defrontam na organização e planeamento das ofertas.

Na realidade, as escolas da rede pública foram as que assinalaram maior volatilidade, quer com o fecho de cursos, quer com alterações nas famílias profissionais. Esta rede apresenta o fecho de mais de 290 cursos do ciclo de formação 2008/2011, para o ciclo de formação 2011/2014, bem como o abandono de mais de 13 famílias profissionais.

A região Norte foi a região que assinalou as maiores alterações, com a perda de mais de 170 cursos na rede pública, o fecho de famílias profissionais e a perda de alunos nesta via de ensino. A rede privada, que como referimos se apresentou mais estável, assinalou, nesta região, alterações igualmente significativas com a perda de pouco mais de 80 cursos.

Das restantes regiões destaca-se a região Centro, que embora tenha ganho alunos para o ensino profissional (contrariando a tendência de perda de alunos assinalada nas regiões do Norte e LVT em 2010), perdeu entre os ciclos de formação 2008/2011 e 2011/2014, mais de 80 cursos, fechando mais de 5 famílias profissionais e 11 cursos diferentes nas escolas. A oferta privada nesta região manteve uma maior estabilidade.

A região de LVT, à semelhança da região do Algarve, foi a que apresentou uma maior estabilidade na rede pública. Embora tenha perdido alunos nesta via de ensino, esta região apresentou a abertura de 9 novos cursos diferentes na rede pública, e mais 45 cursos no total da oferta, perdendo poucos cursos ao longo dos ciclos de formação. A rede privada na região LVT abriu mais 3 cursos diferentes no ciclo de formação 2011-2014, um dos quais o curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.

4. A oferta formativa a nível nacional, pública e privada, apresenta uma forte dispersão e diversificação de cursos, e de formações (cursos) por famílias profissionais, apesar da maior especialização da rede privada das escolas profissionais.

Apesar da predominância revelada pela oferta em número total de cursos, a verdade é que a oferta da rede pública se apresenta nas diferentes regiões, com uma variedade de famílias profissionais muito significativa, e um leque muito reduzido de cursos por cada família profissional. Existem famílias profissionais cujos respetivos cursos não são oferecidos por mais do que 3 a 5 escolas das diferentes redes, e estes foram perdendo importância ao longo dos ciclos de formação.

Na rede privada de escolas profissionais, por sua vez, excetuando naquelas que se constituem como escolas de formação especializada numa área de formação, esta diversificação é igualmente significativa, embora, como referimos, menor do que na rede pública.

As escolhas dos alunos/famílias, enquanto importante contexto de definição da oferta formativa, podem hoje ver-se condicionadas por racionalidades decorrentes da situação de retração do mercado de emprego, e assim a procura estar mais orientada para soluções imediatas de integração neste mercado, acentuando a volatilidade das ofertas e contribuindo igualmente para a sua diversificação. Esta situação poderá constituir-se como uma forma de dispersão do risco, mas enfrenta dificuldades de planeamento.

Diversificação vs. Especialização das ofertas é uma opção que as escolas terão que analisar igualmente, no quadro das novas orientações normativas voltadas para o seu posicionamento

como escolas de referência em áreas específicas de qualificação de jovens e monitorizadas pela ativação de instrumentos de controlo e aferição da qualidade do serviço prestado.

A diversificação não é necessariamente garante de estabilidade. Poderá contribuir para aumentar as probabilidades de sobrevivência, mas não é linear que produza resultados estáveis. Isto é claro dado o contexto de incerteza e dependência em que se desenvolvem o planeamento e a definição da oferta formativa. Contudo, por si só, a diversificação não atribui vantagem competitiva se não forem identificados fatores de diferenciação da escolas e das suas formações (nomeadamente relacionados com a qualidade da formação prestada e respetivo reconhecimento social, inclusive através da empregabilidade), que contribuam para a estabilização dos recursos, dotações dependentes de fluxos de alunos e relações com empresas.

A especialização, por seu lado, traz consigo a concentração do risco, mas se lhe corresponder uma elevada diferenciação e reconhecimento de qualidade da oferta, pode mostrar-se vantajosa, quer para a afirmação (identidade) e reconhecimento social da escola, quer para o aumento da sua área de influência, pois poderá assegurar e abrir possibilidades de manutenção e ativação da procura captando alunos de Concelhos envolventes. Esta questão é particularmente relevante para escolas de periferia.

As recentes orientações para esta modalidade de ensino, no que se refere à identificação de “Escolas de Referência do Ensino Profissional”, introduzem esta questão da especialização (numa ou mais áreas de formação) e da identidade das escolas da rede pública, pelo que, no seu planeamento e gestão as escolas da rede ESCXEL deverão equacionar estas estratégias.

Nos seus projetos educativos, as escolas da rede ESCXEL têm o ensino profissional como uma vertente de oferta formativa integrada na diversidade das ofertas de nível secundário definida pelo Estado no âmbito das novas configurações do sistema educativo, e não como um fator competitivo ou diferenciador.

5. Não se pode afirmar que a oferta formativa profissional seja totalmente descolada do tecido económico local, dada a existência de cursos marcadamente sectoriais, particularmente no Norte e no Centro do País, embora fundamentalmente proporcionados pela rede de escolas profissionais privadas. A rede pública apresenta igualmente uma oferta de cursos de vertente sectorial, mas esta foi mais acentuada nos primeiros anos dos ciclos de formação de ensino profissional. As alterações que se foram assinalando ao longo dos ciclos de formação apontam para uma perda maior nestas formações sectoriais na rede pública.

O que transparece pela análise dos cenários económicos das regiões de integração dos Concelhos das escolas da rede ESCXEL, e que poderá estender-se a nível nacional, é que não existe na oferta formativa de ensino profissional uma estratégia de acompanhamento dos eixos de desenvolvimento regional.

As escolas da rede ESCXEL apresentam uma oferta de alguma forma próxima do tecido económico mas esta é uma aproximação ténue, não se verificando estratégias de identificação das necessidades do tecido económico em termos de eixos de desenvolvimento regional de forma articulada com a comunidade empresarial. Existem regiões com dinâmicas de desenvolvimento

sectorial regional, que não parecem fazer parte do equacionamento das escolas quanto à definição e planeamento das ofertas formativas⁴.

Nas escolas da rede ESCXEL do Concelho de Castelo Branco, Batalha e Loulé encontram-se algumas ofertas direcionadas para os vetores de desenvolvimento local. Castelo Branco, por exemplo, oferecia cursos ligados ao “cluster” agroalimentar, um dos vetores de desenvolvimento tecnológico da Região, mas não só alterou esta oferta, como parece alhear-se dos vetores de desenvolvimento em sectores como o têxtil (nas vertentes de design, materiais e corte (têxteis técnicos)) o qual se apresenta como o único sector que a nível nacional diminuiu os níveis de desemprego entre 2007 e 2011, bem como do potencial turístico regional o qual não pode ser desconectado dos eixos e potenciais de desenvolvimento e consolidação do “cluster” agroalimentar. As áreas de marketing, comercialização, promoção e internacionalização são fundamentais para a consolidação e expansão dos produtos resultantes das inovações conseguidas nestas áreas.

Batalha aposta numa formação com expressão regional, incluído que está Concelho no eixo de desenvolvimento de uma indústria de ponta, de produto, integradora de conhecimento, de expressão tecnológica determinante e de forte componente exportadora, bem como na aproximação ao sector emergente local de energia e ambiente. As áreas do turismo cultural são ausentes nas estratégias de planeamento da formação em ensino profissional na Batalha. Loulé aposta igualmente nas áreas de Hotelaria e Turismo, sectores de que a região depende para o seu crescimento, mas parece oscilar entre especialização e diversificação, ao apostar numa maior diversidade formativa e em cursos mais instrumentais, e o turismo aparece desprovido de concertação com os agentes associativos promotores e “consumidores” no terreno. As áreas do ambiente e energia, do mar, horto e fruticultura são áreas pouco pensadas em termos estratégicos por esta região.

Oeiras parece-nos o Concelho cuja oferta apresenta uma maior dispersão, embora com alguma aproximação local. Entre cursos na área social, tecnologias de informação e comunicação, turismo e mecânica, não encontramos clara correspondência com os vetores de desenvolvimento técnico e tecnológico daquele Concelho, cujo sector de serviços e serviços às empresas tem expressão significativa, a assinalou um aumento significativo de emprego. A estratégia de prolongamento do eixo de desenvolvimento do Concelho com a região da grande Lisboa, por exemplo, na aposta no corredor de desenvolvimento das indústrias criativas, de informação, comunicação e multimédia, é frágil ou inexistente. No Alentejo, a oferta formativa das escolas deste Concelho parece obedecer a necessidades locais, mas não transparecem estratégias de desenvolvimento regional.

Sem prejuízo do contexto atual de recessão, volatilidade e escassez do mercado de trabalho, que poderão condicionar a concretização das estratégias de desenvolvimento regional, parece-nos crítica uma maior intervenção e acompanhamento por parte das escolas destes vetores estratégicos, com vista a um melhor entendimento dos perfis de qualificações necessários e adequados a um tecido económico que insiste em apresentar-se com uma estrutura de emprego caracterizada pelo desperdício das formações intermédias, assinalado pela incidência do crescimento continuado do desemprego nos níveis de escolaridade de secundário.

⁴ Esta questão não retira a importância que se atribui ao contexto atual de recessão económica que poderá estar a contribuir para a estagnação de alguns projetos de desenvolvimento definidos estrategicamente para as respetivas regiões.

As melhorias nestes indicadores de desemprego são significativamente mais sazonais e conjunturais do que estruturais, mas a visão é fator determinante para a própria motivação e perceção dos jovens dos seus caminhos de futuro pessoal e profissional.

O reforço do planeamento e articulação entre os vários agentes e atores responsáveis por estas formações e estágios é assim um fator crítico de sucesso nesta via de ensino que assinala, em particular na rede pública, ausência de iniciativas mobilizadoras de informação e divulgação das potencialidades de desenvolvimento pessoal e profissional associadas aos diferentes cursos/áreas de formação, em ação concertada e impulsionada pelo tecido empresarial.

OFERTA FORMATIVA NACIONAL-NUT II

A informação que apresentamos relativa à oferta formativa pública e privada no Continente é trabalhada a partir dos dados gentilmente facultados ao CESNOVA pelas Direções Gerais dos Estabelecimentos Escolares (ex. Direções Regionais de Educação), das regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Alentejo e Algarve.

Estão excluídas da presente análise, as regiões autónomas da Madeira e Açores.

Analisámos os períodos da oferta formativa de 2005 a 2014 (2005/2008, 2008/2011 e 2008/2014). Contudo, para a análise da incidência e predominância da oferta formativa nas diferentes regiões (NUT II) e nas escolas da rede ESCXEL considerámos apenas o período de formação 2011-2014, período a que corresponde a oferta existente e a planeada. Os períodos anteriores são referenciados para identificação das alterações verificadas na oferta ao longo do tempo.

A informação relativa aos cursos refere-se apenas ao 1º ano de cada curso.

A análise da predominância da oferta é representada pelas famílias profissionais a que correspondem os cursos, e referenciam-se, para cada família profissional, os cursos com maior oferta. Considerámos na representação gráfica as 6 famílias profissionais compostas pelos cursos/formações mais oferecidas.

Em “Outros” estão consideradas todas as outras famílias profissionais/cursos que apresentam uma oferta com menos de 10 cursos (ou menos, para o caso de algumas regiões).

O número de escolas públicas refere-se apenas às escolas secundárias da rede pública com ensino profissional de qualificação profissional de nível IV.

As escolas profissionais privadas (*oferta privada*) são as escolas criadas no âmbito do Dec. Lei nº 4 /98, financiadas pelo POPH, e entra-se em linha de conta com as respetivas delegações.

Não constam da análise as escolas em contrato de associação.

A informação relativa ao número de jovens matriculados é referente ao último ano escolar de publicação estatística oficial da DGEEC (GEPE), 2011/2012; MEC.

Estão salvaguardadas as diferenças na dimensão do “mercado” público e privado quanto ao número de escolas, de cada rede, pelo que as comparações devem ser vistas à luz destas diferenças.

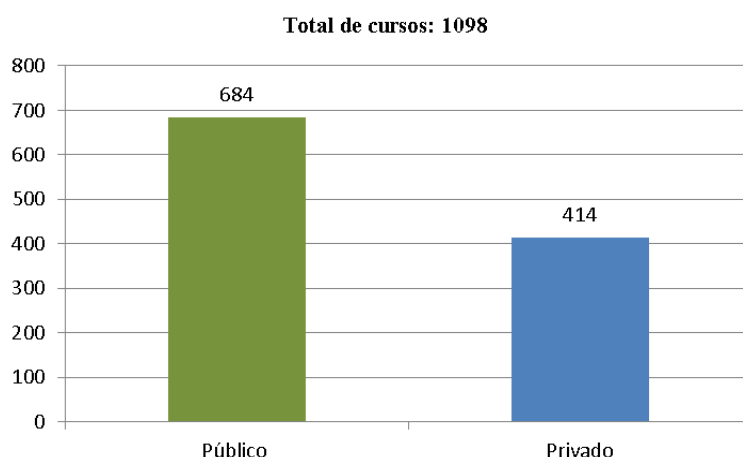
NORTE

A região Norte apresenta-se hoje com um total de 251 escolas com ensino profissional distribuídas por 80 Concelhos da região. Destas, 144 são escolas secundárias da rede pública, e 107 são escolas da rede privada.

Em 2010-2011 estavam matriculados 41812 jovens no ensino profissional nesta região, 26823 dos quais nas escolas secundárias da rede pública. O universo das 251 escolas da região com ensino profissional de nível secundário oferece um total de 1098 cursos correspondentes a 17 famílias

profissionais e 100 cursos diferentes. O gráfico 1 apresenta a distribuição da oferta formativa desta região em cada rede de ensino profissional.

Gráfico 1 - Norte, total cursos por rede, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRN (DREN), 2013.

A oferta formativa nesta região sofreu alterações significativas em relação aos períodos anteriores, assinalando-se o fecho de 174 cursos, e o abandono do ensino profissional de nível secundário por parte de 7 escolas da rede pública. A oferta privada diminuiu igualmente em número de cursos, mas assinalou a abertura de mais 2 escolas no período 2011/2014.

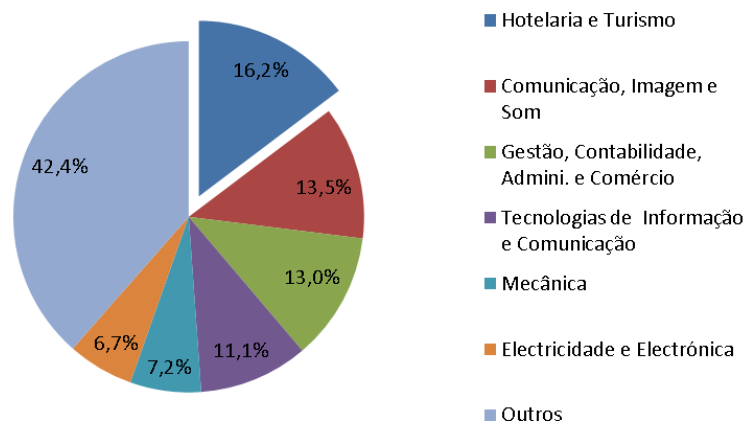
Oferta Privada

A oferta formativa das 107 escolas privadas da região é constituída por um total de 414 cursos correspondentes a 37,7% do total da oferta da região (2011-2014).

Em 2010/2011, havia 14989 jovens matriculados nas escolas desta rede.

Os cursos mais oferecidos (Gráfico 2) correspondem à família profissional Hotelaria e Turismo (16,2%) com predominância para o curso *Técnico de Restauração*, variantes restaurante bar e cozinha (37 cursos). Comunicação, Imagem e Som e Gestão, Contabilidade, Administração e Comércio são as segundas famílias profissionais mais oferecidas (13,5% e 13% respetivamente) e predominam, nestas áreas, os cursos de *Técnico de Multimédia* (14 cursos) e *Técnico de Gestão* (13 cursos). A área das Tecnologias de Informação é a terceira área mais oferecida e regista 15 a 16 cursos em cada um dos 3 cursos correspondentes a esta família profissional.

Gráfico 2 - Norte, Oferta Formativa Privada, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRN (DREN), 2013

A oferta formativa nesta rede sofreu alterações assinalando menos 89 cursos, do que os registados nos períodos anteriores, destacando-se alguns cursos de cariz industrial, nomeadamente nas áreas têxtil, mecânica, eletricidade e mecânica entre outros cursos que fecharam no ciclo 2011/2014, apesar de a rede ter assinalado um aumento do número de inscritos de 2010 para 2011.

Oferta Pública

A oferta pública na região Norte é hoje (ciclo de formação 2011/2014) constituída por 64 cursos diferentes correspondentes a 17 famílias profissionais⁵.

No universo das 144 escolas secundárias públicas com ensino profissional existem 684 cursos que correspondem a mais de 60% da oferta total da região. Em média cada escola tem vindo a oferecer 3 a 4 cursos.

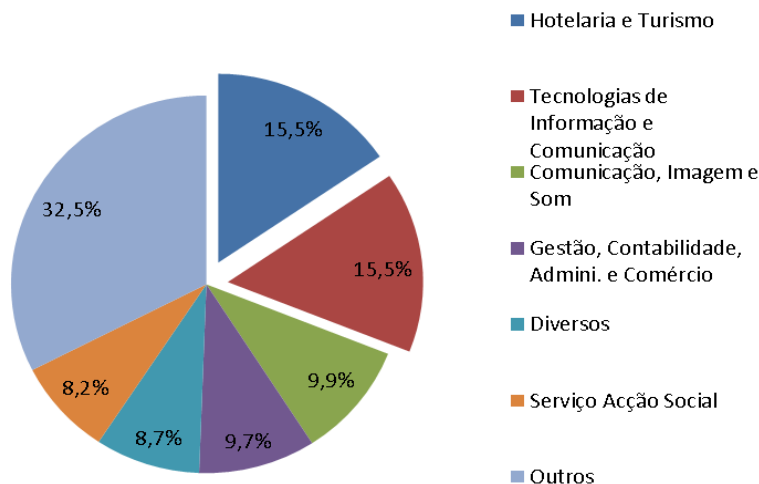
No conjunto dos cursos oferecidos nesta rede predominam as famílias profissionais Hotelaria e Turismo e Tecnologias de Informação e Comunicação cada uma com 15.5% do total da oferta pública, com incidência nos cursos de *Técnico de Turismo* (42 cursos) e *Informática de Gestão* (40 cursos) respetivamente (Gráfico 3).

As outras famílias profissionais são representadas pelos cursos de *Técnico de Multimédia* (34 cursos), *Técnico de Gestão* (20 cursos), *Técnico Apoio à Gestão Desportiva* (48 cursos), e *Animador Sociocultural* (26 cursos).

O curso *Técnico Apoio à Gestão Desportiva* foi criado em 2011 (Portaria nº 176/2011 de 28 de Abril), e tem vindo a assumir predominância na oferta pública, em praticamente todas as regiões.

⁵ Agregámos a família profissional Comércio, à de Gestão, Contabilidade e Administração, e criámos uma rubrica Diversos, onde incluímos os cursos Técnico de Gestão Desportiva e Organização de Eventos, contando-a como uma família profissional e mantendo assim 19 famílias profissionais constantes na regulamentação em vigor.

Gráfico 3- Norte, Oferta Formativa Pública, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRN (DREN), 2013.

Nos períodos de formação anteriores a 2011-2014, havia 56 cursos de *Animador Sociocultural* e 37 de *Técnico Psicossocial*. Esta família profissional constituída pelos cursos de Serviço de Ação Social sofreu um decréscimo significativo em número de cursos, passando de 107 cursos no período de 2006 a 2011, para 56 no período atual.

A oferta formativa da rede pública nesta região sofreu alterações muito significativas. Em 2010/2011, a região perdeu 1365 alunos e 9 escolas fecharam esta via de ensino, assinalando hoje, menos 89 cursos do que nos períodos anteriores.

Como referimos, o ensino secundário profissional nesta região passou por alterações significativas desde a sua constituição, particularmente na rede pública, com a perda de alunos, o fecho desta via em algumas escolas, e a diminuição do número de cursos. A rede privada por seu lado, embora com o fecho de cursos, assinalou a abertura de mais duas escolas com oferta profissional.

No conjunto das ofertas formativas (público e privado), a família profissional mais oferecida é coincidente, contudo, a predominância dos respetivos cursos é diferente. A oferta pública oferece um curso de componente mais teórica, como o de *Técnico de Turismo*, o qual contribui, nesta rede, para a incidência da oferta na família profissional de Hotelaria e Turismo, enquanto a oferta privada, por sua vez, apresenta predominância nesta família profissional, com os cursos de *Técnico de Restauração*, em ambas as variantes.

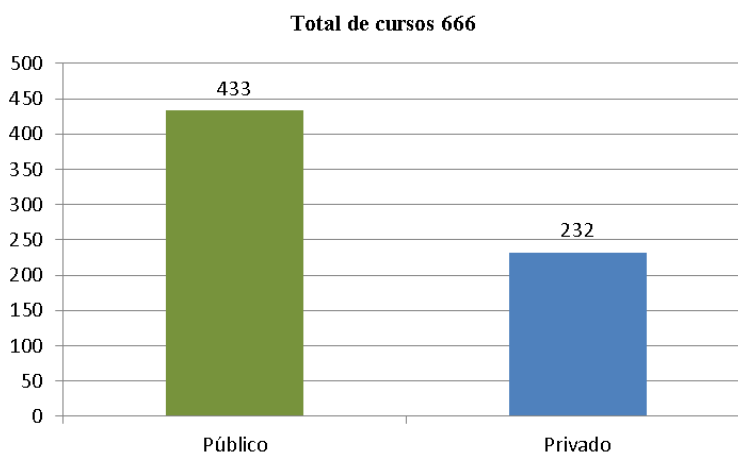
Um curso que assume relevância, particularmente na rede pública, é o curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva*. Em termos de número de cursos oferecidos pelas diferentes escolas da rede pública, este curso assume relevo em praticamente todas as regiões.

CENTRO

A região Centro apresenta-se hoje com um total de 154 escolas com ensino profissional de nível secundário, distribuídas por mais de 70 Concelhos e pelos 5 distritos que a integram (Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Viseu, Aveiro e Guarda). Destas, 106 são escolas secundárias públicas e 48 são escolas profissionais privadas.

Em 2010-2011 estavam matriculados 27286 jovens no ensino profissional, 15632 dos quais nas escolas secundárias da rede pública de ensino. O universo destas 154 escolas oferece um total de 666 cursos correspondentes a 16 famílias profissionais, e 107 cursos diferentes. O gráfico 4 apresenta a distribuição do total de cursos desta região em cada rede de ensino profissional.

Gráfico 4 - Centro, total cursos por rede, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRC (DREC), 2013.

A oferta formativa nesta região sofreu alterações em relação aos períodos anteriores, com a perda de mais de 10 cursos profissionais diferentes, e a diminuição de 34 cursos no total da oferta.

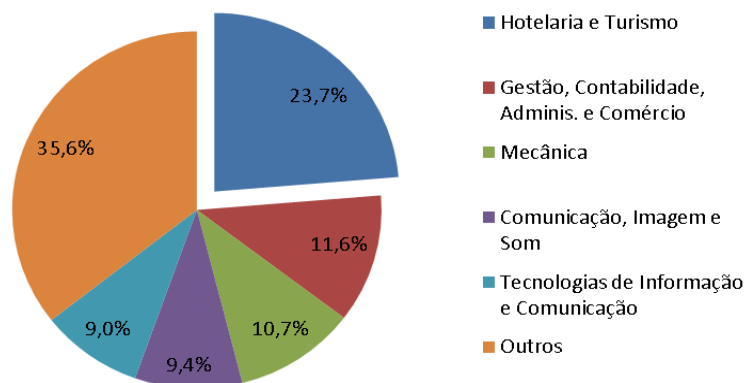
Oferta Privada

A oferta formativa das 48 escolas privadas (delegações incluídas) da região é constituída por um total de 232 cursos correspondentes a 34,8% do total da oferta da região (2011-2014).

Em 2010/2011, havia 11654 jovens matriculados nas escolas desta rede.

Os cursos mais oferecidos (Gráfico 5) correspondem à família profissional Hotelaria e Turismo, com 23,3% do total da oferta privada da região e a predominância dos cursos de *Técnico de Restauração* em ambas as variantes de restaurante/bar e cozinha/pastelaria (34 cursos), e de *Técnico de Turismo*, com 15 cursos.

Gráfico 5 - Centro, Oferta Formativa Privada, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: Anespo: Anuário da Anespo, 2012-2013.

Na família profissional de Gestão, Contabilidade, Administração e Comércio, o curso que predomina é o curso de *Técnico de Gestão* com 8 cursos. Na terceira família profissional mais oferecida – Mecânica -, predomina o curso de *Técnico de Energias Renováveis* com 11 cursos oferecidos pelas diferentes escolas da rede. Esta oferta sofreu alterações ligeiras com a perda de menos de 10 cursos nas diferentes famílias profissionais, em relação aos períodos anteriores de formação.

Oferta Pública

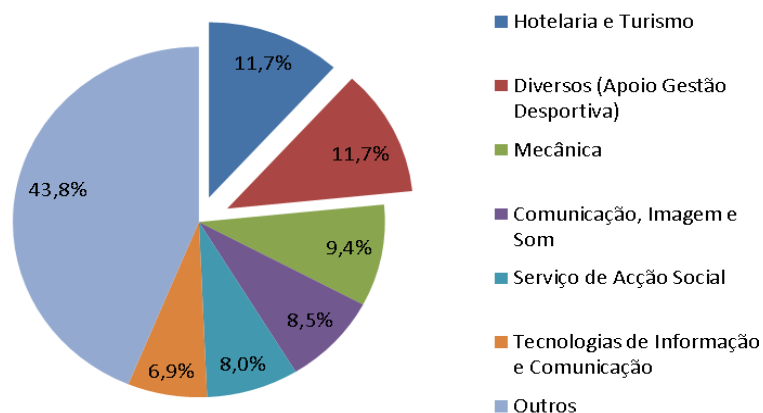
A oferta pública na região Centro é hoje (ciclo de formação 2011/2014), constituída por 53 cursos diferentes correspondentes a 15 famílias profissionais. No universo das 106 escolas secundárias públicas com ensino profissional⁶ existem 433 cursos, o que corresponde a 65% do total da oferta na região. Em média cada escola tem vindo a oferecer 2 a 3 cursos.

No conjunto dos cursos oferecidos nesta rede (Gráfico 6) predominam a família profissional Hotelaria e Turismo, com 34 cursos de *Técnico de Restauração* (ambas as variantes), e o curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva*, com 46 cursos a representarem 11,7% do total da oferta pública da região.

Nesta região são de realçar as formações na área de Mecânica, a qual é representada pelos cursos de *Técnico de Manutenção Industrial* (20 cursos) e de *Técnico de Produção em Metalomecânica* (10 cursos). Esta área é a terceira família profissional mais oferecida pelas diferentes escolas da rede, quer na oferta privada quer na pública, embora, como se verifica com diferentes predominâncias nos cursos.

⁶ O número de escolas conta igualmente com os agrupamentos referidos na informação fornecida pela Direção Geral de Estabelecimentos Escolares do Centro.

Gráfico 6 - Centro, Oferta Formativa Pública, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRC (DREC), 2013.

Dois áreas que sobressaem são as áreas de Comunicação, Imagem e Som, onde predomina o curso de *Técnico de Multimédia* (26 cursos), e a de Tecnologias da Saúde, com 21 cursos de *Técnico Auxiliar de Saúde*.

A família profissional constituída pelos cursos de Serviço de Ação Social oferece entre 10 a 13 cursos profissionais, e nas Tecnologias de Informação, predomina o curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos*, com 14 cursos. As restantes famílias profissionais -Outros- são representadas por menos de 10 cursos, à exceção da família profissional Eletricidade e Eletrónica na qual predomina o curso de *Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores* com 11 cursos.

Tal como no Norte a região Centro apresenta uma oferta formativa, pública e privada, predominante na família profissional de Hotelaria e Turismo. Os cursos mais oferecidos são, em ambas as redes, as variantes do curso de *Técnico de Restauração*.

A área de Mecânica sobressai na oferta pública desta região, contudo, o curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva* ultrapassa em larga escala, o número de cursos que constituem a família profissional de Mecânica, oferecidos pelas escolas da rede.

Para além da incidência assinalada o que se verifica igualmente é uma diversificação e dispersão da oferta, com menos de 8 cursos nas formações que constituem as diferentes e restantes famílias profissionais.

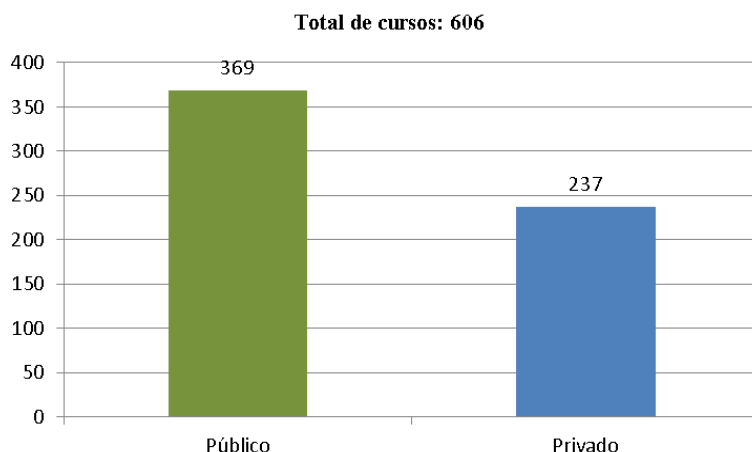
LISBOA E VALE DO TEJO

Lisboa e Vale do Tejo (LVT) apresenta hoje um total de 191 escolas com ensino profissional de nível secundário distribuídas pelos 51 Concelhos da região. Destas, 128 são escolas secundárias da rede pública com ensino profissional e 63 escolas profissionais privadas.

Em 2010-2011 estavam matriculados 24236 jovens no ensino profissional nesta região, 14212 dos quais nas escolas secundárias da rede pública.

Estas 191 escolas da região com ensino profissional oferecem um total de 606 cursos correspondentes a 16 famílias profissionais e 81 cursos diferentes. O gráfico 7 apresenta a distribuição desta oferta pela rede pública e privada.

Gráfico 7 - LVT, total cursos por rede, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRLVT (DREL), 2013.

No total das duas redes a oferta formativa assinalou um aumento de 18 cursos relativamente aos períodos anteriores, e a rede pública perdeu 7 escolas com ensino secundário profissional. A rede privada perdeu 1 escola e 3 cursos profissionais.

Oferta Privada

A oferta formativa das 63 escolas privadas da região é constituída por um total de 237 cursos correspondentes a 39,1% do total da oferta da região (2011-2014).

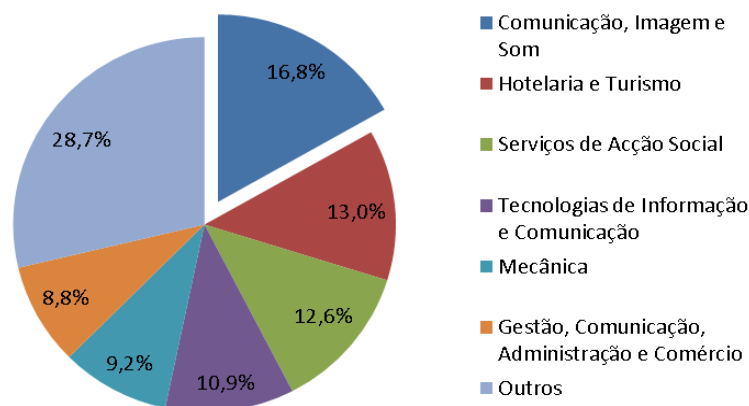
Em 2010/2011, havia 10024 jovens matriculados nestas escolas.

Nesta rede os cursos mais oferecidos (Gráfico 8), correspondem à família profissional Comunicação, Imagem e Som (16,8%), destacando-se o curso de *Técnico de Comunicação, Marketing e Relações Públicas* (14 cursos).

As famílias profissionais Hotelaria e Turismo (13%) e Serviços de Ação Social (12,6%) seguem-se como as segundas famílias profissionais mais oferecidas, e a incidência verifica-se nos cursos de *Técnico de Turismo* (9 cursos) e *Animador Sociocultural* (14 cursos), respetivamente.

A família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação são a terceira área de formação oferecida por estas escolas, com 26 cursos correspondentes a 10,8% da oferta, e predomina o curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos* (10 cursos).

Gráfico 8 - LVT, Oferta Formativa Privada, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRLVT (DREL), 2013.

Na família profissional Mecânica o curso predominante é o de *Técnico de Energias Renováveis* com 10 cursos.

Relativamente aos períodos anteriores a oferta formativa na rede de escolas profissionais privadas apresenta hoje, menos 5 cursos e tendo assinalado o fecho de 1 escola.

Oferta Pública

A oferta formativa pública é hoje (ciclo de formação 2011-2014) constituída por 52 cursos diferentes, correspondentes a 16 famílias profissionais.

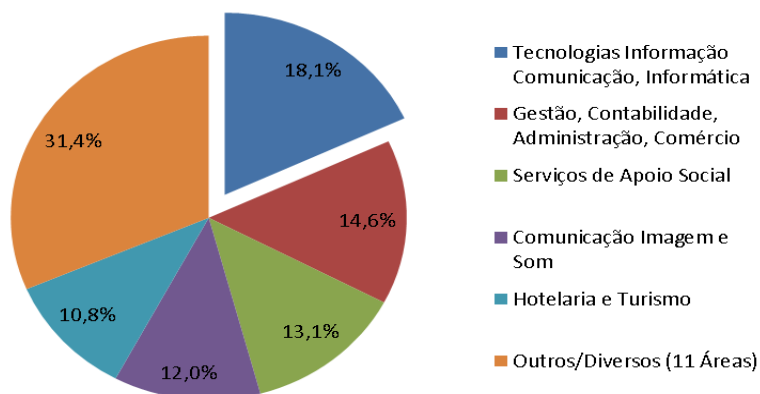
No universo das 128 escolas públicas existem 369 cursos que correspondem a 60,9% da oferta profissional total na região. Em média, cada escola tem vindo a oferecer 2 a 3 cursos profissionais por ciclo de formação.

No conjunto dos cursos oferecidos nesta rede predomina a família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação com 18,1% do total das ofertas, sendo a maior incidência no curso de *Gestão e Programação de Sistemas Informáticos* (35 cursos) (Gráfico 9).

A família profissional com a segunda maior oferta é a de Gestão, Contabilidade, Administração e de Comércio, correspondem a 14,6% da oferta formativa da região predominando os cursos de *Técnico de Gestão* (18 cursos) e *Técnico de Marketing* (11 cursos).

Apesar da diminuição do número total de cursos nas áreas de Serviço de Acção Social, que se verifica no ciclo de formação 2011-2014 em relação aos ciclos anteriores, esta família profissional corresponde a 13,1% da oferta formativa na região, e a maior incidência verifica-se no curso de *Técnico de Apoio à Infância* (25 cursos).

A família profissional Comunicação, Imagem e Som, com perto de 12% da oferta formativa da rede pública da região apresenta uma incidência no curso de *Técnico Multimédia* (16 cursos).

Gráfico 9 - LVT, Oferta Formativa Pública, predominância por família profissional, 2011-2014.


Fonte: DGEste: DSRLVT (DREL), 2013.

A oferta formativa na família profissional Hotelaria e Turismo, que corresponde a 10,8% do total da oferta formativa da região, incide no curso *Técnico de Turismo* (26 cursos). Esta família profissional não se constitui como área predominante em qualquer dos Concelhos da região.

Um curso que tem assinalado uma oferta crescente (55 cursos), é o curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva*. Este novo curso corresponde a 16,2% da oferta formativa pública nesta região⁷.

Em termos concelhios não se verifica uma predominância ou tendência específica de áreas de formação. A rede pública nesta região assinalou o fecho de 9 cursos e a abertura de 10 novos cursos (diferentes dos anteriores) no período 2011/2014, mas perdeu em 2010/2011, 764 alunos nesta via de ensino.

A oferta formativa na região de Lisboa e Vale do Tejo assinala algumas diferenças relativamente às duas primeiras regiões analisadas. Houve fecho da oferta em escolas da rede pública e privada, bem como de uma escola da rede privada, mas, por outro lado, verificou-se a abertura de novos cursos em ambas as redes.

A predominância é diferente nas redes pública e privada. Na primeira sobressaem os cursos nas áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação, e na segunda os cursos na área de Comunicação, Imagem e Som, com destaque para o curso, acima referido, de *Técnico de Comunicação, Imagem e Relações Públicas*.

À semelhança do que se verifica no Norte e no Centro, Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma oferta dispersa e diversificada, embora numa percentagem inferior à verificada nas outras regiões. Na rede privada os cursos com menor representatividade constituem 28,7% da oferta, e na rede pública, 31,4%. Existe, na rede privada, uma maior concentração nas famílias profissionais representadas no gráfico.

⁷ Em "Diversos" está incluído o curso de *Organização de Eventos*, com uma oferta de apenas 3 cursos nas escolas secundárias públicas com oferta profissional.

A rede pública de ensino profissional nesta região apresenta-se mais diversificada, e, acompanhando a tendência iniciada em 2011, um dos cursos mais oferecidos é o de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva*.

ALENTEJO

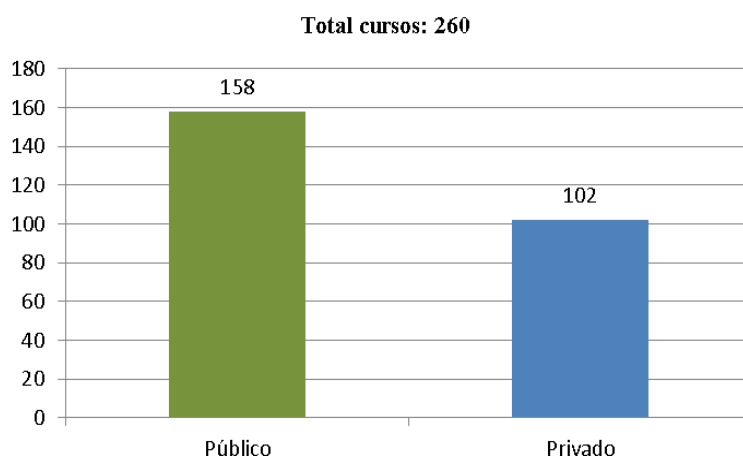
O Alentejo apresenta-se hoje com um total de 53 escolas com ensino profissional distribuídas por 39 Concelhos da região. Destas, 34 são escolas da rede pública com ensino profissional e 19 são escolas profissionais da rede privada.

Em 2010-2011 estavam matriculados no ensino profissional 8006 jovens na região, 4478 dos quais nas escolas secundárias da rede pública.

Estas 53 escolas oferecem um total de 260 cursos correspondentes a 15 famílias profissionais e 38 cursos diferentes. O Gráfico 10 apresenta a distribuição desta oferta pela rede pública e privada.

A oferta formativa nesta região assinalou, nas duas redes de ensino, uma diminuição de perto de 60 cursos relativamente aos períodos anteriores.

Gráfico 10 - Alentejo, total cursos por rede, 2011-2014.



Fonte: DGEste: DSRA (DREA), 2013.

Oferta Privada

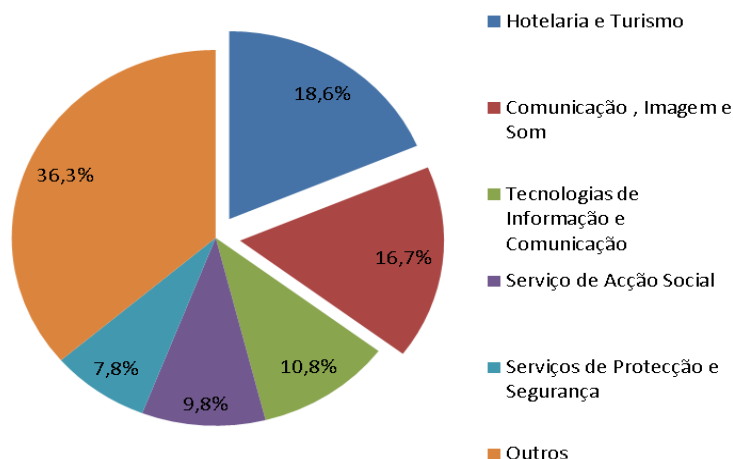
A rede privada de ensino profissional é constituída por 19 escolas (polos/delegações incluídos), que oferecem um total de 102 cursos correspondentes a 15 famílias profissionais e 38 cursos diferentes.

Em 2010/2011 havia 3528 jovens matriculados nas escolas privadas da região.

Hoje os cursos mais oferecidos (Gráfico 11) correspondem à família profissional Hotelaria e Turismo (18,6%), com predominância para o curso de *Técnico de Receção* com 6 cursos, e é

seguida pela família profissional Comunicação, Imagem e Som (16,7%), com a maior oferta no curso de *Técnico de Multimédia* (7 cursos).

Gráfico 11 - Alentejo, Oferta Formativa Privada, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRA (DREA), 2013.

As áreas de formação correspondentes às famílias profissionais Tecnologias de Informação e Comunicação e Serviço de Acção Social representam 10,8% e 9,8% da oferta respetivamente, e os cursos que apresentam maior incidência são os cursos de *Informática de Gestão* (7 cursos) e *poio à Infância* (5 cursos). Um curso que sobressai na oferta desta rede é o curso de *Técnico de Protecção Civil* (5 cursos), correspondente à família profissional *Serviços de Protecção e Segurança* numa percentagem inferior a 10%, mas relevante face à predominância do curso em referência nesta área de formação.

A registar na oferta desta rede é a excessiva dispersão e diversificação dos cursos pelas restantes famílias profissionais e a sua alteração em número de cursos relativamente aos períodos anteriores.

Oferta Pública

A Região do Alentejo apresenta-se hoje com 34 escolas secundárias públicas com ensino profissional, distribuídas por 39 Concelhos.

A oferta formativa profissional sofreu alterações significativas desde 2006 com a diminuição do número de cursos (menos 33 cursos) e respetivas famílias profissionais (menos 3 famílias profissionais). No atual período de formação (2011-2014), a região apresenta uma oferta profissional de nível secundário constituída por 38 cursos diferentes correspondentes a 15 famílias profissionais.

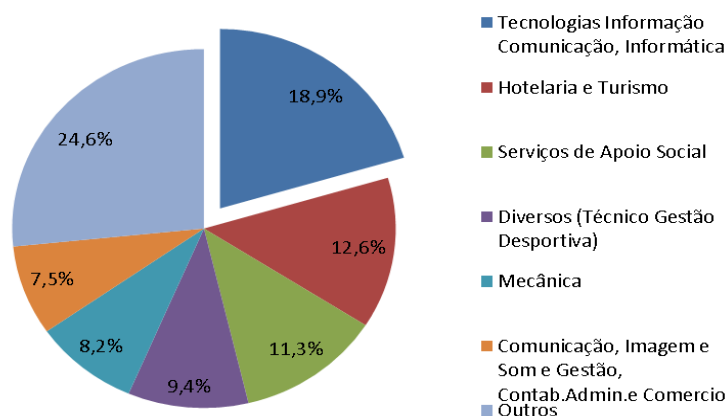
Estas escolas oferecem um total de 158 cursos que correspondem a 70% da oferta profissional da região e em média cada escola oferece 3 a 4 cursos por ciclo de formação.

No conjunto das ofertas a família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação, representa 18,9% do total da oferta pública, predominando os cursos de *Técnico de Informática de Gestão* (13 cursos) e *Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos* com 10 cursos (Gráfico 12).

Hotelaria e Turismo constitui-se como a segunda oferta predominante, com 12,6% da oferta da região e o curso mais oferecido nesta área, é o curso de *Técnico de Turismo* (13 cursos).

A família profissional Serviço de Ação Social representa 11% da oferta formativa, com predominância para o curso de *Animador Sociocultural* (8 cursos). O curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva* ganha expressão, com 12 cursos oferecidos pelas escolas da região, que apresenta uma nova oferta (*Técnico de Gestão de Equipamentos Educativos*).

Gráfico 12 - Alentejo, Oferta de Formativa Pública, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRA (DREA), 2013.

A nível de Concelhos não se verifica predominância de ofertas. Nesta região a oferta formativa é diferente nas redes de ensino público e privado. A rede pública assinala uma predominância na família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação, e a rede privada na família profissional Hotelaria e Turismo.

A dispersão é igualmente significativa com 36,3% da oferta da rede privada a ser constituída por menos de 5 cursos por família profissional, e 24,6% da oferta da rede pública constituída por menos de 8 cursos nas formações que constituem as famílias profissionais.

O curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva* apresenta igualmente uma tendência para predominar na rede de oferta pública. E na rede privada, verifica-se uma tendência, relativamente a períodos anteriores, para a oferta do curso de *Técnico de Proteção Civil*, correspondente à família profissional Serviços de Proteção e Segurança.

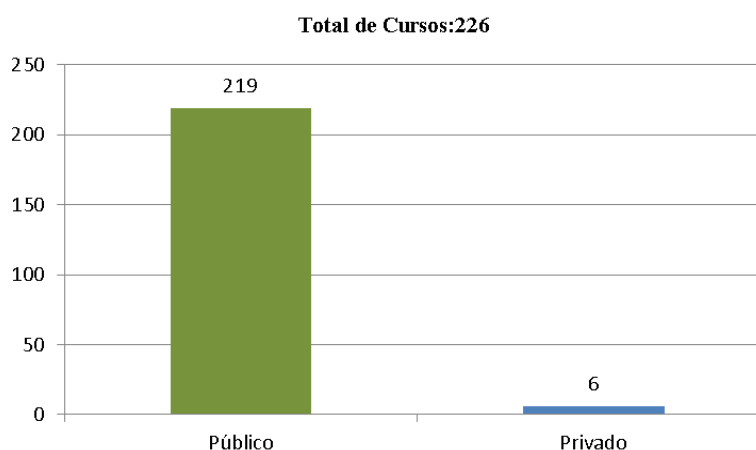
ALGARVE

O Algarve apresenta-se hoje com 22 escolas com ensino profissional distribuídas por 14 Concelhos da região. Destas, 18 são escolas da rede pública, e 4 escolas da rede privada⁸.

Em 2010-2011 estavam matriculados no ensino profissional 5041 jovens na região, 4535 dos quais nas escolas secundárias da rede pública.

Estas 22 escolas oferecem um total de 226 cursos correspondentes a 17 famílias profissionais e 47 cursos diferentes. O Gráfico 13 apresenta a distribuição desta oferta pela rede pública e privada.

Gráfico 13 - Algarve, total de cursos por rede, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRAL (DREAL), 2013.

Nas duas redes de oferta de ensino profissional verificou-se o fecho de 5 cursos relativamente aos períodos anteriores, e a região assinala uma estabilidade significativa na oferta formativa ao longo do tempo.

Oferta Privada

A rede privada de ensino profissional é constituída por 4 escolas que oferecem um total de 6 cursos correspondentes a 5 famílias profissionais e 5 cursos diferentes.

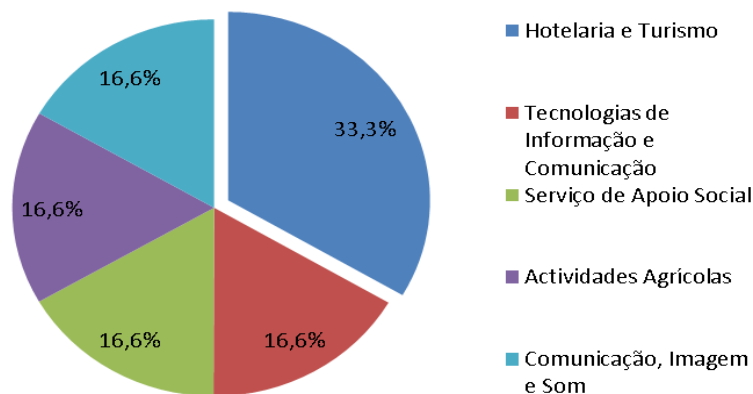
Em 2010/2011 havia 506 jovens matriculados nestas escolas privadas da região.

Apesar da irrelevância da oferta formativa nesta rede, bem como da sua distribuição (1 curso por família profissional), optámos por seguir a mesma metodologia de representação gráfica (Gráfico 14).

⁸ Nesta análise não entramos em linha de conta com as escolas profissionais de Agricultura do Algarve, de Hotelaria e Turismo do Algarve e do Instituto de Educação Técnica de Seguros, por não constarem nos ficheiros cedidos pelo DGSE do Algarve.

O curso *Técnico de Turismo* a família profissional Hotelaria e Turismo é oferecido por 2 escolas da rede.

Gráfico 14 - Algarve, Oferta Formativa Privada, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRAL (DREAL), 2013.

Oferta Pública

A região do Algarve apresenta-se com 18 escolas secundárias públicas com ensino profissional, distribuídas pelos 14 Concelhos da região, e 4535 jovens matriculados (2010/2011).

A oferta formativa pública nesta região manteve-se muito semelhante entre 2006 e 2011, assinalando o fecho de apenas 3 cursos, um dos quais de 1 família profissional. Esta oferta é hoje (ciclo formação 2011-2014), constituída por 47 cursos diferentes, correspondentes a 17 famílias profissionais.

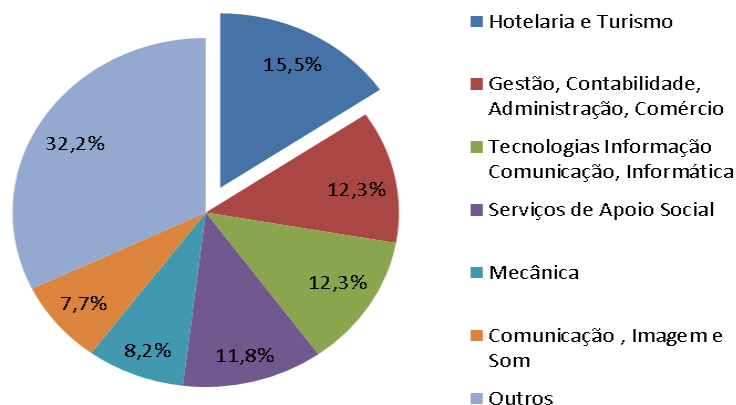
No universo destas escolas com oferta profissional de nível secundário, existem 219 cursos, e em média, cada escola tem vindo a oferecer 4 a 5 cursos profissionais por ciclo de formação. No conjunto destes cursos, sobressai, com 15,5% do total da oferta, a família profissional Hotelaria e Turismo (34 cursos), com predominância do curso *Técnico de Restauração* (17 cursos) e *Técnico de Turismo* (12 cursos) (Gráfico 15).

O curso de *Técnico de Secretariado* é o mais oferecido na família profissional Gestão, Contabilidade, Administração e Comércio, e na família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação, com 12,3% do total da oferta, predomina o curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos* (15 cursos), seguindo a tendência verificada em outras regiões.

Na família profissional Serviço de Ação Social, o curso *Técnico de Apoio à Infância* é o mais oferecido (10 cursos). Esta formação tem vindo a crescer em praticamente todas as regiões, face ao decréscimo na formação *Animador Sociocultural*, a qual predominou no período entre 2006 e 2011.

O curso de *Técnico de Instalações Elétricas* aparece como relevante em termos de uma oferta que assinala maior concentração no Concelho de Lagos.

Gráfico 15- Algarve, Oferta Formativa Pública, predominância por família profissional, 2011-2014.



Fonte: DGEsTE: DSRAL (DREAL), 2013.

Acompanhando a tendência verificada nas outras regiões, o curso *Técnico de Gestão Desportiva* aparece igualmente como uma oferta significativa nestas escolas (11 cursos). A formação em *Energias Renováveis*, vertente *Sistemas Solares*, correspondente à família profissional de Mecânica, tem igualmente preponderância e aparece como uma formação cujo número de cursos (9), se tem mantido desde 2006.

A oferta formativa nesta região é representada pela rede pública de ensino e é de assinalar a tendência para a estabilidade da oferta formativa em termos de cursos e de áreas formativas, mesmo no que se refere ao número de cursos, ao longo do período analisado.

Tal como nas restantes regiões a dispersão e diversificação são significativas, com mais 32,2% da oferta formativa a ser constituída por menos de 5 cursos em cada área de formação respeitante às famílias profissionais representadas.

OFERTA FORMATIVA NAS ESCOLAS DA REDE ESCXEL

As 13 escolas secundárias da rede ESCXEL com oferta profissional, em Oeiras (6 escolas) Batalha (1 escola), Castelo Branco (3 escolas), Constância (1 escola), Loulé (2 escolas), bem como Montemor-o-Novo (1 escola) e Mação (1 escola), apresentam uma oferta formativa constituída por 31 cursos diferentes, correspondentes a 14 famílias profissionais. Esta oferta sofreu alterações nos diferentes ciclos de formação desde 2006, com a abertura de cursos e fecho de outros, e apresenta-se hoje com uma tendência para a predominância em duas famílias profissionais (Quadro I).

QUADRO I - Número de Escolas com oferta por famílias profissionais/cursos.

Famílias Profissionais	Oferta/Cursos	Nº escolas c/ oferta
Serviços de Apoio Social	Animador Sociocultural	2
	Técnico de Apoio à Infância	3
Comunicação, Imagem e Som	Técnico de Design Gráfico	2
	Técnico de Fotografia	2
	Técnico de Multimédia	3
Gestão, Contabilidade, Administração e Comércio	Técnico de Comércio	2
	Técnico Contabilidade	1
	Técnico de Gestão	1
	Técnico de Marketing	3
Hotelaria e Turismo	Técnico de Secretariado	1
	Técnico de Restauração	4
	Técnico de Turismo	7
Tecnologias da Saúde	Técnico Turismo Ambiente Rural	3
	Técnico Auxiliar de Saúde	2
Eletricidade e Eletrónica	Técnico de Instalações Eléctricas	2
	Técnico Gestão Equipamentos Informáticos	5
Tecnologias de Informação e Comunicação	Técnico de Gestão Programação de Sistemas Informáticos	6
	Técnico de Informática de Gestão	3
	Técnico de Energias Renováveis	3
Mecânica	Técnico de Frio e Climatização	2
	Técnico de Manutenção Industrial	3
	Técnico Mecatrónica	2
Ordenamento do Território e Ambiente	Técnico de Gestão do Ambiente	1
Serviços de Protecção e Segurança	Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho	1
	Técnico de Salvamento em Meio Aquático	1
Atividades Agrícolas e Agro -Alimentares	Técnico Processamento e Controle Qualidade Alimentar	1
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes	1
Têxtil e Vestuário	Técnico de Design	3
Química Técnico de Turismo	Técnico de Análise Laboratorial	2
Informação e Gestão do Património	Técnico de Museografia e Gestão do Património	2
Outros	Técnico de Apoio Gestão Desportiva	6

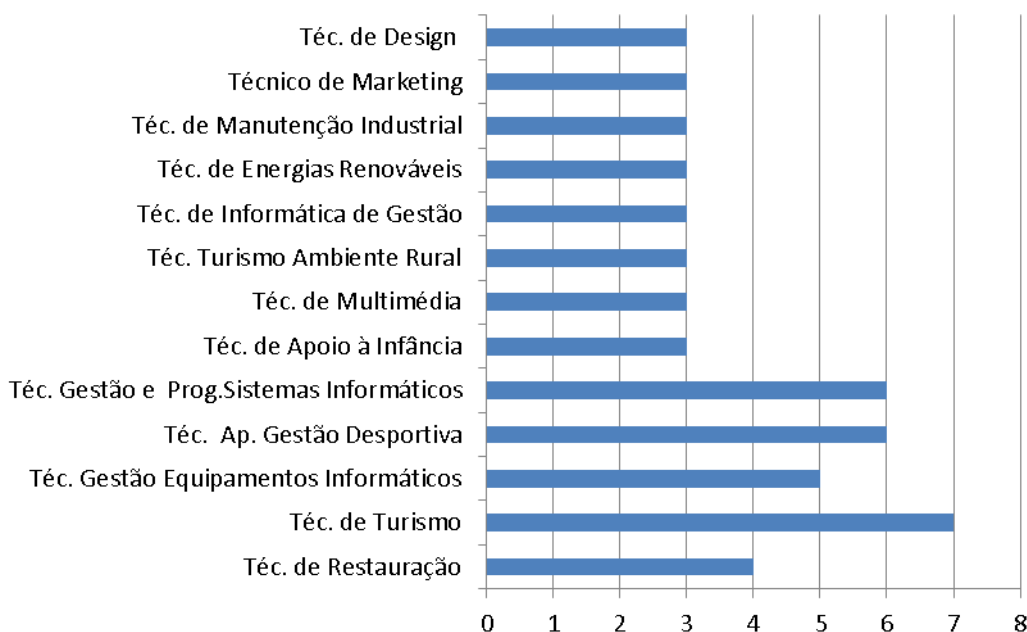
Fonte: Direções Gerais dos Estabelecimentos Escolares (DRE), 2013.

Como se pode observar pelo quadro, a diversificação é significativa, e a incidência da oferta verifica-se nas famílias profissionais de Hotelaria e Turismo, com o curso de *Técnico de Turismo* a ser oferecido por 7 escolas, e a família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação, com o curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos* a ser oferecido por 6 escolas da rede.

Outro curso que ganha expressão na oferta formativa da rede, à semelhança do que ocorre a nível nacional, é o curso de *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva*, o qual é oferecido por 6 escolas da rede.

Numa representação gráfica recolhemos os cursos de maior oferta aferida pelo número de escolas da rede que os oferecem (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Predominância da Oferta Formativa, escolas da rede ESCXEL, 2011-2014.



Fonte: Direções Gerais dos Estabelecimentos Escolares (DRE), 2013.

Das duas famílias profissionais que predominam nas escolas da rede ESCXEL, os cursos mais oferecidos são o curso de *Técnico de Turismo*, da família profissional Hotelaria e Turismo, e o curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos*, da família profissional Tecnologias de Informação e Comunicação.

O curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva surge como uma oferta igualmente expressiva, acompanhando a tendência nacional para a oferta deste curso desde 2011.

A oferta formativa profissional das escolas da rede ESCXEL é em tudo semelhante ao que se verifica a nível nacional em termos de predominância nas áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação, e Hotelaria e Turismo, bem como à diversificação e dispersão de cursos e famílias profissionais.

Em média, as escolas da rede oferecem 1 a 2 cursos profissionais por ciclo de formação.

Praticamente em todas as escolas se verificaram ajustamentos à oferta formativa, com o fecho de cursos e abertura de outros no período de formação 2006 a 2014, bem como com o fecho desta via de ensino secundário.

Quanto ao número de alunos, apesar do aumento contínuo de matriculados nesta via de ensino a nível nacional, este crescimento tem vindo a diminuir desde 2010 e é na rede pública que se verifica esta estabilização. A rede de escolas privadas registara um aumento mais expressivo a partir desta altura, ganhando para o ensino profissional 2164 alunos entre 2011 e 2013. A rede pública ganhou apenas 715 alunos no mesmo período, assinalando um crescimento significativamente menos acentuado daquele que se verificou no início da extensão desta via de ensino à rede pública.

Este efeito tem réplica nas escolas da rede ESCXEL, que assinalam uma diminuição do número de alunos no ensino secundário, em particular no ensino profissional. À exceção do Concelho de Oeiras, que aumentou o número de turmas de 1º ano (10º ano) nesta via de ensino, as restantes escolas/agrupamentos desta rede perderam alunos no ensino profissional, registando uma diminuição do número de turmas (menos 13 turmas de 1º ano) no período entre 2011/2012 para 2012/2013.

CASTELO BRANCO

O Concelho de Castelo Branco apresenta alterações na oferta formativa desde 2006, com o fecho de 2 cursos no ciclo 2011/2014, e abertura de novos cursos. Uma das escolas deste Concelho, Nuno Álvares, alterou significativamente a oferta pois mudou as famílias profissionais que vinham tendo expressão na escola. A escola Amato Lusitano, por sua vez, fechou 2 cursos mas parece assinalar alguma estabilidade nas famílias profissionais. A escola José Sanches de Alcains iniciou o ciclo de formação profissional com 4 cursos, oferecendo hoje apenas 2 cursos e em famílias profissionais diferentes.

O Quadro II apresenta a oferta do Concelho ao longo do período em análise (2006 a 2014), que presentemente é constituída por 11 cursos diferentes, correspondentes a 9 famílias profissionais. Verifica-se uma clara aposta nas tecnologias de informação e comunicação, e o curso de técnico de apoio à gestão desportiva aparece igualmente, na linha da tendência nacional.

A rede de escolas privadas neste Concelho é constituída por 3 escolas, 2 das quais de forte especialização nas áreas de seguros e finanças e na restauração. A terceira escola, tecnológica profissional, apresenta uma oferta mais diversificada, em áreas que vão do marketing, e comunicação, a animador socio cultural e mesmo serviços jurídicos.

Quanto ao número de alunos/turmas, nas escolas/agrupamentos da rede ESCXEL deste Concelho, registaram-se um total de 1109 alunos no ensino secundário, no ano letivo 2012/2013, estando 249 a frequentar o ensino profissional na escola secundária Amato Lusitano, e 100 na escola Nuno Álvares. Dos 1109 alunos no secundário, a escola José Sanches, tinha 93 alunos a frequentar o ensino secundário. Destes, pelo que se retira do número de cursos profissionais nesta escola, deverão frequentar o ensino profissional pouco mais de 40 alunos.

Quadro II - Oferta Formativa das escolas da rede ESCXEL de Castelo Branco, 2006 a 2014.

Designação do Curso
Técnico de Análise Laboratorial
Técnico de Gestão do Ambiente
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Fotografia
Técnico de Frio e Climatização
Técnico de Turismo
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade
Técnico Auxiliar de Saúde
Técnico de Apoio à Infância
Técnico de Turismo e Ambiente Rural
Técnico de Design
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Mecatrónica
Técnico de Multimédia

Fonte: DGEsTE: DSRC; Oferta Formativa 2006 a 2014 (confirmada pela escola/agrupamento).

O número de alunos decresceu nesta via de ensino com as escolas/agrupamentos a registarem menos duas turmas de 1º ano (10º ano) de ensino profissional (Quadro III).

Quadro III – Nº de turmas de ensino profissional nas escolas da rede ESCXEL, Castelo Branco, 2011-2013.

Ano letivo	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	23	7
2012-2013	22	5

Fonte: DGEsTE: DSRC, Oferta formativa, 2011-2014.

BATALHA

A escola da Batalha iniciou o ensino profissional com 7 cursos (Quadro IV) e oferece hoje 3 cursos profissionais de 3 famílias profissionais diferentes.

As alterações assinaladas na oferta formativa, entre 2006 e 2014, decorreram fundamentalmente das preferências dos alunos aos quais é realizado um questionário para efeitos de identificação, gestão e planeamento das ofertas, mas a escola aposta na especialização de uma oferta formativa com a qual tem ganho reconhecimento na comunidade envolvente, proporcionando-lhe espaço de intervenção regional, um espaço que hoje se abre de forma mais expressiva nesta escola.

Quadro IV - Oferta formativa na escola da rede ESCXEL da Batalha, 2006-2014.

Designação do Curso
Técnico de Contabilidade
Técnico de Cantaria
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Museografia e Gestão do Património
Técnico de Programação de Sistemas Informáticos
Técnico de Comércio
Técnico de Energias Renováveis

Fonte: DGEste: DSRC: Oferta formativa 2006 a 2014 (confirmada pela escola/agrupamento).

As escolas públicas dos Concelhos de Leiria e Marinha Grande apostam em formações diversificadas, mas oferecem igualmente o curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (3 e 4 turmas respetivamente) e apostam nas áreas das Tecnologias de Informação e Comunicação na sua oferta formativa.

No entanto, a aposta na especialização numa área de formação, posiciona a escola da Batalha como uma escola de referência na região para a formação e qualificação de jovens nas Tecnologias de Informação e Comunicação, em particular no curso de *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos*, cujas saídas profissionais são relevantes para o tecido económico envolvente. Esta estratégia abre-lhe possibilidades de manutenção e ativação da procura, captando alunos de escolas de Concelhos limítrofes e vizinhos, diminuindo-lhe a situação de periferia em que a escola se encontra geograficamente.

Não existem escolas profissionais privadas no Concelho da Batalha, mas nos Concelho vizinhos (Marinha Grande e Leiria), existem 3 escolas profissionais privadas cuja oferta é predominante nas áreas da Eletrónica, Telecomunicações e Automação, bem como na Restauração.

A diminuição do número de alunos no ensino secundário e igualmente no ensino profissional, reforça a necessidade deste Concelho apostar na estratégia de especialização pela qualidade da formação oferecida em uma ou mais áreas de formação.

Batalha perdeu alunos nestes dois últimos ciclos de formação, 2011/2012 para 2012/2013, e diminuiu o número de turmas de 1º ano (10º ano) (Quadro V).

QUADRO V - Nº de turmas de ensino profissional na escola da rede ESCXEL da Batalha, 2011-2013.

Ano letivo	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	6	3
2012-2013	6	2

Fonte: DGEste: DSRC, Oferta formativa; turmas, 2011-2014 (confirmada pela escola/agrupamento).

Em 2011/2012, esta escola/agrupamento tinha 252 alunos no secundário (CCH) e 148 alunos no ensino profissional, 70 dos quais em 1º ano (10º ano). Apesar de registar alunos (53) no 1º ano (10º ano) profissional em 2012/2013, este número é inferior ao ano letivo anterior, dando lugar à diminuição de 1 turma.

MAÇÃO

O Concelho de Mação apresenta-se com uma escola/agrupamento com ensino secundário e a sua carta educativa enfatiza a aposta no ensino profissional como um fator importante de captação e fixação dos jovens. A oferta tem sido constituída pelos seguintes cursos (Quadro VI):

Quadro VI- Oferta formativa na escola da rede ESCXEL de Mação, 2006-2014.

Designação do Curso
Técnico de Apoio Psicossocial
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente
Técnico de Marketing
Técnico de Restauração
Técnico Auxiliar de Saúde

Fonte: DGEsTE: DSRLVT: Oferta formativa 2006 a 2014.

Não existem escolas profissionais privadas, sendo esta questão e a falta de estruturas associativas empresariais apontadas como um dos pontos fracos do Concelho.

Este Concelho registou um aumento de turmas de 2011/2012 para 2012/2013, com abertura duas turmas de 1º ano (10º ano) relativas a novos cursos (restauração e saúde) (Quadro VII).

QUADRO VII - Nº de turmas de ensino profissional na escola da rede ESCXEL de Mação, 2011-2013.

Ano letivo	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	2	1
2012-2013	5	2

Fonte: DGEsTE: DSRLVT, Oferta formativa; turmas, 2011-2014.

CONSTÂNCIA

No Concelho de Constância, a escola pública da rede ESCXEL oferece um curso na área de Hotelaria e Turismo, *Técnico de Restauração* (variante restaurante-bar) uma área com expressão significativa, embora insuficiente no quadro de definição estratégica prevista para o desenvolvimento do turismo de lazer na sub-região onde este Concelho se integra, no âmbito do “Projeto Almourol”, que envolve as autarquias de Constância, Vila Nova da Barquinha e Chamusca. Para além dos “clusters” sectoriais importantes nesta sub-região (agroindustrial, madeira e papel, automóvel, cerâmica e couro), Constância deverá atender às áreas de desenvolvimento do turismo desportivo e de lazer, conservação ambiental e arranjo de espaços verdes, estimulando e captando a procura nos Concelhos limítrofes.

Nos ciclos anteriores Constância ofereceu o curso de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, tendo alterado a oferta para a família profissional de Hotelaria e Turismo (Quadro VIII)

Quadro VIII- Oferta formativa na escola/agrupamento da rede ESCXEL de Constância, 2006-2014.

Designação do Curso

Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Restauração (variante cozinha pastelaria)
Técnico de Restauração (variante restaurante bar)

Fonte: DGEsTE: DSRLVT: Oferta formativa 2006 a 2014.

De acordo com informação da escola/agrupamento, Constância não teve alunos de 1º ano (10º ano) de ensino profissional no presente ano letivo (2012/2013) e registou uma diminuição do número de alunos (menos 12) nesta via de ensino, de 2011/2012 para 2012/2013 (Quadro IX).

Quadro IX - Nº de turmas de ensino profissional na escola da rede ESCXEL de Constância, 2011-2013.

Ano letivo	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	2	1
2012-2013	2	0

Fonte: DGEsTE: DSRLVT, Oferta formativa; turmas, 2011-2014 (confirmada pelo agrupamento/escola).

Não existem escolas profissionais privadas no Concelho de Constância, contudo estas encontram-se nos Concelhos vizinhos, com ofertas formativas nas áreas da metalomecânica, manutenção industrial, energias renováveis, tecnologias de informação e comunicação, higiene e segurança no trabalho, mas também com uma forte aposta na formação na Restauração, nas variantes cozinha, bar e pastelaria. Das 4 escolas a que nos referimos, apenas uma, Escola Profissional de Ourém, não oferece esta formação.

OEIRAS

A oferta formativa (Quadro X) da rede de escolas ESCXEL do Concelho de Oeiras no período 2006-2014 apresenta alguma estabilidade em termos de manutenção das áreas de formação dos cursos profissionais, apesar do fecho de cursos bem como do fecho do ensino profissional enquanto oferta formativa nalgumas escolas do Concelho. No ciclo 2011-2014, Oeiras assinalou igualmente a abertura de 4 novos cursos, e acompanha a tendência nacional para a incidência do curso de *Técnico de Gestão Desportiva*, pese embora a predominância das famílias profissionais de Tecnologias de Informação e Comunicação e de Ação Social.

Quadro X – Oferta Formativa Profissional de nível secundário das escolas da rede ESCXEL da Oeiras, 2006-2014.

Designação do curso
Técnico de Apoio à Infância
Técnico de Manutenção Industrial-Mecatrónica Automóvel
Técnico de Gestão e Programação Sistemas Informáticos
Técnico de Gestão
Técnico de Comércio
Técnico de Design Gráfico
Técnico de Design
Técnico de Contabilidade
Animador Sociocultural
Técnico de Multimédia
Técnico de Marketing
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Turismo

Fonte: DGEste: DSRLVT: Oferta formativa 2006 a 2014.

As escolas Quinta do Marquês, Amélia Rey Colaço e Miraflores, iniciaram a formação profissional no ciclo 2008/2011, extinguindo-a no ciclo posterior (2011/2014). As alterações na oferta formativa têm sido sobretudo ao nível do fecho de cursos e da oferta profissional. A escola Sebastião e Silva fechou, no ciclo 2011/2014, cursos que tinham iniciado nos ciclos anteriores, e refletem sobre o sentido da continuação da oferta formativa profissional. Por sua vez, a escola Quinta do Marquês aparece este ano escolar, com a oferta do curso profissional de Técnico de Multimédia.

Atualmente as escolas da rede do Concelho de Oeiras apresentam-se com uma oferta formativa constituída por 10 cursos correspondentes a 7 famílias profissionais diferentes, predominando as Tecnologias de Informação e Comunicação e de Serviço Social. Uma das escolas ofereceu, em 2010, o curso de *Técnico de Turismo* que termina neste ano escolar 2012/2013, referindo que dificilmente manterá o ensino profissional na sua oferta educativa.

A rede privada de escolas profissionais neste Concelho é constituída por duas escolas com forte especialização, nomeadamente o Instituto de Tecnologias Náuticas com formações dirigidas para as áreas de mecânica naval e energias renováveis, e a escola profissional Vale do Rio fortemente vocacionada para formações nas tecnologias de informação e comunicação, multimédia, vídeo, eletrónica e telecomunicações.

Quanto ao número de turmas, o Concelho acompanha a tendência das restantes escolas da rede ESCXEL, com perda de 6 turmas de ensino profissional. Em 2011/2012, as escolas da rede apresentavam-se com um total de 31 turmas de ensino profissional, e em 2012/2013, com um total de 25 turmas. Contudo é neste Concelho que se verifica um crescimento do número de turmas (+3 turmas) de 1º ano (10º ano), relativamente ao ano escolar 2011/2012 (Quadro XI).

QUADRO XI - Nº de turmas de ensino profissional nas escolas da rede ESCXEL de Oeiras, 2011-2013.

Ano letivo	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	31	11
2012-2013	25	14

Fonte: DGEsTE: DSRLVT, Oferta formativa; turmas, 2011-2015.

MONTEMOR-O-NOVO

Neste Concelho a escola secundária iniciou o ciclo profissional com 4 cursos, extinguindo 2 e criando 3 novos cursos correspondentes a três famílias profissionais diferentes, mantendo a linha da diversificação da oferta formativa. Esta escola oferece hoje 5 cursos profissionais correspondentes a 5 famílias profissionais diferentes (Quadro XII).

Quadro XII – Oferta Formativa Profissional de nível secundário da escola de Montemor-o-Novo, 2006-2014.

Designação do curso
Técnico de Análise Laboratorial
Técnico de Manutenção Industrial
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Design
Técnico de Turismo e Ambiente Rural

Fonte: DGEsTE: DSRA: Oferta formativa 2006 a 2014.

Não existem escolas profissionais privadas no Concelho de Montemor-o-Novo, mas nos Concelhos vizinhos, em particular Évora e Estremoz existem 3 escolas provadas com uma diversidade significativa de ofertas.

Quanto ao número de alunos/turmas, não se obteve informação pelo que registamos apenas a abertura de 1 turma de ensino profissional no curso de técnico de Apoio à Gestão Desportiva, em 2011/2012.

LOULÉ

As escolas da rede ESCXEL no Concelho de Loulé apresentam uma maior estabilidade na oferta formativa ao longo de todo o período 2006 a 2011, apesar da diversidade da mesma. Uma das escolas da rede (Secundária de Loulé) assinalou uma ligeira variação no ciclo de formação 2012/2014, mas sem alteração nas famílias profissionais. A escola Laura Ayres apresenta-se com maior estabilidade nas ofertas formativas ao longo dos diferentes ciclos de formação em análise. Estas escolas apostam na formação em Hotelaria e Turismo, com particular incidência nos cursos

de *Técnico de Restauração* (em ambas as variantes de Restaurante Bar e Cozinha), *Receção e Turismo*. Mas verifica-se uma predominância significativa das formações nas famílias profissionais de Tecnologias de Informação, Serviços de Proteção e Segurança e Desporto. Áreas do ambiente são igualmente uma aposta destas escolas/agrupamentos do Concelho, com o curso de Energias Renováveis (Quadro XIII).

Quadro XIII – Oferta Formativa Profissional de nível secundário das escolas da rede ESCXEL de Loulé, 2006-2014.

Designação do Curso
Técnico de Frio e Climatização
Técnico de Restauração
Técnico de Turismo
Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Fotografia
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade
Técnico de Apoio à Infância
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Design Gráfico
Técnico de Manutenção Industrial
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
Animador Sociocultural
Técnico de Instalações Elétricas
Técnico de Multimédia
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Turismo e Ambiente Rural

Fonte: DGEste: DSRL: Oferta formativa 2006 a 2014

Não existem escolas profissionais privadas no Concelho de Loulé, mas nos Concelhos limítrofes e vizinhos, com escolas especializadas nomeadamente em Seguros e Serviços Jurídicos.

Acompanhando a tendência das restantes escolas da rede ESCXEL, Loulé diminuiu o número de alunos/turmas no ensino profissional (Quadro XIV).

QUADRO XIV - Nº de turmas de ensino profissional nas escolas da rede ESCXEL de Loulé, 2011-2013.

Loulé	Total Turmas	Turmas 1º ano
2011-2012	15	n.d.
2012-2013	14	n.d.

Fonte: DGEste: DSRLVT, Oferta formativa; turmas, 2011-2015. Legenda: n.d. – não disponível.

O Concelho de Loulé perdeu alunos, registando, em 2012/2013 menos uma turma de ensino profissional do que no ano letivo anterior. A escola Secundária de Loulé foi quem perdeu uma turma, passando de 11 turmas de ensino profissional em 2011/2012, para 10 turmas em 2012/2013. Laura Ayres manteve o número de turmas (4) neste período em análise. A data do trabalho não se obteve informação sobre o número de turmas de 1º ano (10º ano).

CONTEXTOS E CONDICIONANTES DE PLANEAMENTO DA OFERTA FORMATIVA

Para além dos contextos normativos e regulamentação para esta via de ensino, as decisões relativas à oferta são afetadas por um conjunto de condicionantes externas relacionadas com os meios e recursos, pelas relações estabelecidas no âmbito dos modelos de gestão participativa, [Decreto-Lei n.º 75/2008 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009 de 11 de Setembro), Decreto-Lei 137/2012 de 2 de Julho e Portaria n.º 265/2012 de 30 de Agosto], pela própria configuração administrativa do sistema, no que respeita às relações local/regional, centro/periferia, bem como pelo contexto económico e social.

Os cenários de desenvolvimento local são igualmente fator condicionador de planeamento em face, quer da recessão económica, quer da dimensão do mercado de empresas (tecido empresarial) em termos de capacidade de absorção destas formações/qualificações a nível local/concelhio. Esta variável é importante para o planeamento pois requer uma visão integrada das estratégias de definição das ofertas com os vetores de desenvolvimento regional.

A retração demográfica de alguns dos Concelhos de localização destas escolas, e os movimentos migratórios recentes fruto da situação económica (e da contenção do mercado de emprego), bem como a diminuição, da população em idade de frequência do ensino secundário, são outros fatores perturbadores do planeamento e da gestão desta oferta. As escolas vêem-se pressionadas a aumentar as suas bases de recrutamento com vista à viabilização das estratégias definidas para esta modalidade de ensino, e desta forma, o planeamento vê-se dificultado por força da diminuição do volume de alunos que tende a ocorrer.

O desemprego que se tem acentuado no País, em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, contribui para o aumento da incerteza nas escolhas das famílias, quanto aos percursos profissionais pessoais dos jovens, acentuando o carácter volátil das ofertas.

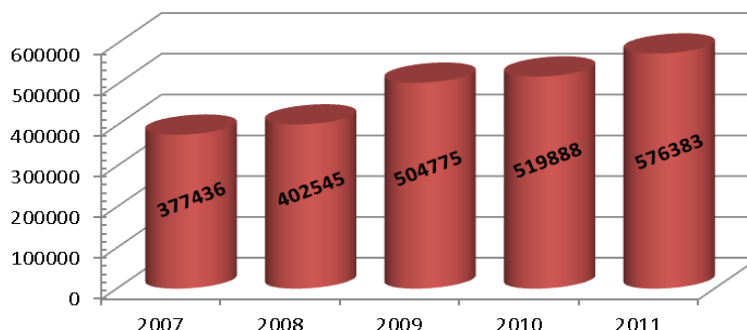
Estes fatores têm impactos significativos no planeamento da oferta formativa condicionando-a e muito provavelmente direcionando-a no sentido de uma maior diversificação como tentativa de melhor resposta, quer às expectativas dos alunos, quer à volatilidade do mercado de trabalho.

A análise que apresentamos de seguida quanto aos contextos e condicionantes do planeamento, centra-se no impacto do crescimento acentuado do desemprego, nas expectativas criadas com a modalidade de ensino profissional, e nos cenários de desenvolvimento local/regional onde se integram os Concelhos das Escolas da Rede ESCXEL, cenários que consideramos deverem fazer parte da visão das escolas para a definição e planeamento da oferta formativa.

Desemprego

Como referimos, o desemprego tem crescido de forma acentuada desde 2007 (Gráfico 17), assinalando, até 2011, um acréscimo de um total de 198947 indivíduos desempregados (52,5%), no Continente.

Gráfico 17 - Evolução da população desempregada no Continente, 2007 a 2011.

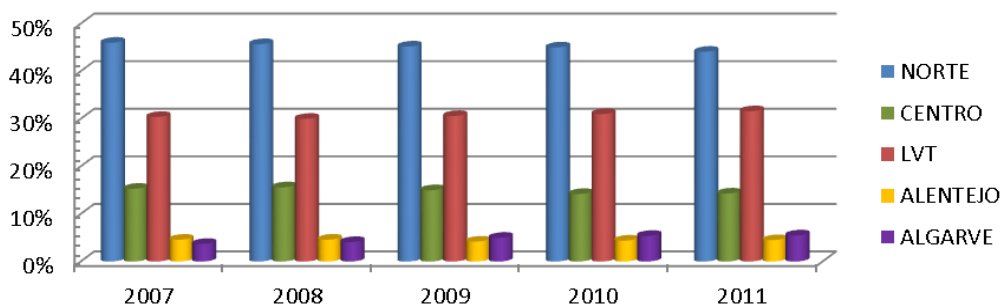


Fonte: IEFP: Mercado de Emprego: Relatórios anuais, 2007-2011: ME.

O maior acréscimo (25,5%), no entanto, verificou-se entre 2008 (início da crise económico-financeira) e 2009, ano em que se registaram mais 102.230 indivíduos desempregados no Continente, face ao ano anterior. Este crescimento veio a manifestar-se novamente elevado, embora inferior, em 2012, ano em que se registaram 675.466 indivíduos desempregados, mais 99.083 do que em 2011, correspondendo a um acréscimo de 17,2%⁹.

Em termos regionais, o Norte, e Lisboa e Vale do Tejo, são as regiões onde o desemprego é mais acentuado, contribuindo com mais de 40% e de 30%, respetivamente, para o desemprego registado no Continente, em cada ano (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Distribuição do desemprego por ano e por região, NUT II – 2007 a 2011.



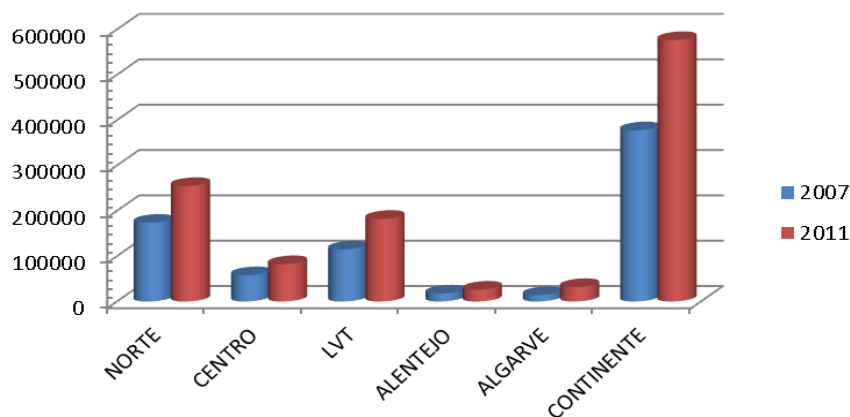
Fonte: IEFP: Mercado de Emprego: Relatórios anuais, 2007 a 2011: ME.

Contudo, pese embora o volume de desemprego registado nestas regiões, o Norte, bem como o Centro, apresentaram um decréscimo de perto de 2 pontos percentuais e 1 ponto percentual, respetivamente, contrariamente às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve que registaram um acréscimo de perto de 2 pontos percentuais entre 2007 e 2011. O Alentejo registou igualmente um decréscimo neste período, de perto de 1 ponto decimal.

Ainda assim, sem prejuízo deste decréscimo nas regiões referidas, o volume de emprego aumentou bem acima dos 40% em todas as regiões, entre 2007 e 2011 (Gráfico 19).

⁹ De acordo com as estatísticas mensais do IEFP, em Janeiro de 2013, o desemprego no Continente registava, no final do mês, um total de 703.303 indivíduos.

Gráfico 19 – Total desemprego por regiões, NUT II, 2007 e 2011.



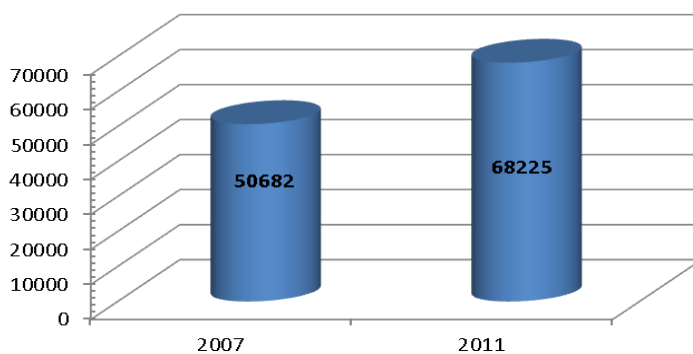
Fonte: IEFP: Mercado de Emprego: Relatórios anuais, 2007-2011: ME.

A região do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo foram as regiões que registaram maior acréscimo de desemprego no período entre 2007 e 2011 (125,6% e 58,8% respectivamente), seguindo-se-lhes o Alentejo (48,3%), o Norte (46,6%), e por fim a região Centro, com um acréscimo de 42,5% de desemprego registado.

Em 2011 o Algarve tinha mais 17623 indivíduos desempregados, do que em 2007; a região de LVT, mais 67465, o Norte mais 80943, o Centro mais 24507 e o Alentejo mais 8404.

A maior incidência do desemprego tem-se verificado nas faixas etárias a partir dos 25 anos, (em particular o emprego de longa duração, e na faixa etária do 35-54 anos), embora o volume de **desemprego de jovens** com idades inferiores a 25 anos tenha aumentado 34,4% entre 2007 e 2011 (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Desemprego <25 anos, no Continente, 2007 e 2011.



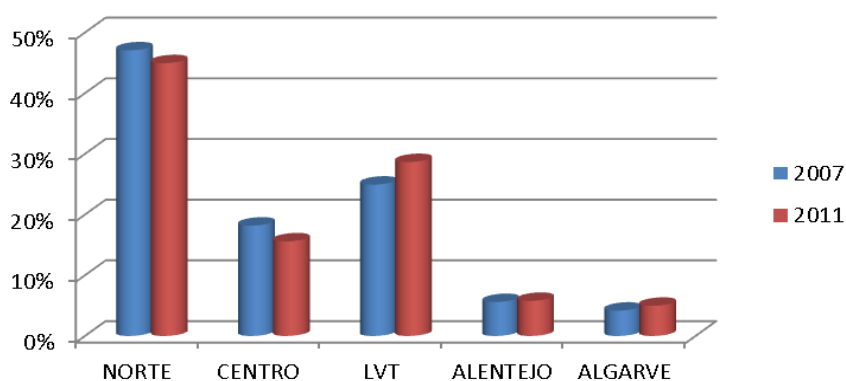
Fonte: IEFP: Mercado de Emprego: Relatórios anuais, 2007-2011: ME.

Em 2011 registaram-se mais 17543 jovens desempregados do que em 2007, mas o seu peso em relação ao desemprego total do Continente diminuiu, de 13,4% em 2007 para 11,8% em 2011.

As regiões do Norte e Centro, mais uma vez, apesar do crescimento do desemprego assinalado nesta faixa etária no período em análise, foram as que se apresentaram como as regiões cuja

percentagem de desemprego jovem relativamente ao total do Continente diminuiu acima de 2 pontos percentuais (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Distribuição do desemprego <25 anos por região, NUT II, 2007 e 2011.



Fonte: IEF: Mercado de Emprego: Relatórios anuais 2007-2011: ME.

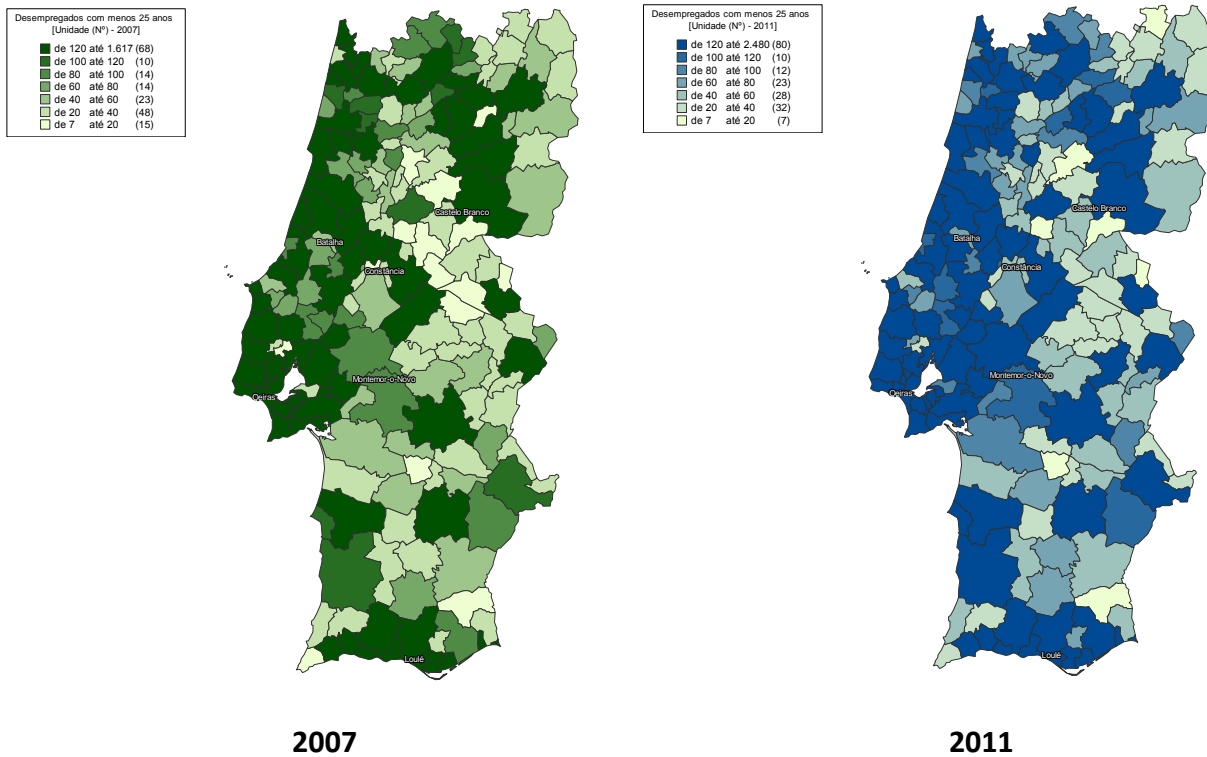
As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve, pelo contrário, viram aumentar a sua percentagem de desemprego jovem relativamente ao total do Continente, em 3,8 pontos percentuais e 1,2 respectivamente. O Alentejo aumentou, mas ligeiramente, não chegando a um acréscimo de 1 ponto decimal.

Quanto aos **Concelhos das escolas da rede ESCXEL**, Loulé e Oeiras são os que se apresentam com maior crescimento de desemprego nesta faixa etária, entre os anos 2007 e 2011 (Gráfico 22).

O Concelho de **Loulé** registou em 2011 um aumento de 294 jovens desempregados relativamente a 2007, um crescimento superior a 200%, e o Concelho de **Oeiras** um aumento de 212 jovens desempregados (72%). **Castelo Branco** registava em 2011, mais 34% de jovens desempregados relativamente a 2007, e os Concelhos da **Batalha** e **Constância** registaram mais 20 a 30 jovens desempregados com idade inferior a 25 anos.

Mação e **Montemor-o-Novo** registaram um aumento de mais de 30 jovens desempregados com idade inferior a 25 anos, entre 2007 e 2011.

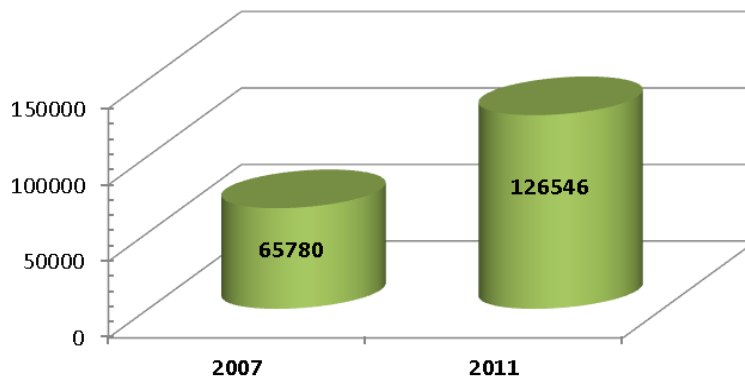
Gráfico 22 - Desemprego <25 anos por Concelho Rede ESCXEL, 2007 e 2011.



Fonte: IEFP: Mercado de Emprego, Relatórios Anuais, 2007-2011: ME.

No Continente, o desemprego por **níveis de escolaridade** tem-se verificado mais acentuado nos níveis de escolaridade básica, em particular, no 1.º ciclo do ensino básico. Mas, o desemprego na população com o nível de escolaridade secundária, aumentou significativamente, registando, em 2011, mais 60766 indivíduos desempregados do que em 2007 (Gráfico 23) atingindo uma taxa de crescimento de 92,3%.

Gráfico 23 - Total de desemprego no nível de escolaridade secundária, no Continente, 2007 e 2011.

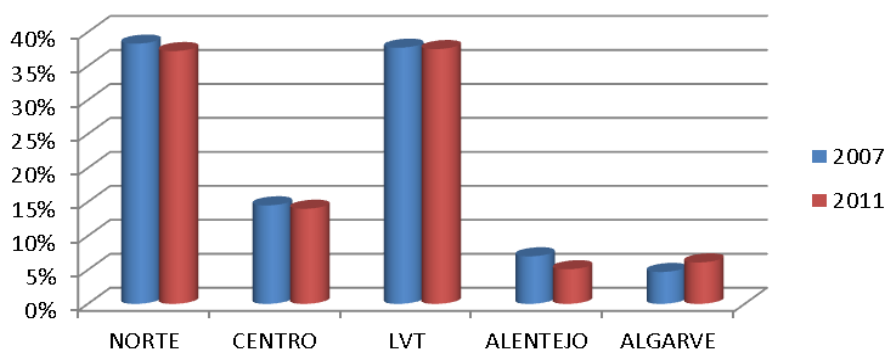


Fonte: IEFP: Mercado de Emprego, Relatórios Anuais, 2007-2011: ME.

O peso do desemprego da população com escolaridade secundária em relação ao total do desemprego no Continente aumentou de 17,4% em 2007, para 22,0% em 2011.

Em todas as regiões o desemprego da população com escolaridade de nível secundário aumentou de forma expressiva, entre 2007 e 2011. A região de LVT assinalou um aumento de 22655 indivíduos desempregados com este nível de escolaridade, o Norte, 21921, o Centro 8234, e o Alentejo e o Algarve 3390 e 4566 respetivamente. O peso de cada região em relação ao Continente é superior nas regiões Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, as quais contribuem com mais de 37% de desemprego neste segmento, em ambos os anos de análise. A região Centro contribui com pouco mais de 14%, e as restantes regiões entre 5% a 7% (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Distribuição do desemprego escolaridade secundária por região, NUT II, 2007 e 2011.



Fonte: IEFP: Mercado de Emprego, Relatórios Anuais, 2007-2011: ME.

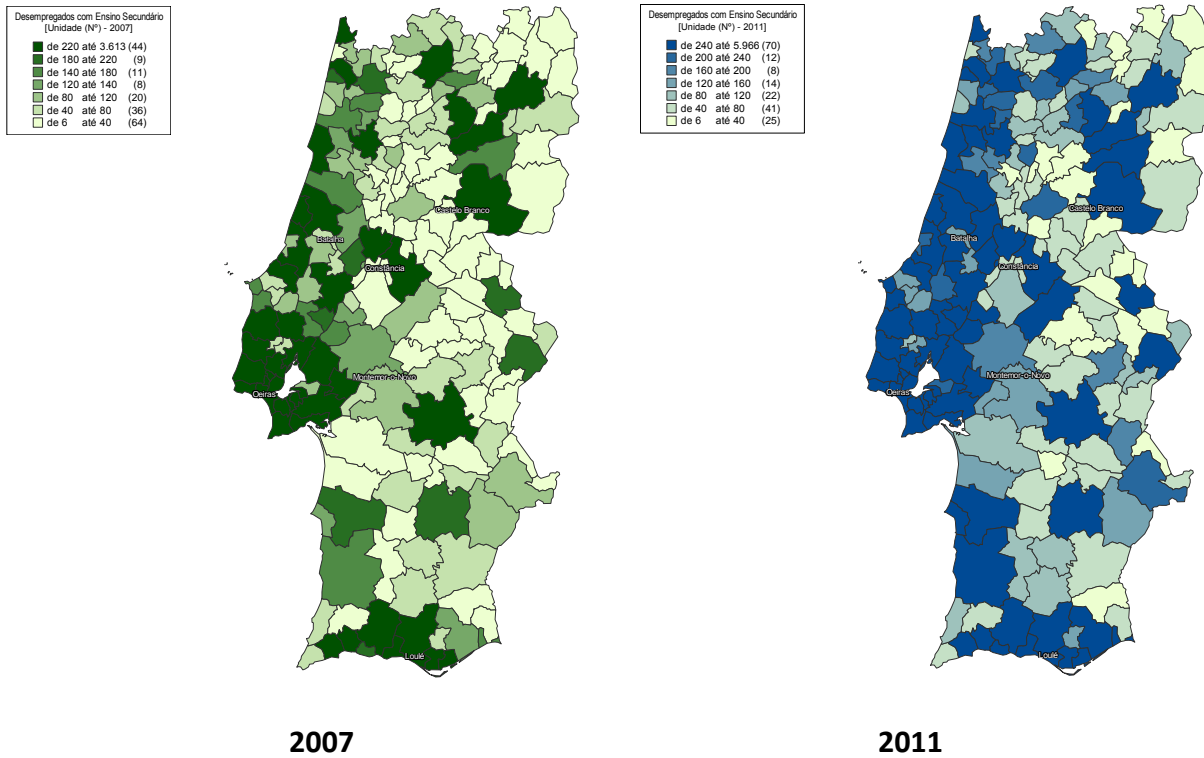
Em relação a 2007 o Algarve foi a região que, em 2011, assinalou um aumento de 2,6 pontos percentuais no desemprego da população com o nível secundário, em relação ao Continente.

No total do desemprego assinalado nas regiões o ensino secundário é maioritário nas regiões de LVT (26,1%), no Alentejo (25,0%) e no Algarve (24,2%).

Nos **Concelhos das escolas da rede ESCXEL** o desemprego da população com nível de escolaridade secundária regista um aumento significativo, e o Concelho de **Oeiras** é o que apresenta o volume mais elevado, quer em 2007, quer em 2011.

O acréscimo de desemprego de indivíduos com nível de escolaridade secundária neste Concelho entre 2007 e 2011 foi de 86,3%, mas foram os Concelhos de **Loulé** e de **Castelo Branco** que registaram o maior acréscimo, 273% e 110% respetivamente (Gráfico 25)

Gráfico 25 - Desemprego escolaridade secundária Concelhos rede ESCXEL, 2007 e 2011.

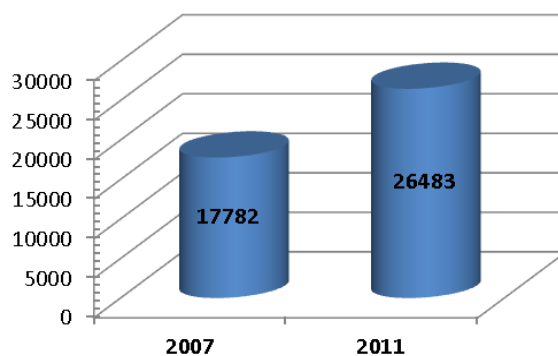


Fonte: IEFP: Mercado de Emprego, Relatórios Anuais, 2007-2011: ME.

Mação registou um aumento de 21,2% de desempregados com escolaridade secundária entre 2007 e 2011.

Mais significativo para a análise é o desemprego registado na população **jovem com escolaridade secundária**, o qual aumentou no Continente, 49,0%, de 2007 para 2011 (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Desemprego escolaridade secundária, de <25 anos, no Continente, 2007 e 2011.



Fonte: IEFP: Mercado de Emprego, Relatórios Anuais, 2007-2011: ME.

De salientar que a maior fatia do desemprego total no Continente se verifica na faixa etária entre os 35 e os 54 anos. Esta faixa da população é fortemente representada por indivíduos com o 1º

ciclo do ensino básico. Em 2007, o volume de desempregados jovens (<25 anos) com ensino secundário era superior ao dos jovens com o ensino superior e ao do 3º ciclo do ensino básico. Neste nível de escolaridade, o desemprego era mais expressivo na faixa etária entre os 25 e os 34 anos.

Esta tendência era idêntica em 2011. O 1.º ciclo do ensino básico continuava a recolher a maior fatia (23,7%) do total do desemprego no Continente, mas diminuiu o seu peso 7,2 pontos percentuais relativamente a 2007. O nível de escolaridade de secundário foi o que assinalou um aumento substancial (4,6 pontos percentuais) relativamente a 2007,¹⁰ representando 22,0% do total do desemprego registado no Continente, e a tendência de crescimento tem-se mantido.

Em 2012 a percentagem de desempregados com nível de escolaridade secundária aumentou para 23,1%. Ao contrário, o desemprego no 1º ciclo do ensino básico diminuiu para 21,8% do total do desemprego registado no Continente neste ano.

Quanto às **profissões**, os cinco grupos de profissões que representavam mais de metade do desemprego total do Continente (53,3% em 2007 e 52,2% em 2011), eram os que se apresentam no quadro XV.

Quadro XV - Profissões mais representativas no desemprego total, no Continente, 2007 e 2011 (%).

Profissões com mais desemprego	2007	2011
Trab. NÃO Qualificados dos Serviços e do Comércio	13,6	12,6
Empregados de Escritório	11,8	10,4
Pessoal dos Serviços de Proteção e Segurança	11,7	12,4
Trab. NÃO Qualificados Minas, Construção Civil, Ind.Transformadora	8,6	9,0
Manequins, Vendedores e Demonstradores	7,6	-
Operários e Trab. Similares da Indústria Extrativa e Construção Civil	-	8,5

Fonte: IEF: Mercado de Emprego; relatórios anuais 2007 e 2011: ME.

Em 2007 e 2011 mantiveram-se as mesmas profissões como as mais representativas, tendo-se alterado apenas o peso das profissões respeitantes ao “Pessoal de Serviços de Proteção e Segurança”. Este grupo de profissões assinalou em 2011 um crescimento do desemprego tornando-se na segunda profissão que registou mais desempregados. Por outro lado, também em 2011, foram as profissões respeitantes a “Operários e Trabalhadores Similares da Indústria Extrativa e da Construção Civil”, que subiram ao 5º lugar das profissões com maior desemprego, lugar ocupado, em 2007, pelas profissões de “Manequins, Vendedores e Demonstradores”.

A nível regional registaram-se algumas diferenças. Em 2007, o peso do desemprego nas profissões de “Pessoal Serviços de Proteção e Segurança” era maior na região Centro (12,8%) e as dos “Empregados de Escritório” era maior (14,3%) na região de LVT. Em 2011, mantinha-se o peso dos desempregados nas profissões “Empregados de Escritório” (13,0%), a região Centro assinalava maior desemprego nas profissões dos “Trabalhadores não Qualificados das Minas, Construção

¹⁰ O desemprego no ensino superior representava 10,3% do total do desemprego no Continente em 2007, 10,7% em 2011, e 12,5% em 2012.

Civil e Indústria Transformadora” (12,6%) e o Norte contribuía com 12,4% de desempregados nas profissões “Trabalhadores não Qualificados dos Serviços do Comércio”.

Na população jovem (<25 anos) a maior concentração de desemprego verificava-se no sector de serviços, nas profissões onde o nível de habilitação é mais elevado, e sobressaíram as seguintes profissões (Quadro XVI).

Quadro XVI- Profissões mais representativas no desemprego total de jovens (<25 anos) no Continente, 2007 e 2011 (%).

Profissões com mais desemprego, <25 anos	2007	2011
Especialistas de Ciências da Vida e Profissionais de Saúde	38,9	39,0
Profissionais de nível intermédio das Ciências da Vida e da Saúde	34,8	36,2
Profissionais de nível intermédio da Física, Química e Engenharia	28,7	27,3

Fonte: IEFP: Mercado de Emprego; relatórios anuais 2007 e 2011: ME.

De 2007 para 2011 não se assinalaram alterações nas profissões com maior desemprego nesta na faixa etária, senão no aumento do volume de desempregados, e no peso das profissões mais representativas.

Em ambos os anos em análise os desempregados com o nível secundário de escolaridade (bem como com o 3º ciclo do ensino básico), encontravam-se maioritariamente nas profissões de “Empregados de Escritório”, “Pessoal de Serviços de Proteção e Segurança” e Manequins, Vendedores e Demonstradores”.

Quanto às **atividades económicas** mais representativas em termos de desemprego, estas corresponderam fundamentalmente ao sector de Serviços. Este sector de atividade representava, em 2007, 60,3% do desemprego total do Continente, e assinalou um aumento em 2011, para 61,5%. O Sector da Indústria, Energia, Água, e Construção, é o segundo sector mais representativo do desemprego no Continente, contudo, assinalou em 2011 um decréscimo. Em 2007, representava, 35,6% do total do desemprego, e em 2011, 34,8%. A Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, apresentaram um decréscimo no desemprego, de 2007 para 2011. Em 2007, este sector representava 4,0% do desemprego total do Continente, e em 2011, 3,3%.

As atividades económicas com maior preponderância de desemprego distribuem-se pelos dois sectores mais representativos do desemprego, da seguinte forma (Quadro XVII):

Quadro XVII - Desemprego por Atividades Económicas, no Continente, 2007 e 2011 (%).

Desemprego Atividade Económica	2007	2011
Construção	9,3	14,4
Comércio por Grosso e retalho	13,5	12,8
Activ. Imobiliária, Informática, Investigação e Serviços às Empresas	13,5	16,7
Alojamento, Hotéis e Restaurantes	9,5	8,8
Admin. Pública, Educação, Atividades de Saúde, Apoio Social	9,3	8,7

Fonte: IEFP: Mercado de Emprego; relatórios anuais 2007 e 2011: ME.

Nos dois anos em análise as atividades económicas com maior expressão de desemprego mantêm-se as mesmas, pese embora as alterações no volume de desempregados, que aumentou na maioria delas, bem como o seu peso relativamente ao respetivo sector.

A atividade da “Construção” não era preponderante em 2007, apesar de ter sido a mais representativa no sector da Indústria. Em 2011, esta atividade passou a ser a segunda atividade mais representada em termos de desemprego, a seguir às “Atividades Imobiliárias, Informática, Investigação e Serviços Prestados às Empresas” e acima do “Comércio por Grosso e Retalho”, as quais predominavam em 2007.

As restantes atividades representadas no quadro decresceram em 2011, embora representem, à exceção do “Comércio por Grosso e Retalho”, a terceira e quarta atividade económica mais representativa no respetivo sector (Serviços).

No sector da Indústria as atividades mais representativas em termos de desemprego, a seguir à “Construção”, foram as atividades da “Indústria do Vestuário” e “Alimentares, Bebidas e Tabaco” e “Fabricação de Têxteis”. Esta última, no entanto, assinalou, em 2011, um decréscimo de 2 pontos percentuais relativamente ao ano de 2007.

Em termos regionais a região **Norte** foi a que assinalou maiores alterações no desemprego por atividade económica. Em 2007 predominava o desemprego nas Indústrias do Vestuário e Fabricação Têxtil (17,0%), mas em 2011, as atividades mais representativas em termos de desemprego passaram a ser, em primeiro lugar as Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio (12,7%) e em terceiro lugar, as atividades da Administração Pública, Educação, Atividades da Saúde e Apoio Social (7,9%).

As atividades da “Administração Pública, Educação, Saúde e Apoio Social” eram as mais representativas na região **Centro**, em 2007 e 2011, com 12,1% e 12,7% respetivamente, do desemprego registado.

Em **LVT** eram as atividades “Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio” que assinalavam maior desemprego, com 21,6% e 26,2% em cada ano de análise.

O **Alentejo** viu decrescer o desemprego na atividade económica mais representativa nesta região - “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pescas” - de 22,0% em 2007 para 17,9% em 2011.

No **Algarve** o decréscimo do desemprego nas atividades mais representativas nesta região - “Alojamento, Restauração e Similares” -, foi bastante expressivo. Em 2007 o desemprego nestas atividades económicas representavam 41,5% do desemprego do sector de serviços, e em 2011, 29,7%.

Do lado da **oferta**, de uma maneira geral, a origem das ofertas é correspondente às profissões e atividades económicas com maior desemprego e esta tendência é igual em cada região. Por ordem decrescente apresentam-se as profissões que assinalaram maior oferta em 2007 e 2011 (Quadro XVIII).

Quadro XVIII – Profissões com maior oferta, 2007-2011.

Profissões com maior Oferta
Pessoal dos Serviços de Proteção e Segurança
Trabalhadores NÃO Qualificados das Minas, Construção Civil e Indústria Transformadora
Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
Trabalhadores NÃO Qualificados dos Serviços e do Comércio
Empregados de Escritório
Trabalhadores da Agricultura (apenas no Alentejo)

Fonte: IEFP: Mercado de Emprego; relatórios anuais 2007 e 2011: ME.

Do ponto de vista das profissões, o alvo das ofertas foi igual nos dois anos em análise, verificando-se, de um ano para o outro, ajustamentos no peso de cada uma em relação ao total das ofertas.

No que respeita às **atividades económicas** que apresentaram maior oferta nos Centros de Emprego do IEFP, o quadro XIX mostra a ocorrência, nos dois anos em análise, por ordem decrescente.

Quadro XIX - Atividades Económicas com maior Oferta, 2007-2011.

Atividades Económicas maior Oferta
Atividade Imobiliárias, Administrativas e Serviços de Apoio
Comércio por Grosso e Retalho
Alojamento, Restauração e similares
Administração Pública, Educação, Atividades de Saúde, Apoio Social
Construção
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (no Alentejo)

Fonte: IEFP: Mercado de Emprego; relatórios anuais 2007 e 2011: ME.

Ainda que a região Norte tenha assinalado uma forte incidência de ofertas no sector da Indústria, mesmo em 2011, particularmente na “Indústria do Vestuário” com 39,5% das ofertas da região neste sector de atividade, as ofertas no sector de Serviços foram predominantes, à semelhança do que se verifica nas restantes regiões, inclusive o Alentejo. Esta região, por sua vez, apresenta uma forte incidência das ofertas no sector da Agricultura, contudo, segue a linha das restantes regiões nas quais a predominância das ofertas se verificou no sector dos Serviços.

Do ponto de vista das **colocações** salientamos apenas no seguimento desta análise, que, quer em 2007, quer em 2011, o volume de colocações se observou nos desempregados com o 3º ciclo do ensino básico (27,7% e 29,2%, respetivamente), e estes representam as mais elevadas taxas de procura. Os desempregados com ensino secundário vinham em terceiro lugar no volume de colocações em ambos os anos.

Os elementos de análise apresentados não esclarecem sobre a taxa de empregabilidade do ensino profissional (e lamentavelmente não informam sobre a distribuição regional e concelhia, deste

segmento de população jovem desempregada com escolaridade secundária), mas permitem um panorama geral da estrutura de emprego, que, apesar de no contexto atual vir a assinalar um acréscimo nas formações de nível superior, é nos níveis de escolaridade secundária que este assume carácter estrutural.

Efetivamente Portugal veio sempre a apresentar uma tendência para o desemprego nos níveis de escolaridade intermédios, força da estrutura empresarial e produtiva maioritariamente constituída por pequenas e médias empresas de cariz familiar, e de baixas qualificações de mão-de-obra. A formação não fazia parte, pelo menos até à década de 80, das estratégias empresariais das empresas cuja cadeia de valor se mantinha em níveis baixos de produtividade e competitividade. Esta formação era realizada no local de trabalho e conduzida pelo patronato representado pela figura do Mestre. Sérgio Grácio (1986: 101) refere, quanto ao ensino técnico das décadas de 50 e 60, o desinteresse do patronato pelo ensino técnico e mais geralmente pela formação profissional dos trabalhadores, realçando a circunstância de toda a iniciativa da reforma do ensino técnico de 1948 ter pertencido ao Governo numa ação de combate ao analfabetismo.

As décadas de 80 e 90 foram caracterizadas pelo crescimento económico e modernização tecnológica decorrente da introdução das novas tecnologias produtivas e (re)engenharia de processos e pela introdução das tecnologias de informação e comunicação. A organização industrial do trabalho começa a alterar-se com as novas tecnologias a suprimirem as tarefas de controlo, escolha, execução e transmissão de informação sem tratamento e processamento, numa exigência de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade a que a melhoria da formação de base dos recursos humanos pela via da educação e formação deveria responder.

A indústria integra nesta altura e neste processo de modernização tecnológica alargado à modernização da estrutura social, todas as fases da cadeia de valor desde as funções a montante (conceção, projeto, investigação e desenvolvimento tecnológico, prototipagem e design) até funções a jusante (circuitos de distribuição, comercialização, serviço pós-venda, fidelização de clientes e outras funções integradas) numa mobilidade elevada dos fatores produtivos.

A formação assume, já bem em meados da década de 80 (impacto da entrada de Portugal na União Europeia), um papel fulcral na resposta a estas alterações com vista à melhoria da competitividade do tecido económico. Assiste-se a uma apropriação da formação pelas empresas e representações associativas, que assumem o papel de liderança na configuração dos perfis de competências e qualificações necessárias ao seu desenvolvimento e modernização, e o ensino técnico-profissional (“reforma Seabra” de 1983)¹¹, ministrado maioritariamente nas escolas da rede privada, começa a evidenciar um papel significativo, mas ainda não expressivo, e caminha em paralelo com as políticas e programas de formação de ativos que foram sendo delineadas, nomeadamente no âmbito do sistema de aprendizagem.

O discurso político empresarial, num misto de apropriação e delegação, centra-se na qualificação dos recursos humanos pela sua maior formação e escolarização com vista à resposta a um mercado globalizado, e as atenções de política nacional dirigem-se para as sinergias entre as

¹¹ Esta reforma tem a intenção de relançar o ensino técnico-profissional para formar profissionais qualificados de nível intermédio e impõe já uma colaboração com as empresas. Sérgio Grácio (1983:164) referia que a reforma tinha vindo cedo demais dado que “não correspondia ao quadro de aspirações que se criava com o desenvolvimento económico” (...) e que “o aumento da frequência que se verificava no ensino complementar parecia pouco compatível com os projectos profissionais orientados para a condição operária ou para as posições subordinadas na divisão do trabalho”.

políticas industrial e regional, numa conjugação de fatores com vista a permitir às regiões gerar riqueza e contribuir para a fixação de pessoas no seu território.

A educação e formação têm sido um destes fatores e o ensino profissional a sua matriz funcional, matriz que hoje retoma centralidade, mas que se confronta com uma situação económica e social muito desfavorável, quer do ponto de vista da estrutura do emprego e das profissões, quer do ponto de vista do reconhecimento social.

As políticas públicas de educação e formação vocacionadas para a inserção no mercado de trabalho criaram um quadro de expectativas que se afiguram, hoje, de difícil concretização face ao contexto de recessão e retração do mercado de emprego, particularmente crítico nas profissões que mais se identificam com as formações de nível secundário, e de qualificação profissional, pese embora o crescimento igualmente expressivo e acentuado do desemprego de diplomados no ensino superior.

Efetivamente assistimos a um acentuar da tendência estrutural da economia portuguesa, para se apresentar com uma estrutura de emprego em U, ou seja, caracterizada pela maior incidência do desemprego nas formações de nível de escolaridade secundário.

A Associação das Escolas Profissionais Privadas (ANESPO) reclama para as vias de ensino profissional de nível secundário, uma taxa de empregabilidade muito perto dos 80%, taxa que referem, em entrevista realizada ao responsável desta associação, não ter sofrido alterações, na atual conjuntura.

Da taxa de empregabilidade total público privado não temos elementos. Seria importante para o planeamento, gestão e organização desta via de ensino e da sua oferta formativa, da oferta formativa, que a rede pública de escolas com ensino profissional recolhesse informação de monitorização e acompanhamento quanto à empregabilidade e inserção no mercado de trabalho.

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

Os contextos de interdependência desta modalidade de ensino com as variáveis e fatores já enunciados e aos quais adicionamos a gestão dos estágios enquanto elemento chave para o sucesso deste empreendimento, têm, como referimos, impactos significativos no planeamento da oferta formativa, exigindo das escolas estratégias que viabilizem uma melhor resposta quer às expectativas dos alunos, quer à volatilidade do mercado de trabalho.

No que se refere à articulação da oferta formativa entre escolas, segundo informação das escolas da rede ESCXEL, esta exerce-se no espaço institucional da rede Concelhia. De acordo com as escolas questionadas sobre esta articulação, este é o espaço onde se define a rede de oferta formativa, num procedimento de natureza predominantemente administrativa.

Não ressaltam neste planeamento dinâmicas de articulação ente escolas da rede pública do mesmo Concelho, nem entre estas e as escolas da rede privada em termos de partilha de informação e recursos que viabilizem estratégias de racionalização e promoção das ofertas.

Quanto à articulação com o tecido económico, a informação de que dispomos permite-nos afirmar que as escolas da rede ESCXEL não parecem apresentar dificuldades na realização de parcerias

com o tecido empresarial para efeitos de formação em contexto de trabalho (estágios de formação), mantendo uma “carteira” de empresas, organizações e instituições significativa, em número de acordos estabelecidos para os diferentes ciclos de formação. A escola Amato Lusitano (Castelo Branco) tem acordos de parceria com 8 empresas do Concelho/Distrito entre grandes (Danone) e pequenas empregadoras; a escola Aquilino Ribeiro (Oeiras) tem acordos com 11 empresas/e organizações empregadoras, na qual se inclui a Câmara Municipal; e a escola da Batalha tem acordos/protocolos estabelecidos com as principais empresas do Concelho, até ao ano 2015, sendo um dos parceiros (Cisco), uma das maiores empresas estrangeiras de Soluções e Sistemas de Informação e Comunicação localizada no País.

Contudo, uma articulação estreita com a comunidade empresarial, para efeitos de identificação das necessidades de perfis de qualificações do tecido económico não transparece, nem na oferta formativa com que as escolas se apresentam, nem nas informações por estas fornecidas. Assim, estes atores empresariais empregadores não participam na definição da oferta formativa das escolas, embora sejam determinantes para o sucesso desta modalidade de ensino, tanto para a contratualização da formação como para os estágios que proporcionam.

Por um lado, parece assistir-se a um certo alheamento por parte da comunidade empresarial, que apesar de responder às solicitações das escolas proporcionando os estágios e a formação, esta ação não se constitui em dinâmica mobilizadora e indutora de alterações dos contextos institucionais de definição da oferta formativa. Por outro lado, da parte das escolas também não se identificam iniciativas que visem impulsionar ou desenvolver dinâmicas de aproximação estratégica à comunidade empresarial, com contribuições para o planeamento.

As escolas tendem a “escudar-se” nos instrumentos institucionais formais assegurando a estabilidade organizativa para a gestão e planeamento de uma oferta caracterizada por dependências exteriores à sua capacidade de intervenção.

A escola da Batalha, por exemplo, referiu desenvolver iniciativas no sentido de validação da oferta junto do Núcleo Empresarial da Região (NERLEI) com quem estabelece contactos anuais no sentido da aferição das necessidades através de diagnóstico¹². Nesta escola a oferta é previamente definida com base num inquérito ao aluno. As escolas do concelho de Castelo Branco referem validar a oferta junto destas entidades oficiais, após identificação realizada internamente através dos procedimentos de Orientação Escolar e Profissional; outras escolas afirmam não ter condições para desenvolver iniciativas estruturadas no sentido do levantamento desta informação.

As escolhas dos alunos/famílias e a validação/aprovação em sede institucional da oferta parecem, assim, legitimar esta oferta formativa. A captação das empresas vem a jusante do instrumento de definição e planeamento da oferta utilizado pelas escolas, e assim a aproximação aos vetores de desenvolvimento económico vê-se prejudicada e/ou inexistente.

Como se confirma, na definição e planeamento da oferta formativa da rede de escolas ESCXEL, predomina o procedimento suportado pelos serviços de Orientação Escolar e Profissional, articulado em sede de reuniões concelhias e validado junto das entidades oficiais, como os Municípios, o IIEFP e a ANQEP, e a identificação da oferta através da articulação estreita com a comunidade empresarial com vista à realização de estudos prévios de identificação das

¹² Nesta escola a oferta é previamente definida com base num inquérito ao aluno.

necessidades de formação, perfis e competências do tecido económico local/regional, não é um instrumento utilizado na definição e planeamento da oferta formativa.

Enfatizamos que o contributo para o desenvolvimento económico esperado com esta via de educação e formação pressupõe uma visão e conhecimento dos vetores de desenvolvimento regionais. É assim fulcral o papel a desempenhar pela comunidade empresarial associativa, e pelos municípios, na articulação e coordenação do planeamento, e muito particularmente o papel da comunidade empresarial em conjugação com as escolas, na promoção de iniciativas de informação e divulgação que estimulem e conduzam uma procura que se vê hoje muito conduzida pela incerteza e sujeita a fortes pressões exteriores, responsáveis, muitas vezes, por desvios vocacionais de consequências significativas na formação de profissionais motivados e conscientes do seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

A oferta formativa e os vetores de desenvolvimento económico

Apresentamos uma breve caracterização dos vetores de desenvolvimento económico das regiões onde se integram os Concelhos das escolas da rede ESCXEL, com vista a perceber quais os perfis de qualificações que melhor se enquadram nos eixos de desenvolvimento económico de cada uma destas regiões.

Esta análise é suportada, na sua maioria, no trabalho desenvolvido pela Associação Industrial Portuguesa (AIP), -“ Cartas Regionais para a Competitividade - 2012”.

Região da Beira Interior/Pinhal Interior, CASTELO BRANCO

Esta região é marcada pela presença de um polo territorial de continuidade constituído pelo corredor urbano e socioeconómico de Castelo Branco, Fundão e Covilhã, designado por “arco urbano do centro interior”, pontos nodais que estruturam o território regional.

Em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) era de 2.1% do total nacional e 11.2% do total da Região Centro. A Beira Interior Norte é a região mais representativa em termos de PIB regional (33% do PIB seguida Beira Interior Sul (28%), da Cova da Beira (27%) e Serra da Estrela com 13% do PIB total da Região. Quanto ao PIB per Capita, a Beira Interior é 32% abaixo do valor da média nacional, mas é na Beira Interior Sul que este indicador de riqueza apresenta o valor mais elevado. As exportações representavam em 2010, cerca de 13% do PIB regional e os fluxos de comércio internacional representavam cerca de 1.4% do País.

A região possui diversos recursos naturais e patrimoniais (geológicos, hídricos e arquitetónicos) que se constituem como importantes fatores de competitividade. A sua atividade económica era em 2009, em termos de emprego, orientada para a agricultura e produção animal e silvicultura com 36,7% do emprego total da região, seguida pela construção civil (7.6%) saúde e ação social (6.3%) comércio e retalho (6.1%) educação (5.7%) e administração pública (5.6%). A destruição do emprego em termos de atividades económicas tem-se acentuado nas atividades da indústria têxtil e vestuário mas também nas atividades primárias.

Ainda assim a indústria têxtil e do vestuário (confeção e tingimento), desenvolvidas sobretudo no eixo Guarda, Covilhã e Castelo Branco, representa mais de 40% do emprego industrial da região (fabricação de têxteis com 26,1% do emprego industrial e indústria do vestuário com 21,1% em 2009). Apesar do período que caracterizou a década de 80 e 90, de fecho de estabelecimentos de empresas, a região, assinala uma forte dependência deste sector, com algumas empresas a manterem-se competitivas e a fazerem parte das 100 maiores empresas da região em termos de volume de negócios. Os maiores retalhistas europeus abastecem-se das empresas portuguesas nesta região, realçando a qualidade, o serviço o preço e a inovação como fatores competitivos.

A Covilhã é o local de excelência destas atividades do sector têxtil, contudo, também se verificam importantes concentrações nos Municípios do Fundão, Belmonte, Guarda, Seia, Gouveia e Castelo Branco, com unidades produtivas constituídas por grandes empresas de capitais endógenos de estrutura predominantemente familiar; empresas de capital exógeno mais recente, modernas e altamente competitivas tecnologicamente, e empresas de reduzida dimensão maioritariamente dependentes da subcontratação destas.

As **atividades industriais** representam cerca de 9% do total das empresas com sede em municípios da região com destaque para os seguintes sectores:

- Indústria alimentar, bebidas e tabaco com 25% do total das empresas com sede na região;
- Indústria metalúrgica de base e produtos metálicos (23%);
- Indústria têxtil e vestuário (15%);
- Indústrias da madeira e cortiça (12%).

Mais de 20 mil empresas têm sede nos Municípios de Castelo Branco (20%), Covilhã (17%) e Guarda (16%). A taxa de mortalidade de empresas na região foi em 2007, de 13,8%, taxa inferior ao registado a nível nacional (16,3%) e a nível da região Centro (14,5%).

A Beira Interior é aliás marcada por uma forte presença de pequenas e médias empresas e destas, cerca de 90% têm menos de 10 trabalhadores. Mas existem algumas empresas de grande dimensão e associadas a investimentos estrangeiros ou a sectores de tradição da região.

Apenas 18% dos trabalhadores por conta de outrem estão empregados em empresas com mais de 250 trabalhadores. A Guarda apresenta valores mais elevados (29%), e é seguida por Castelo Branco (27%) e Covilhã (26%). Vila Nova de Rodão e Idanha-a-Nova têm menos de 20% de trabalhadores por conta de outrem em empresas com mais de 250 trabalhadores.

Em termos empresariais os **sectores de atividade económica** mais representativos são:

- Comércio por grosso com 33% do total das empresas;
- Construção civil (17%), com perdas significativas nos últimos três anos;
- Alojamento e restauração com 13%;
- Agricultura, produção animal e silvicultura com 10%.

Em termos de volume de negócios, e pese embora a importância do sector têxtil na região, os sectores mais representativos têm sido:

- Comércio por grosso (excluídos veículos automóveis e motociclos) com perto de 13% do volume de negócios da região;
- Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (7%);
- Atividades de saúde humana (5%);
- Indústria alimentar (5%);
- Fabricação de têxteis (3%).

Verifica-se na região uma especialização da base produtiva com as atividades primárias ligadas à exploração agrícola e pecuária a continuarem emblemáticas e a constituírem-se em “cluster” agroalimentar, cluster ao qual estão associadas várias instituições de ensino, investigação e desenvolvimento tecnológico nacionais e transfronteiriças. Esta indústria tem assinalado um crescimento importante no desenvolvimento de atividades ligadas à qualidade dos produtos. Como especializações salientam-se os vinhos, frutos, azeite, leite/lacticínios, ovinos e caprinos cereais, peixe, carne e horto-fruti-floricultura. Em Castelo Branco, situam-se as duas maiores produtoras no sector agroindustrial.

Quanto ao sector têxtil este mantém-se referência especializadora na região. Ainda que a montante deste sector, a indústria de máquinas têxteis nunca se tenha desenvolvido (lacuna frequentemente atribuída à insuficiência de qualificação de recursos humanos), a verdade é que as infraestruturas técnicas e tecnológicas existentes na região têm contribuído para o desenvolvimento do segmento de têxteis técnicos e inteligentes, destacando-se: os biomateriais, biotecnologias e processos têxteis ecológicos novas fibras e materiais compósitos e novos têxteis para aplicações médico-hospitalares, desporto, proteção, transportes e construção.

A produção florestal, por sua vez, ocupa uma área significativa da Beira Interior (36%), mas não se identificam atividades com peso em volume de negócios ou de empresas neste segmento.

A indústria automóvel apesar das perdas de empresas multinacionais e fornecedoras desta tem desenvolvido projetos ligados à produção de produtos anti corrosão. O sector aeronáutico tem igualmente potencial de desenvolvimento na região com atores das várias infraestruturas de ensino e investigação tecnológica, e empresariais a desenvolverem um projeto de produção de aviões ultraligeiros e jatos na Cova da Beira.

A indústria de material elétrico e produtos metálicos com atividade ligada à indústria automóvel (Castelo Branco e Guarda) tem algumas empresas multinacionais mas esta indústria tem vindo a perder postos de trabalho. Contudo, apesar das perdas a indústria tem desenvolvido projetos ligados à produção de produtos anti corrosão, entre outros projetos articulados com a indústria aeronáutica, um sector de potencial de desenvolvimento na região com atores das várias infraestruturas de ensino e investigação tecnológica, e empresariais a desenvolverem um projeto de produção de aviões ultraligeiros e jatos na Cova da Beira.

A indústria do frio que concentra em Castelo Branco (denominada a capital do frio industrial), cerca de 10 empresas e aproximadamente 400 trabalhadores, tem desenvolvido atividades muito

ligadas também ao “cluster” agroalimentar, na preservação e conservação e apresenta-se com uma oferta de serviços avançados e de valor acrescentado. A importância desta indústria afirma-se pelo conjunto de empreendedores estrangeiros e atividades de investigação e desenvolvimento.

As tecnologias de informação e comunicação têm tido uma grande expansão na região, muito impulsionada pela Universidade e pelo Agrupamento Complementar Internacional de Empresas cuja dinâmica de parcerias com outros sectores de que se destaca a saúde/medicina, no desenvolvimento de projetos, atingem já dimensão de “cluster”.

As ciências e tecnologias da saúde têm assinalado franco desenvolvimento na região, assim como o turismo, que evidencia segmentos de desenvolvimento nesta área da saúde particularmente relacionada com o termalismo. As energias renováveis (solar e fotovoltaica) são igualmente um importante sector em desenvolvimento na região.

Quanto à **atividade terciária** são características as atividades ligadas ao ensino superior, funções administrativas, de ensino e de saúde, além do comércio e hotelaria, embora seja reduzido o peso das atividades de serviços às empresas.

Mas nesta dinâmica económica, ainda que atenuada pela crise atual, apesar de encontrarmos nas escolas da rede ESCXEL do Concelho de Castelo Branco um ténue alinhamento da oferta formativa com alguns vetores de desenvolvimento económico, existem áreas e sectores fortemente inovadores, de potencial de desenvolvimento e de atratividade de recursos humanos que parecem descuradas nesta oferta.

O Quadro XX representa a oferta formativa destas escolas nos ciclos 2011 a 2013, a qual, como já referimos, não difere da tendência predominante da oferta formativa assinalada pelo conjunto das escolas da rede ESCXEL, em termos de diversificação e dispersão das ofertas.

Quadro XX - Cursos Profissionais de nível secundário das escolas da rede ESCXEL de Castelo Branco, 2011/2014.

Designação do Curso
Técnico Auxiliar de Saúde
Técnico de Apoio à Infância
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar
Técnico de Turismo Ambiental e Rural
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Design
Técnico de Gestão e Programação Sistemas Informáticos
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Multimédia
Técnico Mecatrónica

Fonte: DGEsTE: DSRC: oferta formativa 2011-2014

A diversidade da oferta, neste Concelho diminuiu ao longo dos ciclos de formação, mas a aproximação ao tecido empresarial local /regional é muito ténue, não parecendo seguir

estratégias articuladas. A evolução da oferta nos ciclos 2008-2014 mostra-nos alterações de ajustamento com perdas para sectores de atividade económica de âmbito e dinâmica regional, como a formação em áreas do frio e climatização, têxtil e turismo, área cuja potencialidade é regional. Por outro lado a oferta assinala a ausência de formações, na fileira florestal, nas áreas agroalimentares, em particular ligadas ao controle de qualidade, na gestão, contabilidade e/ou finanças, estas últimas, áreas importantes na formação de competências empreendedoras e estreitamente ligadas ao tecido económico. Estas áreas de desenvolvimento estratégico para a região, parecem passar ao lado das preferências dos alunos e/ou das estratégias de planeamento da oferta formativa destas escolas.

O que podemos retirar desta breve caracterização económica da região é o potencial de cooperação inter-regional (quer com o Alentejo Central quer com o Médio Tejo) que se defronta com perdas de emprego e de população já por si com saldo negativo neste indicador de dinâmica demográfica. Existe uma composição de relação entre a localização física e geográfica, com o conjunto de infraestruturas técnicas e tecnológicas de ensino e formação, que tem permitido o aparecimento de atividades de inovação, com expressão internacional a não descurar e que se constituem como elementos de atratividade de recursos humanos, pese embora o cenário de recessão a que assistimos hoje.

O emprego neste Concelho diminuiu em maior expressão entre 2007 e 2010, fundamentalmente em três setores de atividade:

Quadro XX – Setores de atividade com maior perda de emprego (em nº de indivíduos), 2007-2010.

Setores de atividade c/maior perda emprego	Nº indivíduos
Imobiliário, Serviços Financeiros, Serviço às Empresas	-819
Indústria Transformadora	-611
Comércio, Hotelaria e Restauração	-394

Fonte: Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.

Os setores que perderam menos emprego foram a *Agricultura, Silvicultura e Pescas* (-45 pessoas) e a *Indústria Extrativa* (-20 pessoas).

De salientar que, à semelhança do que se verificou a nível nacional em termos de predominância de ofertas de emprego, foi igualmente no sector *da Administração Pública, Educação e Saúde* que se registou, em 2010 no Concelho de Castelo Branco, um acréscimo de 97 pessoas ao serviço relativamente ao registado em 2007.

Outros sectores que assinalaram um aumento de emprego foram os *Transportes, Armazéns e Comunicações* (+66 pessoas ao serviço) e o setor de produção e *Distribuição de Eletricidade, Água e Gás* (+33 pessoas ao serviço).

Cabe igualmente assinalar que a região da Beira Interior apresenta ainda muito baixos níveis de qualificação. Em 2009/2010, 60% da população desta região, não tinha mais de 6 anos de escolaridade, 20% detinham o 3º ciclo do ensino básico, 16% do ensino secundário, e apenas 7% do ensino superior (Cartas Regionais Competitividade, 2012). Quanto ao ensino profissional, em

2011, 36,46% dos alunos matriculados no ensino secundário frequentavam esta via de ensino (GEPE (DGEEC),2011)

O Concelho de Castelo Branco apresentava, em 2011, um total de população residente de 56109 indivíduos, 14,3% dos quais com o ensino secundário completo (Censos 2011).

Região Pinhal Litoral, BATALHA

O Pinhal Litoral é um território charneira entre o Oeste e o Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego, e os eixos de desenvolvimento mais importantes da região são o eixo Marinha Grande, Leiria e Figueira da Foz que se prolonga até Ovar, e o eixo Leiria, Pombal que se prolonga até Coimbra, Águeda e Entre o Douro e Vouga.

Leiria é o polo que se apresenta com maior dinamismo urbano no contexto do Pinhal Litoral e a sua influência estende-se aos Municípios da Marinha Grande, Pombal, Batalha e Porto Mós, ao Médio Tejo, Ourém e também a Tomar.

O Pinhal Litoral é a região que apresenta maior clivagem litoral/interior na distribuição da população e das atividades económicas. Apresenta uma densidade populacional muito superior à do Centro e de Portugal o que se deve às contribuições de Leiria e Marinha Grande.

Em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) do Pinhal Litoral a preços correntes era de 4,2 milhões de euros, e o contributo da sub-região para o total da riqueza gerada em Portugal era de 2,5% contributo cuja percentagem é equivalente para o Valor acrescentado Bruto (VAB).

As **atividades industriais** representam 26% do total do VAB da sub-região o que corresponde a 3% do total do VAB industrial do País. O PIB *per capita* atingiu valores muito próximos da média nacional (1% abaixo desta média) neste ano em referência, e é superior ao valor médio da região Centro. As exportações representavam em 2010 cerca de 10% do PIB regional, e os fluxos de comércio internacional cerca de 2,6% em Portugal.

As **atividades económicas** mais representativas em termos de emprego são: a construção civil (15% do emprego total da sub-região), agricultura, produção animal e silvicultura (11%), comércio e retalho (8%), comércio por grosso (7%) e fabricação de vidro e artigos de vidro (6%). As atividades industriais representam cerca de 27% do emprego total da sub-região e destas destacam-se:

- Fabricação de minerais não metálicos – vidro e cerâmicas (25% do total do emprego industrial da sub-região);
- Fabricação de máquinas e equipamentos (14%)
- Fabricação de artigos de borracha e artigos plásticos (13%)
- Indústria alimentar e de bebidas (9%).

A indústria extrativa é um sector de pequeno contributo para o emprego, apesar de apresentar alguma expressão em Porto Mós, Batalha e Pombal devido à importância da extração da pedra calcária, barro vermelho e caulino.

Em termos empresariais os sectores de atividade económica mais representativos são:

- O comércio por grosso e a retalho (32% do total das empresas);
- A construção civil (20%);
- As indústrias transformadoras (12%);
- As atividades imobiliárias e de serviços de apoio às empresas (10%).
- A fabricação de máquinas e equipamentos (17%);
- A fabricação de minerais não metálicos, vidro e cerâmicas (14%).

No que respeita às atividades industriais destacam-se em número de empresas as indústrias metalúrgica de base e de produtos metálicos (21% do total de empresas industriais com sede na sub-região), a fabricação de máquinas e equipamentos (17%), a fabricação de minerais não metálicos – vidro e cerâmicas (14%) e as indústrias alimentares (9%).

A taxa de natalidade de empresas em 2007 na região do Pinhal Litoral foi de 11,8%, valor inferior aos valores da média nacional (14,2%) e regional (12,4%). A taxa de mortalidade de empresas no mesmo ano foi de 13,3%.

A sub-região é caracterizada pela predominância de pequenas e médias empresas. Em 2008 cerca de 28% dos trabalhadores por conta de outrem trabalhavam em empresas com menos de 10 trabalhadores e apenas 15% em empresas com mais de 250 trabalhadores. Pombal, Porto Mós e Leiria, destacam-se pela predominância de trabalhadores por conta de outrem em empresas de menor dimensão.

Em termos de volume de negócios os sectores mais representativos têm sido:

- Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos (20% do volume de negócios total);
- Comércio a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos (13%);
- Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos e edifícios) e construção de edifícios (11%);
- Fabrico de outros produtos minerais não metálicos (7%);
- Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis (7%).

O **padrão de especialização** do território Pinhal Litoral /Oeste caracteriza-se por sectores com vocação exportadora com uma base produtiva de forte expressão do emprego na indústria, com maior incidência no Pinhal Litoral (em particular no sectores minerais não metálicos, borracha e plásticos, produtos metálicos e máquinas, madeira e cortiça e agroindústrias) e na agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, com maior predominância no Oeste.

O sector agroalimentar é um sector constituído em “*cluster*” e de maior concentração no Oeste com aproximadamente 500 empresas exportadoras, com grupos empresariais envolvidos em projetos internacionais de inovação em técnicas de embalagem de produtos alimentares. A

produção regional de vinhos neste sector representa cerca de 20% do total do País. A fruticultura e pecuária são importantes sectores empregadores e inovadores.

O sector florestal representa cerca de 6,5% da economia da região Oeste, com destaque para a exploração do eucalipto, sector que deu origem ao que é chamado o “condomínio florestal”, uma organização de proprietários de áreas florestais que se organizaram para a gestão do património florestal. A produção de madeira contudo, não tem expressão significativa em termos de exportações.

Um dos sectores de dinâmica significativa nesta região, particularmente concentrado no Pinhal Litoral é o sector de plástico constituído em “cluster”, que se caracteriza pela predominância de empresas da indústria de moldes para plástico, moldes e ferramentas especiais, que tem na Marinha Grande a sua principal base. Este sector é um sector de tecnologia e conhecimento intensivo, com um Centro Tecnológico associado, e é constituído por dezenas de pequenas e médias empresas responsáveis por mais de 80% da sua exportação.

A cerâmica e o vidro são dois “clusters” de expressão igualmente significativa com um Centro Tecnológico associado. O sector do vidro tem um conjunto de empresas tecnologicamente avançadas nos vários segmentos de produção do vidro manual, cristalaria, vidro e iluminação e vidro científico. A formação neste sector constitui-se como uma vertente de serviços com Centro de Formação e Escola Profissional (privada).

O sector automóvel não tem expressão nesta região, contudo existem 3 grandes empresas fornecedoras de componentes técnicos e plásticos, uma das quais pertencente a um dos maiores grupos líderes na produção de sistemas, volantes, transmissões e rolamentos para esta indústria.

A par destes “clusters” de vocação exportadora existem outras empresas no sector da química e aeronáutica e aeroespacial com menos expressão em termos de número de empresas, mas com igual importância na dinâmica sectorial.

A investigação e desenvolvimento nesta região é fulcral e tem expressão internacional, com um conjunto de infraestruturas de investigação e desenvolvimento tecnológico nas várias áreas de especialização produtiva quer na cerâmica e vidro, quer na indústria de moldes e ferramentas especiais, quer na fruticultura. Por outro lado, têm surgido novas empresas que se destacam pela inovação nas áreas das energias renováveis (biocombustíveis, energia das ondas e eólica), e nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, com um conjunto de pequenas empresas nacionais com expressão internacional, de soluções tecnológicas, e desenvolvimento de *software* de monitorização e controlo. Nestas áreas, a região tem um pólo de competitividade de “Engineering & Tooling”, cujas empresas absorvem entre outras, as formações nas áreas de programação e gestão informática e desenho digital 3D.

O turismo é uma área considerada de enorme potencial (turismo cultural, circuitos turísticos) e a região tem núcleos de desenvolvimento turístico, apostando estrategicamente na captação de turismo empresarial e de negócio.

Em termos de **serviços** encontrava-se em 2009, um forte crescimento do sector de serviços às empresas em toda a sub-região em particular no sector de serviços intermédio, ainda que o desemprego nestas áreas em 2011 tenha registado valores significativos.

A escola da Batalha pese embora as dificuldades decorrentes da situação periférica em que se encontra reconhece-se como uma escola cuja oferta formativa é definida predominantemente com preocupações com as necessidades do tecido económico estabelecendo uma boa ligação com o tecido empresarial local.

A oferta formativa da Batalha sofreu alterações ao longo do período 2006/2011, com o fecho de 4 cursos nas áreas de contabilidade, turismo, cantaria, museografia e gestão do património e de informática de gestão, mantendo-se no ciclo de formação 2011/2014, com 3 cursos de famílias profissionais diferentes (Quadro XXI).

Quadro XXI - Cursos Profissionais de nível secundário da escola da rede ESCXEL da Batalha, 2011/2014.

Designação do Curso

Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

Técnico de Energias Renováveis

Técnico de Comércio

Fonte: DGEste: DSRC: oferta formativa 2011-2014.

Estas alterações decorreram fundamentalmente das preferências dos alunos aos quais é realizado um questionário para efeitos de identificação, gestão e planeamento das ofertas, mas a escola aposta na especialização de uma oferta formativa com a qual tem ganho reconhecimento na comunidade envolvente, o que lhe confere a possibilidade de captação de alunos de Concelhos limítrofes, proporcionando-lhe espaço de intervenção regional, um espaço que hoje se abre de forma mais expressiva na escola.

O curso de energias renováveis foi criado na linha de acompanhamento das evoluções do tecido económico. Este sector tem-se constituído como um sector em crescimento na sub-região do Pinhal Litoral /Oeste, despertando o interesse dos alunos/famílias.

A região tem beneficiado de um saldo natural positivo ao longo dos anos com crescimento de população jovem, mas a qualificação dos recursos humanos apresenta sinais de debilidade face aos baixos níveis de escolarização da população residente. Em 2010 apenas 15% da população tinha concluído o ensino secundário, e 9%, o ensino superior. A percentagem de população que não atingiu nenhum nível de escolarização é de cerca de 16%, e 35% da população concluiu apenas o 1º ciclo do ensino básico. A população ativa que não detinha mais do que o 2º ciclo do ensino básico representava nesta região mais de metade desta população e apenas 12% desta detinha o ensino superior. No que respeita ao ensino profissional, nesta sub-região, apenas 9% dos alunos inscritos no ensino secundário optaram por esta modalidade de ensino (Cartas da Competitividade 2012).

A Batalha, por sua vez, apresentava em 2011, num total de 13805 indivíduos residentes no Concelho, uma percentagem da 12,5% de população com o ensino secundário completo (Censos 2011).

Em termos de emprego o Concelho em 2010 registou perdas de emprego em praticamente todos os sectores à exceção das atividades de *Transportes, Armazéns e Comunicações* (+92), e atividades *Imobiliárias, Serviços Financeiros e Serviços às Empresas* (+41), relativamente a 2007.

Entre os sectores de atividade com maiores perdas de emprego, de 2007 para 2010, destacam-se:

Quadro XXII – Setores de atividade com maior perda de emprego (em nº de indivíduos), 2007-2010.

Setores de atividade c/maior perda de emprego	Nº indivíduos
Serviços de Construção	-565
Indústria Transformadora	-337
Comércio, Hotelaria e Restauração	-332

Fonte: Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.

A oferta formativa poderá beneficiar deste contexto, uma vez que a mesma tem características de transversalidade podendo ser direcionada para os serviços às empresas.

Região Pinhal Interior Sul, MAÇÃO

Mação pertence ao distrito de Santarém e integra-se na região do Pinhal Interior Sul, uma sub-região estatística que se traduz numa NUT III e abrange igualmente o distrito de Castelo Branco. Nalguns aspetos administrativos Mação está relacionado com a Beira Interior e noutros, está ligado à região de Lisboa e Vale do Tejo.

A partir de 2007 este concelho passou a estar integrado na RLVT constando, para efeitos de estatísticas da educação, nesta região.

As atividades económicas deste Concelho estão ligadas a empresas de características eminentemente familiares e com a sua atividade ligada ao fabrico de painéis de madeira e de produção agrícola. É um Concelho que tem assinalado um crescimento significativo da indústria de transformação de carnes e é responsável por 75% da fabricação do presunto nacional. Predominam igualmente as indústrias ligadas à mecânica, construção civil, carpintarias e alumínio.

Apesar das potencialidades assinaladas pela produção florestal (pinheiro bravo e resina), produção agrícola, e atividades turísticas ligadas aos desportos náuticos, montanhismo, et.al., este concelho debate-se com problemas de interioridade decorrentes do afastamento dos centros de decisão.

Mação tem vindo a perder emprego, de 2007 para 2010, com a diminuição de pessoas ao serviço nos diferentes sectores de atividade, e destacam-se as atividades, atividades ligadas ao *Transporte, Armazém e Comunicação* (-180 indivíduos ao serviço) e *Serviços da Construção* que registou menos 170 indivíduos ao serviço em 2010.

Com uma escola com ensino secundário, mação aposta no ensino profissional com vista à dinamização do concelho promovendo iniciativas que visem o estreitamento da articulação entre a escola e a empresa, um dos pontos negativos assinalados no evento que teve lugar no concelho com a participação da associação empresarial.

Região de LVT, CONSTÂNCIA

Constância integra-se no território do Médio Tejo, um território caracterizado por uma significativa diversidade de solos, e por possuir bons recursos hidrográficos, dada a presença dos rios Tejo, Nabão e Zêzere, bem como pela presença da barragem de Castelo de Bode que é uma importante reserva hidroelétrica que abastece o parque habitacional da área Metropolitana de Lisboa.

O Médio Tejo combina uma vocação agro-florestal e assume-se como prolongamento das áreas florestais da região Central do País, mas tem um conjunto de municípios com uma significativa tradição industrial e de relevância nacional.

O sistema urbano do Médio Tejo é estruturado a partir do triângulo Torres Novas-Tomar-Abrantes.

Constância pertence à área territorial constituída pelo eixo Barquinha/Abrantes. Este eixo caracteriza-se por aluviões do Tejo com agricultura de hortofrutícolas e vinhas, bem como por montado de sobro. Este território constitui uma área com potencialidades e lazer e recreio, ligadas à pesca e aos desportos náuticos. Destacam-se ainda algumas infraestruturas estratégicas como as instalações militares de Tancos e a central termoelétrica do Pego.

Uma parte do município de Constância é abrangida pela Charneca Ribatejana Norte onde predomina o sector florestal.

Em 2009 o Médio Tejo contava com uma população residente de 231 mil habitantes, e tem apresentado um crescimento muito ténue e um significativo envelhecimento demográfico, assinalando uma perda de dinâmica e atração demográficas. A população residente no Concelho de Constância era, em 2011, de 4056 indivíduos (CENSOS 2011).

Em 2009 o PIB da região do Médio Tejo a preços correntes, da sub-região era à volta de 2,9 mil milhões de euros, e o VAB rondava os mesmos valores. O PIB *per capita* a preços correntes, da sub-região era de 12,9 milhões de euros, valor inferior ao registado a nível nacional. Ainda em termos de VAB, o sector mais representativo na sub-região era o da administração pública (11% do VAB regional), seguindo-se o da educação e as atividades imobiliárias com 8% cada um, construção (75) e comércio a retalho (5%).

O VAB industrial representava 16% do VAB regional e as atividades mais representativas eram:

- Fabricação de pasta de papel (19%);
- Indústria agroalimentar (14%);
- Fabricação de minerais não metálicos (10%);
- Indústria da madeira e da cortiça (9%).

As atividades desta região encontram-se assim divididas entre as baseadas nos recursos naturais, florestais e minerais, e as baseadas na escala de produção.

Esta sub-região representava apenas 1,4% dos fluxos de comércio internacional em Portugal, e as

exportações representavam cerca de 20% do PIB sub-regional.

Cerca de 55 mil indivíduos exerciam atividade económica no Médio Tejo, correspondendo a 1,5% do emprego total do País.

Em termos de emprego, as atividades mais representativas eram:

- Agricultura e produção animal com 16% do emprego da região;
- Construção (12%)
- Comércio a retalho (8%);
- Administração pública (7%);
- Alojamento e restauração (6%).

As **atividades industriais** por sua vez, representavam, em 2010, 17% do emprego do Médio Tejo, com destaque para:

- Indústria agroalimentar (14% do emprego industrial da sub-região);
- Indústrias da madeira e da cortiça (12%);
- Fabricação de minerais não metálicos (10%);
- Fabricação de pasta de papel (7%).

Cerca de 20 mil empresas estavam sedeadas nos municípios do Médio Tejo.

Os sectores mais representativos em termos empresariais são:

- Comércio por grosso e a retalho (31% do total de empresas);
- Construção (18%);
- Alojamento e restauração (11%);
- Indústria transformadora (10%).

No contexto das atividades industriais destacam-se:

- As indústrias metalúrgicas de base com 23% do total das empresas sedeadas na sub-região;
- As indústrias agroalimentares (16%);
- A indústria têxtil (11%).

A taxa de natalidade das empresas, em 2008 foi de 12,3%, e da mortalidade, 13,5%.

O Médio Tejo caracteriza-se pela presença de empresas de grande dimensão, embora tenha igualmente empresas de pequena dimensão, e cerca de 20% dos trabalhadores por conta de outrem desenvolviam a sua atividade em empresas com menos de 10 trabalhadores e 18% em

empresas com mais de 250 trabalhadores.

Em termos de volume de negócios, em 2009, os sectores mais representativos foram:

- Comércio por grosso (exceto veículos automóveis e motociclos), 36% do volume total de negócios;
- Comércio a retalho (exceto veículos automóveis e motociclos), 12%;
- Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos) e construção de edifícios (8%);
- Eletricidade, gás, vapor, água fria e quente, e ar frio (5%);
- Indústrias alimentares (4%).

Esta sub-região apresenta quatro “clusters” com relevância estratégica nacional, a saber, o “cluster” agroindustrial, o de madeira e papel, o automóvel, o “cluster” do couro e o da cerâmica. O “cluster” automóvel tem um impacto muito significativo do desenvolvimento económico e tecnológico da região. Pode ler-se no relatório das “Cartas Regionais para a Competitividade” que ao se considerarem os municípios de Abrantes, e Ponte Sôr no Alentejo Norte, estamos face ao mais importante eixo industrial do Interior do País em torno das indústrias da fundição, automóvel, e mais recentemente da aeronáutica. Ao nível da indústria automóvel estão situados nesta sub-região dos mais importantes construtores internacionais, bem como das melhores empresas nacionais fornecedoras de componentes automóveis e pequenos produtores nas áreas da metalomecânica, produtos químicos de base, tintas, sistemas elétricos, entre outras. Sem prejuízo da crise internacional que o sector atravessa, este eixo de desenvolvimento associado ao eixo aeronáutico, absorvem mão-de-obra altamente qualificada (novos materiais, testes, ensaio, design e prototipagem automóvel, são funções muito absorvidas por esta indústria).

Nas indústrias alimentares existem das maiores e mais importantes empresas de produção e transformação. A companhia das Lezírias na Lezíria do Tejo é apenas um exemplo de empresa com dimensão e impacto em toda a região do Vale do Tejo.

Do ponto de vista do potencial de crescimento o desenvolvimento alarga-se a toda a região do Vale do Tejo (Lezíria do Tejo), com a aposta na fileira ambiental (ambiente e energia), em que sobressai o projeto em curso de “Rede de Simbioses Industriais” e o “Eco Living Lab” na Chamusca, como exemplo.

Existe na região um vasto conjunto de infraestruturas de investigação e Desenvolvimento tecnológico associado aos diferentes sectores, “Tagusvalley”, sector agroalimentar, e outras que incluem áreas de produção equina e desportos equestres (turismo rural e equestre).

Ao nível do turismo existem várias iniciativas e projetos previstos no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), que se constituem como potencial “mercado” de absorção de formações de nível intermédio. Constância é um dos Concelhos contemplados neste plano, com o projeto “Almourol” a que nos referimos atrás, e com o projeto “Aquapolis”.

A escola de Constância oferece apenas um curso, e na área do turismo (Quadro XXIII). A região, no entanto, beneficia de um número significativo de escolas com ensino profissional, ligadas às áreas do turismo e restauração, gestão desportiva e outras.

Quadro XXIII - Cursos Profissionais de nível secundário da escola da rede ESCXEL de Constância, 2011/2014.
OFERTA CONSTÂNCIA

Técnico de Restauração (restaurante bar)

Fonte: DGEsTE: DSRLVT; oferta formativa 2011-2014.

A nível de ensino e formação, e investigação & desenvolvimento, existem na região várias estruturas e infraestruturas científicas, tecnológicas e de formação, importantes para o desenvolvimento de competências e qualificações da população, e mesmo para a criação de oportunidades, pese embora a crise que o País atravessa hoje.

Ainda assim o nível de qualificações da população ativa do Vale do Tejo assinala um peso significativo dos efetivos semiqualeificados, ou não qualificados. Apenas 10% da população ativa do território atingiu o ensino superior em 2010. Mais de metade da população (58%) tem níveis de habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico. Na região do Médio Tejo, 31,4% da população possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico, mas é também uma sub-região que apresenta grandes assimetrias territoriais. A Norte, é onde se verificam os mais baixos níveis de qualificação (Cartas Regionais Competitividade, 2012).

Em Constância 13,5% da população residente no Concelho, possuía, em 2011, o ensino secundário (Censos 2011).

Apesar do registo de aumento do desemprego neste Concelho, o emprego registou um acréscimo de pessoas ao serviço, de 2007 para 2010 em quatro sectores de atividade:

Quadro XXIV – Setores de atividade com acréscimo de emprego (em nº de indivíduos), 2007-2010.

Setores de atividade c/acrécimo de emprego	Nº indivíduos
Administração Pública, Educação e Saúde	+16
Transportes Armazém e Comunicações	+14
Imobiliárias, Serv. Financeiros e Serv. às Empresas	+12

Fonte: Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.

Em termos de perdas de emprego, as atividades que registaram maior perda de emprego foram a Indústria Transformadora (-51 indivíduos do que em 2007), e as atividades dos Serviços de Construção (-27).

Região Grande Lisboa, OEIRAS

Oeiras integra-se no eixo Algés-Cascais do espaço metropolitano poente da região da grande Lisboa. O eixo Lisboa-Oeiras-Cascais, é o mais terceirizado no contexto regional (acima de 80% de ativos neste sector).

Nesta região da Grande Lisboa predominam as atividades financeiras e de serviços às empresas,

com destaque em empresas multinacionais e empresas de sectores infraestruturais, de eletricidade, gás e água; as atividades de ensino superior e investigação & desenvolvimento; as atividades de transporte e logística e as atividades da administração pública e ação social.

Em 2009 havia 253 mil empresas com sede na Grande Lisboa, destacando-se os municípios de Lisboa, com 38% do total das empresas. O município de Oeiras concentra 9% destas empresas,

Os sectores de **atividade económica** mais representativos são:

- Comércio por grosso e a retalho (32% do total das empresas da região);
- Atividades imobiliárias (18%);
- Construção civil (16%);
- Alojamento e restauração (9%).

Os **sectores industriais** representavam, em 2009, apenas 7% do total das empresas com sede nos municípios da Grande Lisboa, destacando-se:

- Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos (18% do total de empresas com sede nesta sub-região);
- Indústrias da pasta do papel (17%);
- Indústria têxtil (12%);
- Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco (9%).

É no município de Lisboa que se concentra a maioria destas empresas, 28% do total, seguindo-se-lhe Sintra com 22%.

Em 2008, a taxa de natalidade de empresas na Grande Lisboa foi de 15,4% (valor superior à média nacional), e da mortalidade foi de 18,2%.

No que respeita à estrutura dimensional das empresas, a Grande Lisboa é caracterizada pela presença de empresas de grande dimensão. Cerca de 35% dos trabalhadores por conta de outrem da sub-região desenvolviam atividade em empresas com mais de 250 trabalhadores, e 19% em empresas com menos de 10 trabalhadores.

No seu conjunto as empresas desta sub-região atingiram um volume de negócios na ordem dos 133.3 milhões de euros, e os sectores mais representativos foram:

- Comércio por grosso (exceto veículos automóveis e motociclos), 22% do volume total de negócios da sub-região;
 - Comércio a retalho (exceto veículos automóveis e motociclos), 13%;
 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (10%);
 - Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (5%);
 - Telecomunicações (5%).
-

Em termos de emprego, as **atividades económicas** mais representativas, mais empregadoras e especializadas eram:

- Administração pública (11,6%);
- Turismo (6,9%);
- Atividades associativas e serviços às famílias (5,1%);
- Serviços financeiros, atividades imobiliárias e serviços de saúde (5,0%);
- Indústrias criativas e atividades recreativas (4,7%).

As atividades igualmente muito empregadoras, mas de emprego pouco especializado, foram:

- Comércio (17,4%);
- Construção e obras públicas (9,1%).

Na Grande Lisboa está concentrado o maior número de empresas de serviço financeiros, consultoria, auditoria, serviços jurídicos, *software* e serviços informáticos, quer multinacionais quer nacionais. Os municípios de Lisboa, Oeiras, Amadora e Loures concentram cerca de 78% do volume de negócio do sector de *software* e serviços informáticos em Portugal.

A região apresenta um conjunto de “macro-clusters” nas áreas da energia, da construção e urbanismo, de informação e comunicação (telecomunicações, internet e multimédia), serviços de informática e *software*, indústrias criativas (fator de atratividade do turismo), da saúde (farmacêutica) do turismo e agroalimentares (ex. Refinação de açúcar e torrefação de cafés), bem como outras indústrias de alumínio, higiene e limpeza e materiais aeronáuticos.

Os municípios de Lisboa, Oeiras, Amadora e Loures concentram cerca de 78% do volume de negócio do sector de *software* e serviços informáticos em Portugal.

Oeiras concentra um conjunto de infraestruturas de apoio à inovação empresarial que têm funcionado como localização para pequenas e médias empresas (PME) e microempresas de consultoria, de outros serviços às empresas e como localização de *BackOffice* de instituições financeiras, e apresenta uma tradição científica e tecnológica devido à instalação de estruturas de investigação avançada, em vários sectores da atividade económica.

Em termos de eixos de desenvolvimento, projetos e novas atividades, a Grande Lisboa aposta, nos serviços partilhados de *web services*, e de serviços de assistência técnica e monitorização à distância de outros teleserviços, de forma a transformar-se numa das capitais de *BackOffice* da Europa. Por outro lado, tem-se vindo a desenvolver uma indústria de conteúdos/média/entretenimento/multimédia bastante significativa, e que assinala maior concentração nos municípios de Oeiras e Sintra.

De igual modo as ciências da saúde e biotecnologias associadas à saúde beneficiam da presença de importantes infraestruturas e instituições de investigação e desenvolvimento, com particular expressão em Oeiras.

Outros sectores/áreas de aposta desta região da Grande Lisboa são a aeronáutica, a indústria

automóvel e logística, transportes e mobilidade, áreas que assinalam igual expressão significativa em termos de atores empresariais.

Quanto ao turismo a sub-região afirma-se como um dos territórios mais competitivos para o turismo e tem vindo a apostar no turismo cultural, de congressos e mesmo de cruzeiros.

A oferta formativa das escolas da rede ESCXEL do Concelho de Oeiras nos ciclos 2011 a 2014 (Quadro XXV) apresenta algumas formações próximas dos eixos de desenvolvimento da região com alguns cursos de maior transversalidade - tecnologias de informação e comunicação -, mas com ausência de cursos nas competências e qualificações necessárias, por exemplo, aos eixos de desenvolvimento das indústrias de conteúdos, multimédia media e entretenimento, energia e ambiente, saúde, logística e turismo.

Quadro XXV - Cursos Profissionais de nível secundário da escola da rede ESCXEL de Oeiras, 2011/2014.

OFERTA OEIRAS
Técnico de Comércio
Técnico de Gestão
Técnico de Gestão e Programação Sistemas Informáticos
Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Apoio à Infância
Técnico de Marketing
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Turismo

Fonte: DGEste: DSRLVT; oferta formativa 2011-2014.

As formações referidas não constam desta oferta, embora algumas escolas tenham oferecido alguns destes cursos nos períodos letivos anteriores. O Comércio é uma área empregadora expressiva na região (emprego pouco especializado), mas apresenta altos níveis de desemprego em 2011, e esta oferta tem-se mantido nos diferentes ciclos de formação. Contrariamente, o Turismo é uma oferta que surgiu em 2010, apenas numa escola (1 turma), e prevê-se a sua descontinuidade. Quanto a Multimédia, por exemplo, esta formação deixou de constar nas escolas da rede pública, e é um curso oferecido apenas numa das duas escolas da rede privada deste Concelho.

A Grande Lisboa apresenta os mais elevados níveis de qualificação dos recursos humanos, apesar de 48% da população deter apenas o ensino básico. Nesta sub-região concentra-se a maior proporção de indivíduos com o ensino secundário (21%) e também como o ensino superior (16%) e revela igualmente o número de anos de escolarização mais favorável do país (Cartas Regionais Competitividade, 2012). Esta situação deve-se ao facto de esta região concentrar a maior oferta de serviços e infraestruturas de ensino, e pela presença de atividades económicas mais exigentes em recursos humanos qualificados.

Os municípios de Oeiras, Lisboa e Cascais revelam maior importância relativa da população ativa com ensino superior (15%). Com uma população residente de 172120 indivíduos, em 2011, Oeiras apresenta uma percentagem de 16,5% de população com o ensino secundário completo (Censos

2011).

As atividades que em Oeiras assinalaram acréscimo de emprego de 2007 para 2010 foram:

Quadro XXVI – Setores de atividade com acréscimo de emprego (em nº de indivíduos), 2007-2010.

Setores de atividade c/acrécimo de emprego	Nº indivíduos
Transportes, Armazém e Comunicações	+1777
Imobiliárias, Serv. Financeiros e Serv. às Empresas	+1196
Comércio, Hotelaria e Restauração	+151

Fonte: Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.

As atividades nos Serviços de Construção (-1391 indivíduos ao serviço), Administração Pública, Educação e Saúde (-973), e Indústria Transformadora (-834), foram as que registaram maiores perdas de emprego de 2007 para 2010.

Região do Alentejo, MONTEMOR-O-NOVO

Montemor-o-Novo pertence ao Alentejo Interior (Alentejo Central). No conjunto, as três sub-regiões que constituem o Alentejo Interior, atingem uma área que corresponde a 24% do território do Continente.

A estrutura de povoamento caracteriza-se pela concentração num conjunto diminuto de cidades de pequena e média dimensão e pela tendência crescente de despovoamento das áreas rurais.

Montemor-o-Novo, apesar de apresentar uma dinâmica positiva de atividades e população, esta é insuficiente para ser considerada cidade de média dimensão.

No contexto das relações inter-regionais no espaço nacional e no contexto das relações económicas entre Portugal e Espanha e o restante espaço europeu, a região pressupõe a intensificação das ligações urbanas com os espaços envolventes (a região Centro, a região do Algarve e as regiões da Extremadura e da Andaluzia) enfatizando a função do corredor central (eixo Lisboa-Madrid), como espaço fundamental de intermediação entre a área metropolitana de Lisboa e o espaço económico de Espanha.

No contexto do Alentejo Interior salienta-se a relevância da função de quatro centros urbanos e económicos de âmbito regional – Évora, Portalegre, Beja, Elvas e Campo Maior-, como espaço de intermediação entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o espaço económico de Espanha. O subsistema urbano do Alentejo Central insere-se no corredor central de ligação a Espanha, tornando-se um nó estruturante de comunicação, transportes e logística entre a Extremadura e a AML.

No seu conjunto, o Alentejo tem vindo a assinalar sucessivos decréscimos e envelhecimento populacionais. Em 2011, a população jovem (15 a 24 anos), correspondia a 9,7% do total da população residente assinalando de 2001 para 2011, um decréscimo de 2,4 pontos percentuais (Censos 2011).

Montemor-o-Novo é o 4º município mais populoso (117 437 mil habitantes). A maior dinâmica populacional dos municípios do Alentejo Central está ligada à dinâmica económica e empresarial associada à afluência turística do Alqueva e à indústria dos vinhos, bem como à dinâmica industrial e logística derivada da proximidade da AML.

O envelhecimento demográfico em toda a região do Alentejo Interior tem consequências ao nível do mercado de trabalho, com a existência de uma população ativa envelhecida e pouco qualificada.

Em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes das sub-regiões que integram o Alentejo Interior rondava as 14.3 milhares de euros, posicionando-se abaixo da média nacional. A fraca dimensão económica do Alentejo Interior traduz-se numa baixa representatividade em termos de PIB, de Valor Acrescentado Bruto (VAB), e de emprego no conjunto da economia nacional. O PIB a preços correntes rondava os 5.8 milhões de euros (3,4% do total nacional). O VAB apresentava uma relevância nacional perto dos 3% e o emprego atingia apenas 2% do total nacional (pouco mais de 91 mil indivíduos, nesta altura, exerciam a atividade económica no Alentejo Interior). Os sectores da agricultura, caça, e silvicultura representam 16% do VAB e 8% do emprego nacionais neste sector.

As atividades industriais no Alentejo Interior representam 12% do emprego total deste território, o que equivale a 2,35 do emprego industrial nacional.

O Alentejo Interior apresenta uma especialização em atividades transacionáveis e em atividades não mercantis. Estes têm uma grande importância neste território, destacando-se os serviços da administração pública. Em 2010, este território representava cerca de 2,7% dos fluxos do comércio internacional em Portugal e as exportações representavam cerca de 16% do PIB da sub-região.

Cerca de 35 mil empresas, nesta altura, tinham sede no Alentejo Interior, e 45% do total destas empresas eram sedeadas no Alentejo Central (Évora destaca-se com a maior concentração de empresas).

Os sectores mais representativos em termos empresariais são:

- O comércio por grosso e a retalho (31% das empresas sedeadas no Alentejo Interior);
- As atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (15%);
- Alojamento restauração (12%).

As **atividades industriais** representam cerca de 8% do total de empresas com sede nos municípios do Alentejo Interior, com destaque para os seguintes sectores:

- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (32% do total das empresas com sede neste território);
 - Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos (20%);
 - Indústria da madeira, cortiça e suas obras (11%);
 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (10%).
-

Em 2008 a taxa de natalidade das empresas no Alentejo Interior foi de 135 e a de mortalidade atingiu, em 2007, 15,9%. O Alentejo Central apresentou-se com a taxa mais elevada de dissolução de empresas, e uma baixa taxa de constituição de novas empresas.

No que respeita à estrutura dimensional das empresas com sede no Alentejo Interior, cerca de 90% destas empresas têm menos de 10 trabalhadores. Na sub-região do Alentejo Central, 18% dos trabalhadores por conta de outrem trabalham em empresas com mais de 250 trabalhadores.

Os sectores mais representativos em termos de volume de negócios foram:

- Comércio a retalho (exceto veículos automóveis e motociclos), 30% do volume de negócios total;
- Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (10%);
- Atividades de saúde humana (10%);
- Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos e edifícios) e construção de edifícios (5%).

A especialização de base produtiva da economia do Alentejo Interior assenta em atividades de exploração e transformação no sector na agricultura, agro-indústria e a indústria extrativa.

A agricultura (produção agrícola) do Alentejo Interior representa cerca de 20% da produção nacional. A principal cultura é o cereal, seguindo-se a produção de culturas para a indústria, a vinha, o olival e a beterraba. Estas últimas representam cerca de 1/3 da produção nacional.

Na silvicultura, o montado encontra-se disseminado por todo o território, e Montemor-o-Novo é um dos municípios de maior concentração. Na pecuária destaca-se a produção bovina, suína e ovina.

A fileira da cortiça é uma das fileiras de importância estratégica na região.

Nas agroindústrias, o Alentejo Interior destaca-se na transformação de produtos agropecuários (carnes, queijos, enchidos, etc.). A par da torrefação do café merecem igualmente destaque o vinho e o azeite. A fileira da vinha é relevante no Alentejo Central e em alguns municípios do Alto e do Baixo Alentejo. As rochas ornamentais e pirites são igualmente uma atividade com relevância na atividade económica deste território do Alentejo Interior.

As áreas em crescimento, e projetadas como eixos de desenvolvimento centram-se nos sectores de destaque na região, mas a indústria aeronáutica, e as energias renováveis e (solar fotovoltaico), têm assinalado um crescimento significativo. O turismo é igualmente uma atividade apresentada com forte potencial de desenvolvimento na região, que aposta no turismo de habitação, gastronomia, e nas atividades/serviços associados ao Alqueva, bem como no turismo arquitetónico, paisagístico e cultural onde se inclui o Concelho de Montemor-o-Novo.

A oferta formativa da escola da rede ESCXEL de Montemor-o-Novo, hoje (Quadro XXVII) apresenta um grupo de cursos transversais às atividades e eixos de potencial desenvolvimento da região, e outro mais próximo dos eixos assinalados. As áreas de desenvolvimento previstas nos sectores ligados à agricultura, silvicultura, e mesmo turismo, não são contempladas nesta oferta, que no entanto, assinalou alterações relativamente aos períodos anteriores de formação, com a criação,

por exemplo, do curso de energias renováveis.

Quadro XXVII - Cursos Profissionais de nível secundário da escola da rede ESCXEL de Montemor-o-Novo, 2011/2014.

Designação do curso
Técnico de Análise Laboratorial
Técnico de Manutenção Industrial
Técnico de Informática de Gestão
Técnico de Energias Renováveis
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
Técnico de Design
Técnico de Turismo Ambiental e Rural

Fonte: DGEsTE: DSRAAlentejo; oferta formativa 2011-2014.

Nos contextos nacional e regional o Alentejo Interior apresenta um posicionamento desfavorável no que respeita aos indicadores de qualificação de recursos humanos. Em 2009, o analfabetismo atingia 14% da população do Alentejo Central (Cartas Regionais Competitividade, 2012). Montemor-o-Novo, em 2011, era constituída por 17 437 indivíduos, 11,6% dos quais com o ensino secundário completo (Censos 2011).

Quanto ao ensino profissional a percentagem de jovens inscritos nesta via de ensino, na região do Alentejo (NUTII), era, em 2011, de 45,6%, uma percentagem expressiva de jovens que optaram por esta via de ensino (GEPE (DGEEC), 2011).

Montemor-o-Novo assinala acréscimo de emprego de 2007 para 2010, nas atividades *Imobiliárias, Financeiras e Serviços às Empresas* (+5 indivíduos) e na *Indústria Transformadora* (+3), mas perde emprego em todas as outras áreas de atividade, particularmente nas atividades de *Agricultura, Silvicultura e Pescas* (-204 indivíduos ao serviço) no *Comércio, Hotelaria e Restauração* (- 129) e nos *Serviços de Construção* (-103).

Região do Algarve, LOULÉ

A região do Algarve representa pouco mais de 5% da superfície total do País, e é a região portuguesa que apresenta, relativamente à população residente, um maior número de centros urbanos, bem como um esvaziamento das aglomerações no interior rural pertencentes ao Barrocal da Serra, que servem de charneira entre as dinâmicas do Interior e do Litoral. O sistema urbano assenta em dois grandes eixos do litoral: Faro/Olhão/Loulé (com prolongamento até São Brás de Alportel, Quarteira/Vilamoura e Tavira), e Portimão/Lagos (com prolongamento a Lagoa/Sines).

A região tem apresentado um dinamismo demográfico significativo, destacando-se no contexto nacional, como um dos territórios com maior crescimento da população residente (cresceu 47% nas últimas décadas). O eixo Faro/Loulé/Olhão concentra cerca de 80% da população residente da região, e esta é a também a região do País onde se observam as maiores discrepâncias entre a população residente e a população flutuante.

O saldo migratório tanto quanto o crescimento natural tem sido positivo e a região tem-se destacado, a nível nacional, como um dos territórios com maior crescimento da população. Em 2009, o Algarve registou um aumento de população de 27% relativamente a 1991. Os eixos de maior concentração populacional são o eixo Lagos/Olhão que concentram 80% da população residente, e o eixo Faro/Loulé/Olhão, que concentram 40% da população algarvia. No entanto, ao contrário do que se verifica no litoral, o interior assinala decréscimos populacionais sucessivos.

A população jovem residente na região é, junto com a de Lisboa, a que apresenta as percentagens mais elevadas. No Algarve a população residente entre os 15 e os 24 anos, em 2011, representava 10,1% do total d população residente (Lisboa, 10,4%). Contudo, esta percentagem diminuiu 3 pontos percentuais entre 2001 e 2011 (Censos 2011).

Loulé integra o subsistema territorial da Serra/Barrocal que constitui uma área de transição da Serra despovoada e o litoral que apresenta características eminentemente rurais e integra-se no 3º nível de hierarquia urbana do Algarve. A rede articulada de cidades Faro, Olhão, Loulé e Quarteira é uma rede urbana centrada em Faro que polariza todo o sotavento algarvio e concentra os principais serviços ligados à administração pública e ao aeroporto.

O crescimento populacional de Loulé é um dos maiores apresentados pelos municípios da região (27%), junto com Albufeira (51%) Vila Real de Santo António (25%), Lagoa (23%) Lagos (23%), Portimão (15%) e Faro (14%).

A evolução económica do Algarve nas últimas décadas é marcada pelo desenvolvimento da atividade turística.

Em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, na região, rondava as 7.4 mil milhões de euros, o equivalente a 4.4% do total nacional. Em termos de Valor Acrescentado Bruto, (VAB), a relevância nacional da sub-região assinalava os mesmos valores. O PIB *per capita* era de 17.0 milhares de euros, valor ligeiramente superior ao registado a nível nacional, e apenas ultrapassado pelas regiões de Lisboa e da Madeira, representando, cerca de 8% das exportações nacionais de bens e serviços.

Em 2010 a região representava pouco mais de 0,2% dos fluxos de comércio internacional e da taxa de cobertura das entradas e saídas na sub-região, foi em 2009 de 41%.

As exportações são as que têm menor relevância (junto com a Madeira), em relação ao país, apesar de terem apresentado uma tendência crescente. Segundo o relatório da Carta Regional para a Competitividade do Algarve (2012), esta situação das exportações, é consequência da especialização da região nas atividades turísticas e do facto de o Algarve não ser uma região de localização preferencial para as empresas industriais.

O emprego nesta região era em 2009 de cerca de 3,8% do emprego total do país, situação que se alterou face ao crescimento acentuado do desemprego, quer na região, quer no país.

As **atividades económicas** mais representativas em termos de emprego eram:

- Comércio por grosso e a retalho (18%);
- Construção civil (14%);
- Alojamento e restauração (12%);

- Atividades primárias da agricultura, produção animal e silvicultura (10%).

É nos municípios com maior peso na atividade piscatória que se verifica o maior peso do emprego no do sector primário. Nestes, não se inclui o Concelho de Loulé.

O sector **terciário** é o sector que, face à forte especialização do Algarve na cadeia de valor turística, se encontra mais representado na região em termos de emprego, comparativamente com a média nacional.

Cerca de 58 mil empresas, em 2009, tinham sede no Algarve, e Loulé destaca-se como o município que concentra maior número de empresas. Apenas 5% destas empresas são empresas industriais.

Os sectores de atividade económica mais representativos na região são:

- Indústrias metalúrgicas de base, e de produtos metálicos, com 20% do total das empresas industriais com sede na região;
- Indústria alimentar e de bebidas (19%);
- Madeira e cortiça (11%).

É igualmente em Loulé que se concentra a maior percentagem (18%) das sociedades industriais sedeadas na região.

Em 2008, a taxa de natalidade das empresas no Algarve, ultrapassava a média nacional (15,8% contra 14,2%). A taxa de mortalidade foi, em 2007, de 16,0%, um valor ligeiramente inferior ao registado a nível nacional (16,1%).

A região é caracterizada pela forte presença de empresas de pequena e média dimensão, e 90% têm menos de 10 trabalhadores. Apenas 18% dos trabalhadores por conta de outrem estão empregados em empresas com mais de 250 trabalhadores, e estas concentram-se nos municípios de Faro (29%), Albufeira (24%) e Portimão (20%).

Em termos de volume de negócios, os sectores de atividade económica mais representativos são:

- Comércio a retalho (exceto veículos automóveis e motociclos), com 20% do volume total de negócios;
- Comércio por grosso (exceto veículos automóveis e motociclos), com 15%;
- Promoção imobiliária (projetos de construção e edifícios), 13%;
- Restauração e similares (18%);
- Alojamento (7%).

Verifica-se na região uma especialização de base produtiva associada, em cerca de 3/5 da economia do Algarve, à procura turística, construção civil, e às despesas de administração (consumos coletivos). A economia regional assenta assim nestes três pilares. No conjunto da estrutura sectorial, o Algarve apresenta uma elevada base de especialização nas atividades

terciárias (comércio, alojamento e restauração), nas atividades financeiras, imobiliárias e de apoio às empresas, mas também apresenta uma base de especialização produtiva no sector primário com relevância para a pesca.

O sector industrial é o menos representado, nesta região, particularmente a indústria transformadora. A maior relevância dos sectores industriais está associada à exploração de recursos naturais, como as indústrias extrativas (pedra, calcário, brecha, calcário ornamental e minas de sal gema) e a indústria da madeira e da cortiça. A indústria que tem mais significado é:

- O fabrico de cimentos, com relevância em Loulé, e pequenas unidades de produção de cerâmicas, corte da pedra e materiais de construção;
- O fabrico de elementos de construção em metal, também relevante em Loulé;
- A tipografia e edição, também em Loulé, embora igualmente noutros municípios;
- Obras de carpintaria para a construção naval;
- Pequenas unidades no sector da cortiça.

O crescimento económico do Algarve e todo o seu perfil de **especialização de base económica** está fortemente ligado às atividades do sector do turismo e dos serviços a ele relacionados. No sector da agricultura, predominam as produções de frutos secos, o olival, a amendoeira, a alfarrobeira, a figueira, as culturas arvenses e a vinha. A horticultura tem vindo a perder importância, registando um evolução positiva apenas na citricultura.

As atividades ligadas à exploração de recursos do mar ainda têm significado na região e assinalam um crescimento significativo. Esta região é a mais importante no país em termos de produção aquícola, sendo responsável por quase toda a produção de moluscos bivalves e por grande parte da produção de peixes marinhos.

O turismo, no entanto, constitui o sector de atividade essencial da economia da região, que beneficia de um polo de competitividade. O sector de alojamento e restauração emprega 10,6% do pessoal ao serviço, e gera 12,8% do produto criado a nível nacional no sector. Cerca de 2% dos estabelecimentos neste sector concentram-se nos municípios de Albufeira, Loulé e Portimão, e os principais são detidos por grupos empresariais estrangeiros (à exceção dos grupos Pestana, BES, Vila Galé, Solverde e Atlântica).

O Algarve apresenta como sectores de potencial desenvolvimento, as indústrias ligadas ao mar, onde existem os principais projetos de inovação, a biotecnologia vegetal e agricultura biológica, a aquacultura, com a biotecnologia a assumir relevância, e a citricultura.

As energias renováveis são um sector com forte desenvolvimento tecnológico, principalmente na fileira de energia solar. Outras áreas identificadas com forte potencial, ligadas às áreas de desenvolvimento da Universidade do Algarve, são as áreas da saúde e ciências da vida. Nestas áreas sobressai o crescimento do turismo da saúde e turismo desportivo.

Emergente na região, é a indústria cinematográfica e do audiovisual, a qual tem promovido um grande volume de ações de formação profissional, particularmente nas áreas de cinema, vídeo musical, televisão e moda. Em 2009, Portimão apresentou o projeto "Picture Portugal",

constituído por um centro de produção de audiovisual e multimédia, publicidade, vídeo jogos e vídeo clips, filmagens aquáticas e subaquáticas, um projeto dinamizado pelo município.

Na área das tecnologias de informação e comunicação, assinalam um crescimento significativo as áreas de sistemas inteligentes. O projeto “Algarve Digital” tem proporcionado o crescimento desta vertente de qualificação através dos projetos que têm sido criados neste âmbito.

No que respeita ao turismo, o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PNT) prevê o desenvolvimento, nesta região do turismo de lazer e de bem-estar, do turismo de saúde e o turismo de luxo, do turismo náutico e desportivo (cuja procura assinala um crescimento expressivo), bem como o turismo de negócios e *touring* (circuitos turísticos).

A oferta formativa das escolas da rede ESCXEL do Concelho de Loulé, não apresenta grandes alterações ao longo do período 2006 a 2011. Como referimos, ambas as escolas apresentam uma estabilidade da oferta formativa, e a escola Secundária de Loulé foi a que assinalou uma ligeira alteração no ciclo 2012/2014, ainda que sem alterações nas famílias profissionais.

Do ponto de vista da aproximação da oferta aos vetores de desenvolvimento económico da região, esta é significativa (Quadro XXVIII).

Esta aproximação da oferta aos vetores de desenvolvimento económico segue a linha da oferta assinalada na rede pública e privada de ensino profissional, na qual as áreas do turismo e tecnologias de informação e comunicação sobressaem. Contudo, não se percebem, nos cursos da área do turismo, por exemplo, uma oferta direcionada para os vetores de especialização assinalados como os de maior potencial de desenvolvimento na região, como o turismo de saúde, lazer e ciências da vida. Os cursos de Técnico de Turismo e de Restauração são predominantes. Um reequacionamento destas vertentes de especialização na estrutura dos cursos deveria ser desenvolvido numa lógica de articulação estratégica com a comunidade empresarial, Universidade da região e os diferentes municípios que impulsionam estes projetos de desenvolvimento.

Quadro XXVIII - Cursos Profissionais de nível secundário das escolas da rede ESCXEL de Loulé, 2011/2014.

OFERTA LOULÉ
Técnico Apoio Gestão Desportiva
Técnico de Restauração
Técnico Design Gráfico
Técnico Gestão Equipamentos Informáticos
Técnico Gestão e Programação Sistemas Informáticos
Técnico de Instalações Elétricas
Técnico de Manutenção Industrial
Técnico Restauração
Técnico Secretariado
Técnico de Turismo
Técnico de Turismo e Ambiente Rural

Fonte: DGEsTE: DSRA Algarve; oferta formativa 2011-2014.

Ainda que a oferta apresente sinais de aproximação ao tecido económico regional, ficam de fora formações nas áreas de crescimento e desenvolvimento das indústrias do mar, biotecnologia, energias renováveis, e mesmo multimédia e audiovisuais. As escolas da rede ESCXEL, por exemplo,

não apresentam oferta nestas áreas dos projetos impulsionados pela região. As áreas de comunicação, imagem e som, são a 5ª oferta predominante na região, em particular na rede privada, mas o número de cursos é inferior a 8 cursos em cada área de formação desta família profissional.

A região do Algarve é a região do País que junto com a de Lisboa, apresenta um maior número médio de anos de escolaridade, embora Loulé não seja dos municípios em que esta média se assinala. A população empregada na região, contudo, evidencia défices de qualificação escolar e também profissional (Cartas Regionais Competitividade, 2012), embora seja, por outro lado, a região que a par de Lisboa, apresenta os níveis de ensino da população residente mais elevados. A população residente no Algarve com ensino secundário, em 2011 correspondia a 15% do total da população residente (Lisboa tem um percentagem de 15,6%). O Concelho de Loulé apresentava uma percentagem de 14,8% de população residente com ensino secundário (Censos 2011).

Em 2011, 38,4% dos jovens inscritos no ensino secundário frequentavam o ensino profissional (GEPE (DGEEC), 2011).

As atividades onde Loulé regista maior perda de emprego de 2007 para 2010 são:

Quadro XIX – Setores de atividade com maior perda de emprego (em nº de indivíduos), 2007-2010.

Setores de atividade c/maior perda de emprego	Nº indivíduos
Serviços da Construção	-2396
Comércio, Hotelaria e Restauração	-2072

Fonte: Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.

O sector do Turismo perde um número significativo de indivíduos ao serviço e esta é a principal atividade económica da região. A Indústria Transformadora (-365 indivíduos ao serviço), os serviços da Administração Pública, Educação e Saúde (-313) e as atividades imobiliárias, financeiras e de Serviços às Empresas (-158) são sectores que perdem igualmente emprego entre 2007 e 2010 neste Concelho.

O sector que regista acréscimo de emprego é o da Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, o qual regista mais 55 indivíduos ao serviço em 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A.J. (2001), “A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas: Elementos para pensar a transição”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (37), pp. 33-48.
- AIP (2012) “Cartas regionais de Competitividade”; *Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa
- ANESPO (2013) “Anuário das Escolas Profissionais: 2012/2013” Lisboa, Disponível em: <http://www.anuaraioescolasprofissionais.com>
- ANQEP (2011), “Iniciativa Novas Oportunidades”; balanço do 1.º ciclo, *relatório*, Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, p. 34.
- Azevedo, J (2012), “Que tem a Europa para oferecer aos recém-chegados a uma longa escolaridade obrigatória”, *Espacios en Blanco; series Indagaciones*, 22 (1), pp. 41-76.
- Dale, R. (2004), “Globalização da educação: Demonstrando a existência de uma cultura educacional comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação”, *Educ. Soc. Campinas*, 25, (87), pp. 423-460.
- DGEEC (GEPE) (2011-2012), *Estatísticas da Educação Jovens: Evolução*, Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, Disponível em: <http://www.gepe.min-edu.pt>
- Grácio, S. (1986), “A Política Educativa como Tecnologia Social: As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983”; Lisboa, Livros Horizonte.
- _____ (1998), *Ensinos Técnicos e Política em Portugal: 1910/1990*, Lisboa: Instituto Piaget.
- IEFP (2007-2011), *Mercado de Emprego; relatórios anuais*: Ministério da Economia e Emprego, Disponível em <http://www.iefp.pt/estatísticas/MercadoEmprego>
- IMD (2005) *World Competitiveness Yearbook*: Lausanne: World Competitiveness Center: Switzerland, Disponível em: <http://www.imd.org>
- INE (2012), *Censos 2011*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <http://www.censos.ine.pt>
- OCDE (1989), *O Ensino na Sociedade Moderna*, Porto: Asa.
- OCDE (2005), *Education at a Glance*, OECD Indicator, *Summary in Portuguese*, Paris: OCDE, Disponível em: <http://www.oecd.org>
- PNACE (2005/2008), “*Estratégia de Lisboa: Portugal de novo*”, Lisboa: Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, Presidência do Conselho de Ministros.
- Sales Index 2012 (Rev. 17.01.2013): Copyright@2012 Markttest Consulting.
- Stoer, S.R., Stoleroff, A.D.& Correia, J.A. (1990), “O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica de acumulação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (29), pp. 11-53.
- Teodoro, A. (1995), “Reforma educativa ou a legitimação do discurso sobre a prioridade educativa”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 4, pp. 49-70.
- Young, M. (2007), “Para que servem as escolas?”, *Educ. Soc. Campinas*, 28, (101), pp. 1287-1302.



Av. de Berna, Edifício FCSH-ID,
3º piso, sala 3.14
Endereço Postal: Av. de Berna, 26 C
1069-061 LISBOA - Portugal
Tel.: 21 790 83 00 ext. 1488
Fax: 21 790 83 08

www.escxel.net